



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE

ROI ROGERES FERNANDES FILHO

**CIGANOS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PANORAMA
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO DOS POVOS CIGANOS AO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL ATRAVÉS DO ITINERÁRIO AUTOETNOGRÁFICO DE
UM CIGANO ESTUDANTE**

SALVADOR

2023

ROI ROGERES FERNANDES FILHO

**CIGANOS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PANORAMA
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO DOS POVOS CIGANOS AO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL ATRAVÉS DO ITINERÁRIO AUTOETNOGRÁFICO DE
UM CIGANO ESTUDANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Área de concentração: Interdisciplinar. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Desenvolvimento Nacional e Universidade.

Orientadora: Dr^a Georgina Gonçalves dos Santos

SALVADOR
2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Fernandes Filho, Roi Rogeres.

Ciganos acampam em instituições de ensino superior: panorama das ações afirmativas para acesso dos povos ciganos ao ensino superior no Brasil através do itinerário autoetnográfico de um cigano estudante / Roi Rogeres Fernandes Filho. - 2023.

91 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2023.

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Ensino superior - Brasil. 3. Ensino superior - Finalidade e objetivos - Brasil. 4. Igualdade na educação. 5. Programas de ação afirmativa na educação. 6. Ciganos - Educação (Superior) - Brasil. 7. Ciganos - Condições sociais. I. Santos, Georgina Gonçalves dos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 378.81

CDU - 378(81)

ROI ROGERES FERNANDES FILHO

**CIGANOS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
panorama das ações afirmativas para acesso dos povos ciganos ao ensino
superior no Brasil através do itinerário autoetnográfico de um cigano
estudante**

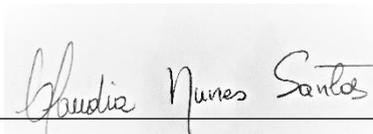
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada, em 29 de setembro de 2023.

Banca examinadora



Prof. Dr. Sônia Sampaio (UFBA)



Documento assinado digitalmente
gov.br ALUIZIO DE AZEVEDO SILVA JUNIOR
Data: 09/10/2023 14:48:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Aluizio, de Azevedo (FIOCRUZ-
RJ)

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ETUFBA - Escola de Teatro da UFBA
FAT - Faculdade Anísio Teixeira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MDH - Ministério dos Direitos Humanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPRE - Programa Operacional de Promoção da Educação
OVE - Observatório da Vida Estudantil
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PÓS-COM- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas
PPGAC - Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas
PPGEISU - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade
SNPPIR - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UESB - Universidade Estadual do Sul da Bahia
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Antes demais nada, agradeço aos meus ancestrais que me permitiram chegar até aqui vivo para contar a minha história. Pela honra de ser e pertencer ao Povo Cigano da etnia Calon, de orgulhosa tradição circense. Por tudo que permitem ser, viver, sentir, saber, SER. A minha preciosa mãe Maria Irenildes Fernandes, lhe dedico! Pois sem o teu amor incondicional, proteção, carinho, compreensão e presença eu não conseguiria assumir e finalizar os desafios escolhidos em meu caminho. Não sei como agradecer por tudo que me ensina e ensinou ao longo da vida: és o meu maior tesouro e principal motivação em tudo.

Agradeço especialmente aos meus amados irmãos, minhas correntes de identidade de valor inestimável: Irisma Fernandes, Liberta Lamarks, Luanna Marylack, Kimberly Maclaynny, e Keôma Kewynny, a vida ao lado de vocês tem mais sentido e força. Lhes amo! Aos meus preciosos sobrinhos/as: Igor Mateus, Jeniffer, Yasmynny, Kauanna, Letícia e Melissa, vidas que tornam a minha mais feliz e mais leve.

Ao meu pai Roy Rogeres Fernandes, que Deus ao seu lado o preferiu, mas sinto presente ao meu lado em absolutamente tudo que faço, seu legado seguirá vivo, paiinho! Aos meus avós paternos: D. Zélia e Sr. Palhaço Xexéu; aos maternos Anita Farias (doce e amada Voíta), e Sr. Toinho. Vocês concederam e fizeram possível as vidas que sustentam a minha, portanto, tenho muito a agradecer! Aos tios/as paternos circenses (Fernandes): Arlindo, Rogério (Palhaço Sapatão), e Cícero (in memoriam); Márcio Greyk, tias Cacilda, Iracilda, Irismá, Agda, Mércia, Cleibia (Binha); aos tios/as maternos (Farias): Milton, Ninha, Sandra, Karina, Ira, Naldo, Paulinha, Paulo. Às minhas saudosas bisavós D. Zó, Maria Cigana e Lousinha. Aos primos/as todos/as - Fernandes e Farias, pois vocês também são parte significativa de quem sou.

Bem, para levantar um circo, erguemos os mastros, entrelaçamos as lonas, unimos forças e tecemos um delicado e desafiador trabalho, esse apenas é possível de ser feito com a união de uma grande equipe. Quem vê o circo armado não imagina os esforços por trás das cortinas e das lonas. O trabalho de escrever não é tão diferente, na medida em que os esforços próprios precisam se somar aos outros essenciais, sendo um dos principais a orientação acadêmica, por isso, reconheço a incomensurável contribuição de minha profa. Orientadora Georgina Gonçalves dos Santos, para esta feitura, bem como por tudo que generosamente e pacientemente ofertou ao meu baú de saberes e conhecimentos, bem como a professora Sônia

Sampaio, a líder do nosso grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE), espaço tão importante, muito nos impulsiona a ir além dos campos de pesquisas acadêmicas-científicas. Estendo a todos os/as colegas do OVE, em especial ao admirado e fundamental parceiro de aulas, docência, trocas de vida e de horizontes, Nelson Lima; bem como a Vitailma Santos, por tanta generosidade, apoio, motivação, e por nos inspirar pelo exemplo de como podemos ser melhores uns com os outros nesses trajetos estudantis; e a profa. Maria Eunice Borja, igualmente muito colabora em nossas formações, com o exemplo, dedicação, determinação, por tanto que nos ensina e inspira. Obrigado do fundo de meu coração! Aos colegas do PPGEISU, especialmente ao Ícaro Santana, Maurício Fonseca, Anne, Yzumi. Agradeço aos bravos professores do PPGEISU, especialmente a espetacular profa. Flávia Roza. Palavras não dão conta de explicar o quão importante e especial foi e é tê-la conhecido, e tido a oportunidade de trocar afetos, percepções, saberes, conhecimentos. Grato sem fim! Agradeço a nossa competente atual coordenadora Maria Thereza Coelho, bem como ao professor Mauricio Dourado, e à profa. Renata Veras. Grato a minha família Ascom/SMS, especialmente a líder Lélia Dourado, por toda compreensão e por me permitir vivenciar essa etapa de forma plena. Agradeço aos amigos especiais que também têm suas contribuições fundamentais nesse processo: Tacira Coelho, Thierry Moitinho, Amanda Mattos, Jefferson Novaes, Letícia Ribeiro, Denise Marinho, Dellon Dellarqueza, Fabiana Zada. Ao Coletivo Ciganagens, que me honra com a presença pulsante dos primos/as Aluizio de Azevedo, Sara Kali, Dan Kalon, Marcilânia Alcântara, Desiríe e Hayanne. Ao primo e professor Jucelmo Dantas da Cruz, grande inspiração! Agradeço e dedico às Profas. Claudia Nunes, Debora Karpowicz; à professora Marizete Alves (Tia Zete), desde os primeiros anos escolares incentivou-me e acreditou em mim; profa. Danielle Zuma, Marly Caldas, Raimundo Leão, e todos/as mais que tive a honra de encontrar nesse caminho. Tem um pouco de cada um/a de vocês aqui! Bem como agradeço ao Coletivo Brasileiro de Estudos Ciganos (COBEC), e a todas as pessoas, estudantes, colegas, e professores que ofertaram uma palavra, uma troca, e aceitaram fazer e ser parte dessa etapa desafiadora de minha vida, repleta de emoções, sentidos - conexões e aprendizados.

Ter comigo cada um/a de vocês, de alguma forma, tornou possível a concretização dessa meta, que é também uma missão, e um sonho agora concretizado. A todos/as, uma vez mais, o meu sincero **MUITO OBRIGADO, graças a vocês, o menino - cigano - do circo virou mestre!** **EVOÉ!!**

LONAS AZUIS

***“No caminho da sorte, a alma perdi
Dei um beijo na morte e sobrevivi
Mas perdi o meu medo
A viver aprendi***

***Fiz do mundo o meu palco, do Sol minha luz
Pra fazer o meu circo, usei minha cruz
De um pedaço de céu, fiz as lonas azuis
Do céu eu fiz, as lonas azuis
Do céu eu fiz, as lonas azuis***

***Aprendi que nem sempre é feliz quem procura
Que a vida mais fácil também é a mais dura
Que a estrada mais curta é também mais escura***

***Aprendi na descida, mais forças ganhar
Pra chegar na subida e não desanimar
Sou da vida um artista, ganhei meu lugar”
(Graziela Corrêa e Marcello Duran)***

CIGANOS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PANORAMA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO DOS POVOS CIGANOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ATRAVÉS DO ITINERÁRIO AUTOETNOGRÁFICO DE UM CIGANO ESTUDANTE

RESUMO

Já não há mais uma face branca e única a representar os (as) estudantes que acessam o ensino superior no Brasil. Visivelmente mais pessoas negras, indígenas, trans, têm acesso ao ensino superior que hoje é mais inclusivo, diverso. Entretanto, mesmo que Lei nº 12.711/2012, que instituiu as cotas não tivesse previsto que os povos ciganos figurassem segmento beneficiário, podemos afirmar que, dentre as repercussões do processo de democratização de acesso ao ensino superior no país ocorridos nos primeiros anos dos séculos XXI, observa-se atualmente a presença de ciganos em instituições do ensino superior. De natureza qualitativa, a pesquisa toma a Revisão Narrativa como método na primeira sessão, para contribuir com a compreensão sobre qual é a situação dos povos ciganos no ensino superior brasileiro? Seu objetivo é apresentar um panorama, mapeando as Universidades e Instituições de Ensino Superior que atualmente promovem políticas afirmativas voltadas para os Povos Ciganos. A partir da interdisciplinaridade, o conceito de ações afirmativas é usado para tecer reflexões narrativas críticas, apontando para a necessidade de ampliação desse dispositivo. Aponta para a necessidade de outros atores/atores, de preferência, outros(as) ciganos(as), possam narrar criticamente os alcances, as lacunas, e a aplicabilidade prática das políticas afirmativas, estratégia fundamental para processo de ciganização das universidades e institutos de ensino superior do Brasil, apresentando um mapeamento das IES e PPGs que as promovem em benefício dos ciganos. Consideramos, na segunda parte do trabalho, que a história do circo no Brasil não seria a mesma sem a contribuição dos Povos Ciganos. Isso se apresenta por meio das imbricações entre diversos elementos: as lonas, as filosofias, os símbolos, os modos de organização e de vida, as características e tradições desses dois mundos. Assim, a pesquisa narra, ainda, a itinerância educacional de um cigano estudante de tradição circense a partir de um ângulo de visão autoetnográfico para responder a uma outra questão: quais são os dilemas que atravessam um cigano estudante no ensino superior? No picadeiro, reflete-se os dilemas de estudantes ciganos/as no ensino superior; e compreende-se os desafios que os atravessam nesse itinerário, enquanto objetivos específicos do número. Levanto as lonas do circo, designo “ciganenses” os povos ciganos de tradição circense, para iluminar a história do circo aludida aos Povos Ciganos. A voz aqui é a de um cigano estudante de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas, assumo, portanto, o lugar de defensor dessa política de reparação, bem como da criação de novas estratégias políticas e pedagógicas, que não nos afastem, mas antes no aproximem do ambiente educacional como em um espetáculo circense. Levantam-se as cortinas e tenham todos um excelente espetáculo!!

Palavras-chave: Povos Ciganos. Autoetnografia. Ensino Superior. Ações Afirmativas

GYPSIES CAMP IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: PANORAMA OF AFFIRMATIVE ACTIONS FOR ACCESS OF GYPSY PEOPLE TO HIGHER EDUCATION IN BRAZIL THROUGH THE AUTOETHNOGRAPHIC ITINERARY OF A GYPSY STUDENT

ABSTRACT

There is no longer a single, white face representing students who access higher education in Brazil. Visibly more black, indigenous and trans people have access to higher education, which today is more inclusive and diverse. However, even though Law No. 12,711/2012, which established quotas, had not foreseen that gypsy people would be a beneficiary segment, we can say that, among the repercussions of the process of democratization of access to higher education in the country that occurred in the first years of the 21st century, the presence of gypsies in higher education institutions is currently observed. Qualitative in nature, the research uses the Narrative Review as a method in the first session, to contribute to the understanding of what is the situation of gypsy people in Brazilian higher education? Its objective is to present an overview, mapping the Universities and Higher Education Institutions that currently promote affirmative policies aimed at Roma People. Based on interdisciplinarity, the concept of affirmative actions is used to weave critical narrative reflections, pointing to the need to expand this device. It points to the need for other actors/authors, preferably other gypsies, to be able to critically narrate the scope, gaps, and practical applicability of affirmative policies, a fundamental strategy for the process of gypsyization of universities and institutes of higher education in Brazil, presenting a mapping of HEIs and PPGs that promote them for the benefit of gypsies. We consider, in the second part of the work, that the history of the circus in Brazil would not be the same without the contribution of the Gypsy People. This is presented through the overlap between different elements: the canvases, the philosophies, the symbols, the ways of organization and life, the characteristics and traditions of these two worlds. Thus, the research also narrates the educational itinerancy of a gypsy student of the circus tradition from an autoethnographic point of view to answer another question: what are the dilemmas that a gypsy student faces in higher education? In the arena, the dilemmas of gypsy students in higher education are reflected; and the challenges that face them on this itinerary are understood, as specific objectives of the number. I lift the circus tents, I designate the gypsy people with a circus tradition as “gypsies”, to illuminate the history of the circus alluded to the Gypsy People. The voice here is that of a gypsy student from a circus family tradition, whose educational trajectory is the result of affirmative actions. I therefore assume the role of defender of this reparation policy, as well as the creation of new political and pedagogical strategies, which do not move away, but rather do not approach the educational environment as in a circus show. Raise the curtains and have a great show everyone!!

Keywords: Gypsy People. Autoethnography. University Education. Affirmative Action

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. CIGANOS/AS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:UM PANORAMA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO DOS POVOS CIGANOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	15
INTRODUÇÃO	16
POVOS CIGANOS E EU, QUEM (S) SOMOS?	18
(DES)CAMINHOS DA PESQUISA: A REVISÃO NARRATIVA	24
AÇÕES AFIRMATIVAS: O QUÊ SÃO, PARA QUEM, E PARA ONDE VÃO?.....	27
POVOS CIGANOS ACAMPAM EM IESS NO BRASIL	28
CIGANOS (AS) NO ENSINO SUPERIOR EM PAUTA.....	34
RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
CONSIDERAÇÕES.....	40
REFERÊNCIAS.....	43
2. ENTRE AS LONAS E O ENSINO SUPERIOR: ITINERÁRIO AUTOETNOGRÁFICO DE UM CIGANO ESTUDANTE	47
INTRODUÇÃO	49
LEVANTANDO ÀS LONAS DO CIRCO: OS CIGANENSES!.....	52
POR DENTRO DAS LONAS DO CIRCO: A AUTOETNOGRÁFIA.....	57
MEMÓRIA E FILOSOFIA CIGANA KALON APLICADAS À ITINERÂNCIA EDUCACIONAL DE UM CIGANENSE	60
EXERCÍCIO AUTOETNOGRÁFICO DE UM APRENDIZ-PESQUISADOR EM MOVIMENTO.....	65
A OUTRA PRAÇA.....	69
OUTRAS VOZES CIGANAS NO ENSINO SUPERIOR: HISTÓRIAS ENTRECRUZADAS	75
DISCUSSÕES E RESULTADOS	81
REFERÊNCIAS.....	84
CONCLUSÃO	87

APRESENTAÇÃO

Atualmente não há somente uma face branca a representar os (as) estudantes que acessam o ensino superior no Brasil, em especial, às universidades e instituições públicas. Visivelmente mais negros, indígenas, trans, pessoas diversas, e uma materialidade inclusiva tem feito casa. Desde 2018, podemos afirmar que estão também adentrando, mais pessoas ciganas no ensino superior. São novas caras, outros corpos a ocuparem esses espaços.

Essa mudança no perfil dos estudantes universitários é resultado de uma série de planos, programas e políticas voltadas para o ensino superior, dentre estes nos interessa destacar a implementação da chamada “Lei de Cotas”, nº 12.1711/2012, por via da qual, além de negros, indígenas, pessoas trans e travestis, refugiados, pessoas com deficiência, dentre outras, e também a população cigana do Brasil puderam ingressar no ensino superior.

Segundo a pesquisa Desigualdades Sociais por Raça e Cor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela primeira vez na história, pretos e pardos formam a maioria de 50,3% de estudantes nas instituições federais de ensino superior (IBGE, 2019). A quinta Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino (IFES), realizada por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 2018, e cujo universo investigado foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, apontou mudanças significativas na composição de cor e raça dos estudantes das IFES, nos últimos 15 anos (FONAPRACE, 2019). A partir de 2003 houve um crescimento da participação de estudantes pardos e pretos, os brancos passaram de 59,4% para 43,3% em 2018, 38,2% de pardos; 12,0% de pretos; 2,1% amarelos; 0,9% de indígenas. Os estudantes “sem declaração” representam 2,5%. Essa pesquisa considera que tal mudança é, em larga medida, fruto da adoção de políticas públicas - ações afirmativas nas universidades federais. Estas ações foram implementadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005, e ampliadas ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal.

É possível inferir, então, a considerável reconfiguração do perfil dos estudantes universitários é resultado da criação de programas a exemplo do Fundo de

Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004, ou para as universidades federais, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da própria Lei nº 12.711 de 2012 (FONAPRACE, 2019).

Contudo, esses dados não contemplam os estudantes de etnias ciganas, talvez porque só passamos a ser inseridos após 2018, quando na esteira das ações afirmativas para negros, pardos, indígenas e quilombolas, fomos incorporados em iniciativas isoladas, a exemplo da alteração da resolução de ações afirmativas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por exemplo. Até então, ausência e invisibilização são barreiras que nós, estudantes pertencentes às comunidades ciganas, queremos derrubar. Este é o meu caso, e para isso, ilumino o caminho até aqui trilhado, apresentando um panorama da situação dos Povos Ciganos no ensino superior brasileiro, assumindo a voz da narrativa em primeira pessoa, enquanto sujeito de direito e diretamente imbricado no tema de estudo.

Em um primeiro momento, adoto a Revisão Narrativa de Literatura no artigo - estudo de natureza qualitativa, buscando contribuir para o entendimento sobre a situação atual dos Povos Ciganos no ensino superior brasileiro, cumprindo com o objetivo geral de apresentar um panorama das Universidades e IESs públicas que promovem políticas públicas afirmativas para aos Povos Ciganos, e de modo mais específico identifico e mapeio as IESs que promovem políticas públicas afirmativas para os Povos Ciganos.

Essa pesquisa é relevante pois sabemos que as desigualdades sociais observadas no Brasil são perceptíveis, inclusive entre a multiplicidade de ciganos/as brasileiros/as e suas tradições. Uma parte sobrevive na itinerância, por falta de opção, imposição política local, perseguições e ausência de políticas públicas igualitárias de acesso à terra. Sem território, ou até mesmo por escolha. Esse é o caso de muitas comunidades que preservam e querem viver mantendo essa tradição nas barracas, trailers, baús e ranchos. Unindo, por vezes, elementos da cultura como as tendas e marquises, com construções como se observa hoje: casas inteiras, ou partes separadas em cômodos. Além disso, há os ciganos de tradição circense, a exemplo do sujeito e primeiro autor, aqui denominados de “ciganenses” (nomeação construída pelo Coletivo Ciganagens: ciganos + circenses).

Ciganólogos, das mais diversas áreas como a História, a Antropologia e a Sociologia, a exemplo de Teixeira (2008); Moonen (2011), e Menini (2021), trazem abordagens em seus estudos que apontam para a presença de ciganos no Brasil desde a colonização, apresentando documentos e relatos históricos comprobatórios de que a partir de 1574 famílias ciganas foram deportadas de Portugal para a então colônia portuguesa. Contudo, há suspeitas de que antes outros grupos ciganos foram obrigados a deixar aquele país, para desafogar a migração dos que partiam da Europa e de outras Regiões do mundo, bem como para povoamento da então colônia, ao tempo em que por lá, davam um jeito se livrar daquelas pessoas que apresentavam costumes e hábitos completamente diferentes dos modos civilizatórios e catequistas da época, apregoados enquanto o jeito supostamente certo de se viver e estar no mundo. Já nessa época, há relatos de que, por um lado, as tradições e formas de vida eram condenadas institucionalmente pelas autoridades, a ponto de ordenarem perseguições e prisões para os que viviam fora da ordem social. Por outro, alguns ciganos/as eram chamados para animar as festanças da corte portuguesa, com apresentações de danças, música, fogo, contação de histórias e piadas, como espécie de bobos e artistas da corte. Esses momentos eram regados a farta comida, bebidas e atividades voluptuosas, protagonizados por ciganos da etnia Calón, oriundos da península ibérica, Espanha e Portugal, sendo hoje o maior grupo étnico cigano do Brasil.

Considerando, então, que é possível de se fazer circo e as artes circenses quer seja em baixo das lonas, nas praças, nos cercados, nas arenas ou em estruturas criativas em formatos que se assemelham aos teatros da era medieval e shakespeariana, ou mesmo em um círculo adaptado em um canto de sala qualquer, é possível pressupor que há circo no Brasil desde os primeiros anos da colonização, ainda que essa presença seja mais notável nos séculos seguintes, com a chegada de outros grupos ciganos oriundos da Europa Ocidental, e do Leste europeu (Rom/predominantemente Kalderash e Sinti), mais por volta do fim do século XVII e, de forma mais notória, a partir do XVIII, e XIX, quando temos o circo “moderno”, tal como o conhecemos hoje. Entretanto, vale assinalar que, ao contrário do que tem sido difundido na historiografia dos ciganos/as até então, defendo que o trabalho com o circo, e o circo como fator de união e subsistência de grupos e famílias, não é uma

característica exclusiva desses troncos étnicos, uma vez que, a própria história demonstra e comprova que bem antes, os Calóns já davam vida ao circo por aqui.

No segundo artigo da pesquisa, utilizo a autoetnografia como método de pesquisa para responder à questão: quais são os dilemas que atravessam um cigano estudante no ensino superior? Narrar a itinerância educacional de um cigano estudante de tradição circense a partir de um ângulo de visão autoetnográfico é a ideia central. Refletir os dilemas de estudantes ciganos/as no ensino superior e compreender os desafios que atravessam estudantes ciganos no ensino superior são objetivos específicos, por meio dos quais procuro realçar os dilemas enfrentados por ciganos(as) que ingressam no ensino superior. Construo um exercício autoetnográfico no qual ressalto os aspectos do meu itinerário educacional no ensino superior, bem como de outros/as estudantes ciganos entrevistados pela via da produção jornalista e publicadas em portal de notícias sobre educação e justiça. Analiso essas experiências entrecruzadas, iluminando os dilemas, os desafios e propondo formas de debates para elucidação desses aspectos nos espaços da educação superior institucional, sendo um dos principais a escolha entre dar e ser a continuidade de algumas tradições, a exemplo da cultura e tradição circense itinerante, em detrimento da ocupação dos espaços universitários, bem como outros atravessamentos comuns a nós que são refletidos e iluminados nesses itinerários de ciganos/as estudantes que acessam o ensino superior, contrariando as expectativas sociais e por vezes familiares.

É preciso inaugurar uma ciência que se renove para nos acolher e reconhecer novas epistemes. Uma ciência que permita questionar como e o que realmente fizeram e escreveram até aqui, com quais os objetivos? Quanto aos resultados e retornos, o que foi feito do que já se sabe por meio das pesquisas desenvolvidas cujos assuntos batidos e rebatidos parecem ladainhas fetichistas? Ficamos nos perguntando quais são as contrapartidas e o que meu povo cigano ganha toda vez que se deleitam em temas que nos causam dor e sofrimento? Percebo uma espécie de fetiche, fascínio, escárnio, enredo, roteiro, apresentando lastros de sangue, dor e sofrimentos alusivos a nós. Até agora, com isso, temos servido de mola propulsora de pesquisadores que se baseiam no que acreditam saber/obter/coletar acerca de nós. Em sentido contrário, sou mais um cigano aprendiz de pesquisador, que se levanta e

se propõe o desafio de ocupar, de requer ser parte concreta desse espaço formativo superior.

A voz aqui é a de um cigano estudante de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas. Assumo o papel de defensor dessa política de reparação, bem como da criação de novas estratégias políticas e pedagógicas, que não nos afastem, mas antes nos aproximem do ambiente educacional em que escolhemos nos inserir para consolidação da formação educacional superior, instaurando um protagonismo necessário na ciência brasileira, de quem é ao mesmo tempo, autor e sujeito de pesquisa, mas que não se quer solitário. Abram-se a esses novos caminhos propostos. Levantam-se as cortinas, e tenham todos um excelente espetáculo!

1. CIGANOS/AS ACAMPAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:UM PANORAMA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO DOS POVOS CIGANOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

Já não há mais uma face branca e única a representar os (as) estudantes que acessam o ensino superior no Brasil. Visivelmente mais pessoas negras, indígenas, trans, têm acesso ao ensino superior que hoje é mais inclusivo, diverso. Entretanto, mesmo que Lei nº 12.711/2012, que instituiu as cotas não tivesse previsto que os povos ciganos figurassem segmento beneficiário, podemos afirmar que, dentre as repercussões do processo de democratização de acesso ao ensino superior no país ocorridos nos primeiros anos dos séculos XXI, observa-se um aumento significativo da presença de ciganos em instituições do ensino superior, mais notadamente desde 2018. De natureza qualitativa, este artigo toma como método a Revisão Narrativa de Literatura, para contribuir com a compreensão sobre qual é a situação dos povos ciganos no ensino superior brasileiro? Seu objetivo é apresentar um panorama, mapeando as Universidades e Instituições de Ensino Superior que atualmente promovem políticas afirmativas voltadas para os Povos Ciganos. A partir da interdisciplinaridade, o conceito de ações afirmativas é usado para tecer reflexões narrativas críticas, apontando para a necessidade de ampliação desse dispositivo, para consolidação de um projeto de instituição democrático e diverso. Aponta ainda para necessidade de outros atores/autores, de preferência, outros(as) ciganos(as), possam narrar criticamente os alcances, as lacunas, e a aplicabilidade prática das políticas afirmativas, estratégia fundamental para processo de ciganização das universidades e institutos de ensino superior do Brasil; ciganizar é preciso, e se trata de uma tarefa incontornável para nós estudantes ciganos(as), bem como para todos que acreditam na diversidade e inclusão proporcionada pelas ações afirmativas enquanto bases fundantes dos espaços de formação superior, além de cooperar contra colonização destes e no combate ao anticiganismo institucional.

Palavras-Chave: Povos Ciganos. Ensino Superior. Ações Afirmativas

ABSTRACT

There is no longer a single, white face representing students who access higher education in Brazil. Visibly more black, indigenous and trans people have access to higher education, which today is more inclusive and diverse. However, even though Law No. 12,711/2012, which established the quotas, had not foreseen that the gypsy people would be a beneficiary segment, we can state that, among the repercussions of the process of democratization of access to higher education in the country that occurred in the first years of the 21st century, there has been a significant increase in the presence of gypsies in higher education institutions, most notably since 2018. Qualitative in nature, this article uses the Narrative Literature Review as a method, to contribute to the understanding of which What is the situation of gypsy people in Brazilian higher education? Its objective is to present an overview, mapping the Universities and Higher Education Institutions that currently promote affirmative policies aimed at Roma Peoples. Based on interdisciplinarity, the concept of affirmative actions is used to weave critical narrative reflections, pointing to the need to expand this device, to consolidate a democratic and diverse institutional project. It also points to the need for other actors/authors, preferably other gypsies, to be able to critically narrate the scope, gaps, and practical applicability of affirmative policies, a fundamental strategy for the process of gypsyization of universities and higher education institutes in Brazil; gypsying is necessary, and it is an unavoidable task for us gypsy students, as well as for everyone who believes in the diversity and inclusion provided by affirmative actions as the founding bases of higher education spaces, in addition to cooperating towards against colonization of these and in the fight against institutional antigypsyism.

Keywords: Gypsy People. University Education. Affirmative Action

INTRODUÇÃO

Atualmente não há somente uma face branca a representar os (as) estudantes que acessam o ensino superior no Brasil, em especial, às universidades e instituições públicas. Visivelmente mais negros, indígenas, trans, pessoas diversas, e uma materialidade inclusiva tem feito casa. Desde 2018, podemos afirmar que estão também adentrando mais pessoas ciganas no ensino superior. São novas caras, outros corpos a ocuparem esses espaços.

Essa mudança no perfil dos estudantes universitários é resultado de uma série de planos, programas e políticas voltadas para o ensino superior, dentre estes nos interessa destacar a implementação da chamada “Lei de Cotas”, nº 12.1711/2012, por via da qual, além de negros, indígenas, pessoas trans e travestis, refugiados, pessoas com deficiência, dentre outras, e também a população cigana do Brasil puderam ingressar no ensino superior. Ainda que tenha passado quase um século de portas fechadas para toda diversidade étnica da população brasileira, as universidades e as Instituições de Ensino Superior - IES, na primeira década do século XXI, se viram instadas a convocar novos públicos estudantis, atendendo às reivindicações de grupos sociais historicamente excluídos; este é o caso dos Povos Ciganos.

Segundo a pesquisa Desigualdades Sociais por Raça e Cor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela primeira vez na história, pretos e pardos formam a maioria de 50,3% de estudantes nas instituições federais de ensino superior (IBGE, 2019). A quinta Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino (IFES), realizada por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 2018, e cujo universo investigado foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, apontou mudanças significativas na composição de cor e raça dos estudantes das IFES, nos últimos 15 anos (FONAPRACE, 2019). A partir de 2003 houve um crescimento da participação de estudantes pardos e pretos, os brancos passaram de 59,4% para 43,3% em 2018, 38,2% de pardos; 12,0% de pretos; 2,1% amarelos; 0,9% de indígenas. Os estudantes “sem declaração” representam 2,5%. Essa pesquisa considera que tal mudança é, em larga medida, fruto da adoção de políticas públicas - ações afirmativas nas universidades federais.

Estas ações foram implementadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005, e ampliadas ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal.

É possível inferir, então, que a considerável reconfiguração do perfil dos estudantes universitários¹ é resultado da criação de programas a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) e, 2004, ou para as universidades federais, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da própria Lei nº 12.711 de 2012 (FONAPRACE, 2019).

Contudo, esses dados não contemplam os estudantes de etnias ciganas, talvez porque só passamos a ser inseridos após 2018, quando na esteira das ações afirmativas para negros, pardos, indígenas e quilombolas, fomos incorporados em iniciativas isoladas, a exemplo da alteração da resolução de ações afirmativas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por exemplo. Até então, ausência e invisibilização são barreiras que nós, estudantes pertencentes às comunidades ciganas, queremos derrubar. Este é o meu caso, e para isso, ilumino o caminho até aqui trilhado, apresentando um panorama da situação dos Povos Ciganos no ensino superior brasileiro, assumindo a voz da narrativa em primeira pessoa, enquanto sujeito de direito e diretamente imbricado no tema de estudo.

Pretendo aqui realizar um exercício que sem distanciamento do objeto/sujeito pesquisado, se apoia no rigor e zelo científico, estabelecendo de maneira explícita, os critérios teórico-metodológicos de sua feitura. Adoto a Revisão Narrativa de Literatura neste estudo de natureza qualitativa, buscando contribuir para o entendimento sobre a situação atual dos Povos Ciganos no ensino superior brasileiro. Meu objetivo geral é apresentar um panorama das Universidades e IESs públicas que promovem políticas afirmativas para aos Povos Ciganos, e de modo mais específico busco identificar e mapear as IESs que promovem políticas públicas afirmativas para os Povos Ciganos. Assumo à prática do conceito Lugar de Fala, em sintonia com Ribeiro (2017), na condição de um jovem cigano da etnia Calon, de tradição circense, e estudante da Pós-graduação, para tecer reflexões narrativas críticas acerca das

¹ A partir de 2003 a 2018 os pardos aumentaram sua participação entre estudantes em 11 pontos percentuais; pretos/as mais do que dobraram.

questões que envolvem a ausente-presença de Povos Ciganos no ensino superior, lançando também o meu olhar de dentro da comunidade. Para cumprir esse propósito, afilio-me ao conceito de ações afirmativas bebendo nas fontes de Sampaio e Santos (2013, 2017, 2020); Maraux, Santos e Oliveira (2021), dentre outros, aplicados aos Povos Ciganos no ensino superior.

Ademais, eu sinto que esta é uma missão particular para uma contribuição coletiva, pois, sou também um sobrevivente da violência social e perseguição do Estado, continuidade de muitos que antes de mim vieram e lutaram por melhores condições, reconhecimento e respeito bem antes, pois derramaram literalmente seu sangue, para que tenhamos hoje essa tímida, porém, oportuna abertura para adentrar ao desconhecido. Este estudo, portanto, representa essa continuidade das lutas do meu povo cigano, incitado pela coragem e valentia que nos caracteriza, no esperar para que as próximas gerações encontrem um universo cigano com menos dores e mais oportunidades. Bem como, para que não tenhamos mais de demonstrar e comprovar outras habilidades, sem antes termos a nossa cidadania plenamente reconhecida. Que não sejamos mais tão subestimados, senão, admitidos por nossos saberes ancestrais, culturas e conhecimentos que tanto nos orgulham, nos distinguem e nos guiam.

Ciganizar o ensino superior brasileiro é uma tarefa política incontornável para nós estudantes ciganos(as), e neste trabalho tento cumprir com esse propósito. Abordando a autora cigana da etnia Calón Sara Macêdo (2021), os lugares dos (as) ciganos(as), tem de deixar de ser lugar nenhum, para ser os lugares nos quais quisermos estar, seja de passagem ou não. Opré Romá!

POVOS CIGANOS E EU, QUEM (S) SOMOS?

Um cigano que ocupa o papel de pesquisador aberto ao aprendizado e ao diálogo acadêmico-científico, que respeita suas regras e limites, mas sabe de que lado está e deixa isso muito bem explícito: o lado dos ciganos! (Silva Júnior, 2018, p. 29)

Antes de melhor nos e me apresentar, peço a benção, licença e permissão aos meus, aos nossos ancestrais ciganos (as), que permitiram sobreviver para a minha e as nossas histórias poder contar neste registro. A voz aqui é a de um cigano estudante

de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas, e que assume o lugar de defensor dessa política de reparação. Cumpro com o dever de honestidade intelectual, declarando inicialmente que faço coro ao que diz o autor cigano Calón Silva Júnior (2018) e estou também do lado dos (as) ciganos (as), pois:

O olhar dos ciganos é diferente das construções e amarras colocadas pelo Capital, sua estrutura de pensamento e valores liberais burgueses, massificados pelo engendramento do sistema capitalista, que tenta homogeneizar, padronizar, fixar e engessar a diversidade humana em um único modelo repetido à exaustão a partir do 'modus vivendus burguês' e seu *ethos* ideológico recheado de valores individualistas. Permanecer à margem social é um movimento de negação e transgressão aos valores da burguesia. Liberdade para os ciganos, portanto, é uma liberdade ambiental, evocada pelas estruturas ambientais, que formam parte de uma Educação Ambiental Popular. O estilo de vida e os valores, incluindo os ambientais, dos ciganos Kalon proporcionam-lhes uma visão de mundo muito próxima aos elementos ambientais, especialmente o fogo, a terra, a água e o ar, isto é, uma vivência baseada no imaginário das narrativas mitológicas (Silva Júnior, 2009, p. 251).

Nós, tradicionais Povos Ciganos, compomos uma grande nação, formada por grupos étnicos minoritários que durante séculos tiveram seus corpos subalternizados, marginalizados, violentados, perseguidos, oprimidos e silenciados. Carregamos as marcas das opressões e violências inúmeras da herança maldita que o colonialismo ainda nos submete, nos empurrando para além das margens. Somos e continuamos sendo invisibilizados e excluídos de espaços sociais, das escolas, universidades e Institutos de Ensino Superior.

Os desníveis estruturais e desigualdades são perceptíveis na escolarização formal dos Povos Ciganos, bem como dos demais brasileiros (as) oriundas (as) das camadas sociais populares, o que dificulta o ingresso ao ensino superior, ainda um privilégio de poucos, se considerarmos a multidão que segue de fora. Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), do Brasil, são as que mais padecem, dentre essas, os (as) ciganos (as). Banidos, degredados de Portugal e de outros países da Europa, estamos no Brasil há mais de 500 anos, desde a sua invasão. O resultado disso, explicita Silva Júnior (2020, p. 49, grifo do autor):

As políticas de expulsão foram tão intensas e seculares a ponto de o nomadismo tornar-se um elemento cultural central das etnias ciganas. A expulsão era também combinada com políticas persecutórias e violências físicas: o genocídio, a prisão, o sequestro de crianças aplicadas historicamente contra as pessoas ciganas. **O resultado aparece no racismo estrutural no âmbito desserviços cidadãos: habitação, saneamento básico, educação e trabalho formais.**

Mas, queiram ou não, somos parte histórica, social e cultural da sua construção. E para essas existências, as identidades ciganas, mais do que nunca, como diz Krenak (2019, p.15), é preciso reconhecer:

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente.

Em palavras outras, “povos ciganos estão em meio a uma fumaça de exotização e divergência. Desanuviar suas formas organizativas enquanto território-identidade é um desafio” (Macêdo e Ferreira, 2023, p. 224). Uma diversidade de grupos étnicos, organizados como território-identidade, com infinitas particularidades de costumes e tradições, nos distinguem e nos identificam. Comumente, referem-se a nós usando termos como “cigano, gitano, gitan, zigeuner, zíngaro, gypsies”. Essas formas criadas para homogeneizar uma população por essência heterogênea, em maiorias nômades, conforme diz a História passavam pela Europa a partir do século 15, com hábitos e culturas distintos das existentes nestes locais e época. Mas as denominações dadas pelos europeus a partir desta generalização linguística, não dão conta do verdadeiro ser cigano, das nossas culturas, diversidades e particularidades (Fernandes Filho e Karpowicz, 2021). As nomenclaturas “Romani”, “Romá” e similares, são formas habituais de parte dos pesquisadores, cientistas e ativistas, sobretudo de outros países, para nos referenciar, como forma de minorar os estigmas causados pelo uso do termo “ciganos(as)”, que continua nos imaginários a permear. Porém, “ciganos(as/es)” adotarei, pois, acredito que é sobre (re) significar nossas dores para reafirmar as nossas identidades.

Não há um consenso sobre as origens dos povos ciganos. O estudo de Karpowicz (2018) e alguns autores/as indicam que somos povos originários do Egito e/ou Índia; outros estudos apontam e outros afirmam que partimos da Índia – sendo esta hipótese a mais aceita e difundida na literatura. Em andanças, fuga e perseguição, nos espalhamos por todos os cantos e continentes, oriente e ocidente. Somos considerados um “povo sem nação”, porque nunca aceitamos qualquer rótulo que nos impedisse a mais plena liberdade. Grupos múltiplos e diversos pelo mundo a se espalhar... até hoje, com exatidão, ninguém sabe quantos há!

A população cigana é fruto de uma cultura milenar. Fomos vítimas do odioso regime do holocausto durante a 2ª Guerra, quando mais de 500 mil de nós foram duramente perseguidos e assassinados. No entanto, a História com os ciganos pouco se importou. Raramente nos livros alguém nos anotou. A ausência de referência escrita de autoria cigana motivou esse trabalho, e assim, o que faço, e “o que os povos ciganos fazem a partir disso, entretantes, a sua cosmovisão, é construção de mundo diverso desse que o empurrou. Pode-se pensar a margem enquanto alternativa, mas não deixa de ser um histórico vivenciado” (Macêdo e Ferreira, 2023, p. 228).

Sobre os ciganos brasileiros, os dados oficiais são vagos, imprecisos. Não somos identificados como sujeitos pertencentes a distintos grupos étnicos, nos categorizam como “acampamentos”. As informações datadas dos anos de 2011 e 2014, reforçam e escancara o descaso dos últimos governos conosco, gerando desinformação e multiplicando os entraves para a elaboração de políticas inclusivas, principalmente no âmbito da educação. Através dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram identificados 291 acampamentos ciganos no Brasil, situados em 21 estados, sendo Minas Gerais (58), Bahia (53), e Goiás (38), os de maior concentração. Os municípios com 20 a 50 mil habitantes apresentaram a maior reunião de comunidades ciganas. Deste total, apenas 40 prefeituras declararam desenvolver políticas públicas direcionadas aos Povos Ciganos, o que corresponde a apenas 13,7%. Entretanto, dados extraídos em 2018, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), relativos ao Cadastro Único (CadÚnico), documentam que em todos os estados há registros confirmados de ciganos (as) assistidos (as) por esse programa social (Brasil, 2011; 2014).

Por aqui, as multiplicidades étnicas e culturais são atributos comumente alusivos a nós, destacando-se principalmente três grupos: os “Calón/Calon/Kalon” (oriundos em grande medida da Península Ibérica), avaliados o maior e mais antigo, presente principalmente na região Nordeste; os “Rom” (originários em grande parte de países do Leste Europeu); e os “Sinti/Sintó”, havendo, ainda os “Kalderash”, “Louvara”, e outros, cujas informações relacionadas ainda divergem. Com algumas variações linguísticas, o “Chib” ou “Caló” é a língua-mãe oralizada e por nós valorizada, enquanto um símbolo da riqueza das culturas ciganas, que nos distinguem e nos caracterizam por séculos, foi terminantemente proibida de ser proferida

(Fernandes Filho e Karpowicz, 2021). Embora uma parte defenda que qualquer tentativa de precisar quantos somos seja falaciosa, alguns pesquisadores (as) dos estudos ciganos estimam que no Brasil há entre 500 mil e 1,5 milhão de ciganos (as/es). O que se sabe é que, embora o Ministério Público Federal tenha indicado repetidas vezes a necessidade e importância de sermos incluídos nas pesquisas do IBGE, o Censo de 2022-2023 ainda exclui essa informação.

Mas há que se anotar, as desigualdades sociais observadas no Brasil, são também percebidas dentre a multiplicidade de ciganos (as) brasileiros (as) e suas tradições, já que uma parte sobrevive na itinerância, por falta de opção, por imposição política local, perseguições e ausência de políticas públicas igualitárias de acesso à terra, sem território, ou mesmo por escolha. Caso de muitas comunidades que preservam e querem viver nessa tradição, nas barracas, trailers, baús e ranchos. Unindo, por vezes, elementos da cultura, como as tendas e marquises, com construções como se vê hoje: casas inteiras, ou partes separadas em cômodos. Outros grupos, a exemplo dos circenses, têm na itinerância do circo o melhor modo de se viver e andar por todos os cantos do Brasil. É o exemplo da Família Fernandes, minha família - uma dinastia, proprietária dos circos Holiday (Circo do Palhaço Sapatão), Big Brother, Circo do Palhaço Futuca, Irmãos Fernandes, Las Vegas, Indianópolis e Miraculosos. Outros tantos contam com artistas da Família Fernandes no elenco. Os circos Uberlândia, Arte Palácio, D'Libano, Mexicano, Colizeu, Transbrasil e Norte-Americano, também tiveram a família Fernandes como mantenedora dessa tradição.

Mas existem também os circos que possuem estruturas luxuosas, contam com equipamentos modernos, automóveis importados, trailers e baús completamente equipados, e toda a infraestrutura para acolher públicos de todas as classes e idades, com conforto e segurança. Seus proprietários são famílias em que filhos, sobrinhos, primos, parentes, seguem a tradição e não abrem mão de vivê-las plenamente. Para esses artistas desde o berço, deixar a itinerância, abandonar a vida no circo, não é uma opção. Amam assim viver e estar no mundo. Quem continuar...

Não por acaso, quem já viveu no circo, muitas vezes quer voltar, e quem já deixou, se arrepende. Existem ainda aqueles, os semifixos, vivem entre os circos e as cidades: trabalham com a cultura circense, seja com espetáculos artísticos, com apresentações em escolas e outros espaços, trenzinhos da alegria; vão ao circo para

fazer "cachê", apresentações pontuais, e depois, retornam às suas casas. Ao que parece não é mesmo um dilema incomum.

Assim como os circenses da Família de ciganos Calóns Fernandes, existem muitas outras famílias ciganas no circo, como os das etnias Rom / Kalderash. Seus circos tradicionais mantêm uma estrutura de luxo e modernidade. Essas familiares comumente desfrutam de condições econômicas semelhantes aos das camadas média e alta da sociedade brasileira. Mas esse não é o caso de todos, já que muitos se mantêm mambembes, com menores estruturas, geralmente se apresentando e instalando em menores lugares, povoados, distritos, e regiões rurais, onde há carência de cultura e entretenimento social, sendo esses circos bastante valorizados por onde passam, já que os espetáculos, muitas vezes, em nada ficam devendo aqueles com maior composição e investimento. Os palhaços desses circos não raramente são considerados os melhores, pois, se mantêm no mais cristalino talento, só de cara pintada.

Com o passar do tempo, o contato com pessoas não ciganas, os elos firmados com circenses não ciganos, bem os casamentos entre circenses - ciganos, e não - ciganos, com pessoas de fora, homens e mulheres, passaram a viver nas culturas circenses, facilitando a compreensão dos processos da educação formal e suas burocracias institucionais, permitindo o acesso de alguns ciganos à educação formal. Isso contribuiu e contribui para que muitos se formassem profissionais civis nas mais diversas profissões: médicos, advogados, jornalistas, administradores, professores, galgando posições sociais diferente da significativa parcela que ainda segue sobrevivendo em linhas de pobreza, sem acesso às condições básicas, como saúde, saneamento e a educação formal, que considero um tipo de porta de entrada para melhores condições sociais. Outros, seguem esse mesmo caminho ao passo que concluem, mas não é a maioria. Ainda bem, porque o circo tem que continuar!

Destaco que uma parte dos proprietários (são raras as mulheres neste posto), concluíram os processos educativos formais, nos mais variados níveis de ensino. Alguns, ao finalizarem o ensino médio, não quiseram ou não pensam em ingressar no ensino superior, pois, isso implicaria em fixar acampamento e ter residência, ter endereço fixo, o que definitivamente não desejam e não querem. Mantenho contato e laços familiares com uma parte que afirmam que, se houvesse como seguir os estudos na educação formal superior de forma itinerante, como nas fases escolares anteriores,

gostariam da experiência de serem universitários. Mas ainda não existem projetos nesse sentido por parte dos governos e nem das IESs brasileiras, que permitam essa conjuntura no ensino superior. Esses, todavia, já são mais do que doutores nas artes do circo. Esse é título, o legado que desejam, suas prioridades, que lhe valem muito mais.

Também aqueles que como eu, em alguma fase da vida escolar, cursada de forma itinerante em circos, ou em acampamentos, deixaram de viver nessa tradição, e fixaram residência, por escolhas próprias ou decisões, ou imposições patriarcais/matriarcais, e com isso foi possível o ingresso no ensino superior. Em alguns casos, fixar moradia foi uma maneira estratégica para que os interessados (as) tivessem essa possibilidade, com objetivo de vivenciar outras formas e condições de vida. Entretanto, os elos familiares seguem alimentados forte e cotidianamente.

Nos períodos de férias, feriados prolongados, nas datas festivas e comemorações de casamentos, aniversários e outras, os circos voltavam e ainda voltam a ser nossos lares, surgindo os dilemas: entre as Lonas e a Universidade; entre os Palcos e a Faculdade; o Ensino Superior e a Magia do Circo? O mais difícil foi e segue sendo ter de abdicar/escolher.

E se quisermos no ensino superior ingressar? Como viver fora do Circo e da itinerância? Qual é a melhor forma de se viver? Qual é a vida ideal? Ser Doutor ou Locutor? Palhaço ou Engenheiro? Equilibrista, ou Professor? Trapezista ou Historiador? Cientista, Astronauta, Aviador, Pesquisador? ou Mágico, Bailarino do Ar, Globista, Aparador?

Por aqui defendo, para todos os Ciganos (as), que assim desejam, seja plenamente viabilizado o acesso ao Ensino Superior.

(DES)CAMINHOS DA PESQUISA: A REVISÃO NARRATIVA

Sentimo-nos como se estivéssemos soltos num cosmos vazio de sentido e desresponsabilizados de uma ética que possa ser compartilhada, mas sentimos o peso dessa escolha sobre as nossas vidas. Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos. E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos (Krenak, 2019, p.22).

Em 2019, na condição de aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas (PÓSCOM/UFBA), a questão de política afirmativas - cotas para ciganos (as) nas IES foi suscitada. Uma colega afirmou que Ciganos (as) tinham direito às cotas, assim como os Povos Quilombolas e Indígenas. Eu duvidei, de imediato, e depois pensei: “*Somos Povos Tradicionais, se não estamos contemplados nas políticas de ações afirmativas, deveríamos estar!*”. Inquieto, fui buscar de respostas. Mas o cenário observado e que se segue foi complexo.

Os (des) caminhos da pesquisa científica me conduziram à Revisão Narrativa de Literatura como um método oportuno, já que este tem por base a flexibilidade e a subjetividade, proporcionando reflexões críticas abertas deste autor, que assume a voz narrativa no lugar de cigano de tradição circense e estudante da pós-graduação. A forte influência do fator humano na escolha da literatura e das referências analisadas para a organização e produção dos resultados foi outro aspecto considerado relevante, além de atender ao propósito de fornecer uma síntese narrativa sobre as políticas públicas do ensino superior destinados aos Povos Ciganos. Ao sintetizar o conhecimento disponível, este método abre espaço para a criatividade na escrita, e pode indicar os próximos passos que os novos trabalhos devem focar (Flor *et al.*, 2021), possibilitando um panorama esclarecedor em resposta à questão aqui suscitada: qual é a situação dos/as ciganos/as no ensino superior brasileiro?

Embora não seja obrigatório estabelecer critérios explícitos ou sistematização na descrição e desenvolvimento de determinada pesquisa ou tema com este método, considere importante situar o (a) leitor (a) acerca de como os trabalhos estudados surgiram neste trajeto, fazendo eclodir um mapeamento possível do que foi produzido sobre a temática, a partir das fontes de dados predeterminadas, primárias e secundárias. Além disso, diferente de outros tipos de revisões literárias que não admitem interferências críticas do autor, as revisões narrativas são classificadas como uma análise de literatura que fornecerá sínteses reflexivas e compreensivas das informações que já foram publicadas, se constituindo, assim, de um instrumento de ensino útil por sua natureza de construção e sistematização aberta das informações (Flor *et al.*, 2021, p. 6-7).

A revisão narrativa é um método subjetivo que pode variar de acordo com a vivência e experiência do autor da pesquisa. Dessa maneira, não se baseia em

critérios rígidos para buscar os dados, e a análise destes dados pode sofrer interferência de quem está realizando o trabalho. Mas nada impede o autor de detalhar a estratégia aplicada, vez que pode conferir maior rigor e confiabilidade ao estudo. Normalmente, é muito comum em fundamentações teóricas de trabalhos de conclusão de cursos, de teses e de dissertações (Cordeiro, Oliveira e Rentería, 2007; Mattos, 2015).

As buscas em plataformas da *internet* trouxeram a informação sobre a recente inserção dos ciganos (as) nas políticas de ação afirmativas da Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal do Sul da Bahia, instituições pioneiras na adoção dessas medidas. Não imaginava naquele momento que a Educação Universitária dos(as) ciganos(as) se tornaria mais tarde o objeto da minha pesquisa. Entre julho de 2018 e maio de 2023 estabeleci diferentes estratégias para conhecer melhor o terreno, ampliar as referências literárias e consultar outras fontes de informações pertinentes, essas auxiliaram a construção desta revisão. Os dados coletados foram sendo atualizados na medida em que novas universidades, IESs e programas de Pós-graduação brasileiros incorporaram os Povos Ciganos nas diretrizes de suas políticas de afirmação e reparação.

Os descritores utilizados para a revisão de literatura foram: ciganos + universidade; estudantes ciganos + universidade; ciganos + ensino superior. As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o *Google Acadêmico*; o *SciELO*; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e no portal *Google*, com foco em estudos desenvolvidos no Brasil. Descartei aqueles produzidos em outros países, mas chamou atenção que há em Portugal uma literatura ampliada sobre o acesso ao ensino superior para os ciganos portugueses.

Nesta busca encontrei apenas quatro trabalhos científicos com abordagens relacionadas aos Povos Ciganos no Ensino Superior. É preciso também ressaltar a relevante contribuição do Coletivo Brasileiro de Estudos Ciganos (COBEC). Contando com cerca de noventa pesquisadores(as) do tema, de diversas IES do Brasil e de fora, o COBEC oportunizou acesso às informações e fontes de pesquisas atualizadas em tempo real sobre a temática dos Povos Ciganos no ensino superior.

ações afirmativas: o quê são, para quem, e para onde vão?

A definição de quais políticas serão implementadas, ocorre sempre a partir de uma disputa simbólica, em que extravasam as pautas e demandas das vozes hegemônicas, em detrimento daquelas que estão em periferia discursiva. Neste caso, tanto a elaboração de políticas públicas afirmativas, com a participação das pessoas a que se destinam, quando a sua apropriação por estas mesmas pessoas, são parâmetros para medir o acesso a direitos cidadãos, (...) um direito não se dissocia do outro e nem da noção da cidadania (Idem) (Silva Júnior, 2020, p. 44-45).

Já no primeiro parágrafo, o Estatuto da Igualdade Racial brasileiro explicita que ações afirmativas são “[...] programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (Brasil, 2010). Segundo Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio (2013), os programas e políticas de ações afirmativas estão fundamentadas nos princípios de igualdade e proporcionalidade. O termo “ação afirmativa” começou a ser utilizado por volta de 1960, mas as ideias que sustentam este conceito circulam no mundo há muito tempo, sendo observadas em países como Índia e Malásia, dois dos percussores na adoção de ações com esses princípios, além dos Estados Unidos. Desde então, o conceito de ações afirmativas vem tomando proporções mais amplas do que uma mera política antidiscriminatória (Santos e Sampaio, 2013). Representando:

A ideia de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo da discriminação e marginalização no passado. Esse conceito refere-se a programas (públicos e privados) que buscam aumentar a participação de sujeitos pertencentes a minorias (raciais, étnicas, gênero, origem nacional etc.) em todas as esferas da vida pública (Santos e Sampaio, 2013, p. 202-203).

No intuito de diminuir as desigualdades socioeconômicas criadas pela exclusão, com isso, o Estado brasileiro também se viu obrigado a colocar em suas obrigações prioritárias, a construção prática das políticas de ações afirmativas (Santos e Sampaio, 2013). As ações afirmativas atuam em favor do rompimento dos ciclos de reprodução das desigualdades, e são:

Políticas públicas para a promoção de oportunidades para pessoas empobrecidas, negros (as), indígenas, quilombolas, **ciganos (as)**, pessoas com deficiência e LGBTQI+ que se propõe a construir estratégias de reparação às discriminações historicamente produzidas no país, ao passo em

que busca romper o ciclo de reprodução das desigualdades (Maraux, Santos e Oliveira, 2021, p. 9, Grifo nosso).

Ainda para Maraux, Santos e Oliveira (2021, p. 27-28), “são as lutas dos movimentos sociais que estão na raiz das ações afirmativas. São os da margem que, precipitados sobre o abismo social, vêm o que pode existir para além das fronteiras, das normas, das exclusões, dos territórios instituído”.

A possibilidade de igualdade de acesso pela via do sistema de cotas, e da ampliação de vagas no Ensino Superior é uma forma de contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a política de ações afirmativas precisa ser compreendida enquanto medida reparatória e não somente como vantagem oferecida a certos grupos. O sistema de cotas é apreendido, então, como uma forma diferenciada de inclusão à medida que não aparecem meios de nivelamento entre os concorrentes ao ensino superior nem implementa uma nova maneira de ingressar. Tal política não se trata de uma ação única e absoluta para solucionar a problemática da exclusão, contudo precisa ser implantada juntamente com ações que tragam a melhoria da qualidade do ensino público desde a educação básica (Santos e Sampaio, 2013, p. 214).

No rol de finalidades da política de ações afirmativas, além da contribuição no combate às desigualdades, a garantia de que jovens a quem o acesso à educação superior foi sistematicamente negado possam desfrutar do conhecimento historicamente acumulado, e ao mesmo tempo, em contrapartida, contribuir para que a universidade seja lugar do diálogo e reconhecimento entre saberes (Santos e Sampaio, 2013). Nesse sentido, as ações afirmativas podem operar, ainda, como estratégia política efetiva contra colonização do conhecimento, e da ciência brasileira (Quintero, Figueira e Elizaldo, 2019).

POVOS CIGANOS ACAMPAM EM IESS NO BRASIL

A presença acadêmica dos corpos subalternizados prenes de saberes escandaliza os ortodoxos. Negras (os), pessoas com transtorno do espectro autista, indígenas, quilombolas, pessoas com altas habilidades, mulheres trans, **ciganas (os)**, travestis, pessoas com deficiência, homens trans, são acontecimentos exúlicos no ensino superior, são o brado dos ancestrais saberes transculturais, não hierárquicos, não violentos (Maraux, Santos e Oliveira, 2021, p. 23-24, grifo nosso).

“Desafios para a efetivação do direito à educação: com a palavra, os ciganos” é o título da pesquisa de mestrado defendida, em 2017, por Luanda Almeida Reis da Silva, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Embora não aborde diretamente as políticas públicas afirmativas para os/as ciganos/as no ensino superior, o estudo apresenta um ponto de vista apropriado e consistente. Um valioso trabalho de entrevistas com estudantes ciganos (as) da graduação e da Pós, oferece informações relevantes permitindo uma base da compreensão sobre as políticas públicas em prol da educação cigana de modo geral.

Silva (2017) classifica a pesquisa como exploratória, e propôs familiarizar os leitores (as) com os desafios socioculturais que ciganos Calóns nordestinos, graduandos, graduados e pós-graduados enfrentaram para que pudessem ter os seus direitos à educação efetivados na prática. O estudo teve como objetivo principal analisar os desafios de ciganos (as) Calóns nordestinos para garantia do direito à educação e fortalecimento da cidadania cigana, contemplando entrevistas semiestruturadas com estudantes ciganos (as), que narraram os desafios e dilemas tanto do acesso, quanto da permanência nos espaços escolares e universitários.

Apesar de apontar para os desafios enfrentados nas escolas públicas, no âmbito do ensino básico, o estudo presta uma contribuição relevante para o tema. Segundo Silva (2017), ao examinarmos a presença dos ciganos nas políticas educativas, bem como nos contextos educacionais, o cenário é de pouca visibilidade e baixa produção científica, bem como é inexpressiva a presença e inclusão dos Povos Ciganos nas agendas de pesquisas e políticas brasileiras da educação até a década de 1980. Contudo, ainda segundo a autora, foi possível notar que a partir das décadas de 1980/1990 os estudos relacionados começaram a aparecer no cenário nacional e as discussões a cerca dessa temática ganham progressivamente mais destaque nas agendas de pesquisa e políticas, especialmente naquelas relacionadas à educação (Silva, 2017, p. 15).

O trabalho demonstra que a mobilização no sentido de pleitear a criação das políticas públicas por parte dos movimentos sociais, dos sindicatos, da comunidade acadêmica e outros atores sociais participantes no processo de formulação das novas políticas públicas se fortaleceu, mas somente contou com a presença dos ciganos a

partir do ano 2000. Os acadêmicos, ciganos ou não, se dedicam a realizar estudos sobre a questão, a partir das décadas de 1980/90 na Europa e em meados dos anos 2000 no Brasil. Ou seja, o processo de inclusão dos ciganos nas agendas de políticas no Brasil pode ser considerado lento. De acordo com Silva (2017), essa letargia no que se refere a inclusão dos estudantes ciganos(as) nas políticas públicas, aponta uma necessidade de repensar seus posicionamentos nas políticas, nos contextos escolares, e pedagógicos, e incluo aqui, nos espaços universitários, especialmente para a formulação de políticas de graduação.

Nesse sentido, seguindo o movimento europeu e considerando as nossas especificidades, “o Brasil e países vizinhos são levados a ponderar as situações vivenciadas com as minorias indígenas, negras, *ciganas* e outros povos que formam suas nações” (Silva, 2017, p. 75, grifo nosso). Essa pesquisadora ainda avalia, o direito à educação para ser efetivo aos ciganos deve essencialmente contribuir para combater o preconceito nas instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, além de fomentar os cursos de formação de professor, diferente do que acontece na atualidade, sejam capazes de prepará-los para o atendimento da diversidade cultural, considerando as especificidades e multiplicidades dos grupos étnicos ciganos. Silva (2017), assinala:

É preciso compreender **os ciganos como povo de tradição oral**, que preserva alguns costumes da medicina tradicional, que tem língua e expressões próprias, que sua mobilidade está associada ao trabalho e tantos outros traços culturais que marcam as comunidades tradicionais, como os indígenas, refugiados, imigrantes, os trabalhadores do campo e tantos outros grupos excluídos (Silva, 2017, p. 54, grifo nosso).

A dissertação defendida por Dayse Batista Santos, em 2019, “FILHOS DO VENTO: Da invisibilidade ao reconhecimento do Dia Municipal da Etnia Cigana, LEI Nº 2.422/2018, Itabuna-Bahia”, examina brevemente as políticas empreendidas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Essa autora classifica como “significativo avanço” o sistema de cotas para ciganos nas IESs, em vigor à época na UNEB e UFSB – universidades que instituíram em seus programas de ações afirmativas, cotas específicas para estudantes ciganos/as na graduação. Para ela, apesar dos movimentos ciganos estarem

começando a se fortalecer, ainda permanecem formas de esquecimento e invisibilização do grupo.

Nesse contexto, a educação certamente assume um papel central: “o de estimular o pensamento social quanto ao lugar do povo cigano nos movimentos de identidade nacional, de luta e resistência” (Santos, 2019, p. 57).

Santos (2019) destaca, ainda, o potencial de alcance e o significado social e educacional, em especial, do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da UFSB, vez que além de ser de onde partiu a sugestão do Projeto de Lei que culminou na criação e promulgação da Lei 2.422/2018 que instituiu o Dia Municipal da Etnia Cigana no Município de Itabuna, teria sido primeiro Programa de Pós-Graduação (PPG) a promover política afirmativa para Povos Ciganos. Mas ao contrário do que ela constatou em seu trabalho à época, felizmente, já não é mais o único curso de mestrado em território nacional com vagas específicas para estudantes ciganos(as), conforme explanarei mais adiante.

Outro estudo conveniente é a tese de Lenilda Damasceno Perpétuo (2021): “Quantas pedras no meio do caminho? Representações sociais acerca dos Povos Ciganos e a relação com o trabalho e a educação escolar na Etnia Calon”, um dos poucos trabalhos científicos a contemplar informações precisas sobre a presença dos Povos Ciganos no ensino superior. Ao apontar fatores sociais para a ausência dos estudantes ciganos(as) nos espaços escolares e de formação universitária, a autora elenca os entraves e as discriminações sofridas por estudantes no percurso escolar, fatores que favorecem para que muitos abandonem a escolarização formal antes mesmo de tentar o acesso ao ensino superior (Perpétuo, 2021).

Perpétuo (2021) considera que o desafio da educação cigana, é arrebentar com os próprios limites da educação que foram impostos às pessoas ciganas durante todos esses anos de ausência e invisibilização. E adverte que é imprescindível levar para dentro dos currículos conteúdos pedagógicos válidos e validados pelos ciganos. A autora acrescenta:

Lutar por políticas públicas sociais afirmativas para inclusão de representantes de Povos Comunidades Tradicionais no espaço das universidades Públicas e Institutos federais é corrigir um erro histórico e devolver para essas pessoas o que historicamente lhes foi sucumbido e roubado. É devolver a dignidade humana e dar-lhes o direito de ter outros direitos garantidos, pois o direito à educação é complexo e abrange outros/outras, uma vez sendo um bem comum. Dessa forma, também amplia e passa a ser também um direito de todos /todas. **A luta dos povos ciganos**

é legítima no que tange a seus anseios em ocupar uma vaga na educação superior. Acreditamos que essas populações buscam o reconhecimento e o espaço legítimo da educação formal dentro das instituições de educação superior na perspectiva de superar suas dificuldades e combater os racismos estruturais e epistemológicos. O que eles anseiam é deixar registros e escrever suas próprias histórias, sem necessidade de interlocutores. Por meio de associações e parcerias com representantes, pesquisadores e ativistas das bandeiras e pautas ciganas, as comunidades ciganas do Brasil, sobretudo da Bahia, lutaram por reparação histórica de seus direitos exigindo garantia de acesso à universidade. A universidade do Estado da Bahia foi pioneira, já que neste estado existem várias comunidades ciganas acampadas ou em vias de sedentarismo (Perpétuo, 2021, p. 135, grifo nosso).

Concordo com essa autora na defesa da concepção de que ações dessa natureza, a presença dos Povos Ciganos nos currículos da educação brasileira, inclusive na educação superior, certamente pode e deve auxiliar na diminuição das experiências de racismo e anticiganismo nas escolas e IES. Essas instituições se enriquecem com as compreensões de outros saberes ainda não devidamente legitimados nos espaços universitários.

As ações afirmativas têm agregado efeitos positivos para a sociedade, mas também compreendo que ainda estão longe de contemplar os Povos Ciganos em nossas multiplicidades. Nesse movimento de resgate dos nossos lugares de pertencimento não são raras as vezes que as diretrizes dessas políticas e editais, seguem exigindo uma série de competências de ordens burocráticas e acadêmicas que não consideram nossas tradições. Como por exemplo, o da itinerância, no caso dos circenses e outros grupos não sedentarizados, ou, ainda, questões de natureza socioeconômica, pois, muitas vezes, que esses estudantes ciganos(as) são os primeiros de suas famílias.

Aqui, no caso dos ciganos(as), ainda estamos a discutir o acesso, porque notadamente, fomos dos últimos a chegar. As “políticas públicas de reparação e ações afirmativas e de luta antirracista relacionada com essa minoria étnica, que são os povos ciganos, urgem em acontecerem de fato e de direito, para que realmente venha a acontecer a inclusão social e educacional” (Perpétuo, 2021, p. 140). Ampliar as IES que promovem políticas reparadoras para nós é uma tarefa urgente para que o atual cenário de descaso com estudantes ciganos, quer seja nas escolas ou IESs, ora expostos, ganhem novos contornos, bem como para que incentivem o ingresso no ensino superior, afinal:

Quando existem os espaços e a possibilidade de adentrá-los, os/as ciganos/as conseguem acessar os espaços. Embora compreendamos que para gerar demandas para o acesso dos/das estudantes ciganos/as ao ensino superior, necessita-se ainda de criar condições favoráveis para que a população cigana sintam-se segura, motivada e pertencente ao espaço da escola pública plural, que possam acessar, permanecer e ser incluída de modo efetivo para que consigam concluir seus percursos na educação básica, justificando assim a geração de demandas das Políticas Públicas de Ações afirmativas para o acesso às universidades públicas do Brasil (Perpétuo, 2021, p. 141).

A geração dessas demandas, conforme sugere Perpétuo (2021), podem ser observadas como um ponto de partida nos sistemas de cotas raciais – ações afirmativas, já implementadas para Povos Ciganos por algumas poucas IESs. Caso da UNEB, que forneceu a autora via e-mail o dado de 78 estudantes ciganos que entraram, na primeira chamada e 38 na segunda chamada, totalizando 116 novos ingressantes na universidade no ano de 2020, em diversos cursos de bastante relevância.

Importante destacar a iniciativa da UNEB, que a partir da Resolução nº 1.339/2018, aprovou a reservas de 40% das vagas nos cursos de graduações destinadas para negros (as) e 5% de sobrevagas, para indígenas; quilombolas; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgêneros, incluindo as ciganas de forma pioneira, para ingresso a partir de 2019. O mesmo caminho, trilhou a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), além do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PGAS-UFRN), e Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU-IHAC/UFBA), que oportunizaram vagas e/ou sobrevagas para ciganos em seus processos seletivos para ingresso a partir de 2020 e 2021 (Fernandes Filho e Karpowicz, 2021).

Aqui convém abordar um pouco de minha experiência já que as políticas afirmativas foram fundamentais nessa trajetória educacional, porque viabilizaram o meu acesso ao ensino superior, diante das desafiadoras condições nas quais percorri a formação escolar, de maneira itinerante, estudando em cada cidade em que os circos nos quais vivi passavam, às vezes uma, duas, ou três semanas nas escolas, por diversas cidades e Estados. Penso que o progresso dos ciganos(as) nas ações afirmativas certamente contribuirá para as necessárias transformações das situações de vulnerabilidade social de muitas comunidades ciganas no Brasil, bem como podem promover o intercâmbio de informações em benefício de melhores condições sociais para as comunidades ciganas (Fernandes Filho e Karpowicz, 2021). Sendo assim:

É preciso conscientizar e mobilizar a sociedade, parlamentares, e as comunidades escolar, científica, e acadêmica quanto à relevância social da integração das etnias ciganas nas políticas de ações afirmativas das universidades no Brasil, bem como a continuidade, ampliação, e disseminação dessas estratégias, principalmente, nas instituições públicas de ensino superior (Fernandes Filho e Karpowicz, 2021, p.181).

Para Naomar de Almeida Filho (2007, p. 103), “a reparação pela via da educação é uma obrigação social de toda instituição de ensino superior que mereça o nome de Universidade”. Maraux, Santos e Oliveira (2021, p. 21) adicionam, ainda, que:

As Ações Afirmativas, e os seus atores sociais, disputam diuturnamente os lugares de poder e as narrativas dos conhecimentos hegemônicos historicamente construídos com e para o apagamento de tudo e todos que não sejam espelho eurocêntrico. Cada programa, projeto ou atividade que as concretiza expressa a resistência às injustiças cognitivas e sociais, bem como o anúncio do rompimento dos discursos unívocos e o convite à transgressão.

Assim, compactuo com a ideia dessas autoras e defendo que as ações afirmativas são, a um só tempo, ruptura, deslocamento e encontro (Maraux, Santos e Oliveira 2021, p. 23).

CIGANOS (AS) NO ENSINO SUPERIOR EM PAUTA

Com o esgotamento do assunto na literatura, e considerando insuficiente, recorri a uma busca em plataformas da *internet*, com fins de obter reportagens, matérias e notícias jornalísticas sobre ações afirmativas para ciganos nas IESs. Enquanto jornalista, formado há mais de uma década, tendo acumulado experiências em jornais impressos e assessorias de comunicação, considerei importante investir também nessa estratégia de pesquisa para obter mais informações, apurá-las, e somando-se ao compartilhamento e confronto de conteúdos correlatos via pesquisadores/as do COBEC, acrescentei ao conteúdo antes encontrado. Sendo possível de compreender, por meio dessas, que existem algumas outras iniciativas ainda não documentadas em pesquisas científicas, sendo esta uma oportunidade de registrar as ações institucionais que dizem respeito ao tema de trabalho.

Após buscas na plataforma *Google*, notícias jornalísticas foram identificadas, em maior parte informações relacionadas aos Povos Ciganos no ensino superior no Brasil e em Portugal. Excluindo-se as fontes portuguesas, a busca revela que:

Uma das primeiras manchetes informa “Universidade Baiana aprova cotas para ciganos e travestis”. Caetano (2019), anuncia que a UEFS criou cotas para ciganos, candidatos com deficiência e transexuais, travestis ou transgêneros, com ingresso possibilitado a partir do segundo semestre de 2020, com três sobre vagas por curso; “Ciganos terão direito a cotas no processo seletivo da UEMG”; ‘Universidade reserva 2% das vagas aos povos nômades; Minas registra existência de acampamentos em 120 municípios’, são respectivamente o título e intertítulo da matéria produzida pela Agência Minas. Assinada pela jornalista Malú Damázio (2020) informa que povos ciganos terão direito à reserva de vagas nos 115 cursos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), atendendo à demanda da Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesas dos Povos Ciganos. Ao todo, 2% das oportunidades ofertadas pela estadual passam a ser destinadas aos ciganos(as).

Do portal da UFSB, alcancei uma nota atualizada em novembro de 2020, informando a criação de um Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas (CAPC), através da Resolução do Consuni de 26/2019. Com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e implementar a política de ações afirmativas na instituição a partir da Resolução Consuni 10/2018, estabeleceu a reserva 75% de vagas em processos seletivos de 1º e 2º ciclo para pretos, pardos e indígenas, além de vagas supranumerárias para pessoas trans, incluindo também os/as ciganos/as (César, 2020).

O Coletivo Brasileiro de Estudos Ciganos (COBEC) reúne atualmente cerca de noventa pesquisadores (as), inclusive de outros países, através do qual partilhamos informações, debatemos questões relacionadas aos ciganos (as) no mundo, trocamos “figurinhas” e nos fortalecemos através da comunicação virtual. Registramos cada novidade relacionada ao tema “Ciganos (as): ações políticas, notícias, estudos, pesquisas”, fator que confere ao grupo a faculdade de reunir grande parte do que é produzido acerca dos ciganos (as) no âmbito acadêmico do Brasil e de outros países, ou seja, é uma fonte viva de conhecimentos, partilhas de experiências e saberes.

Na função de representante estudantil do PPGEISU - IHAC/UFBA, indiquei e argumentei pela inclusão dos Povos Ciganos nas ações afirmativas do processo seletivo 2021 para o ingresso no curso de mestrado, ao que fui prontamente atendido por parte da presidenta da comissão avaliadora - professora Renata Veras, e a coordenadora do Programa, profa. Maria Thereza Dantas Coelho (IHAC, 2021).

Em maio de 2021 foi a vez da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) instituir políticas de ações afirmativas nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, com uma reserva de, no mínimo, 30% do total das vagas para pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, **ciganas**, indígenas, trans (transexuais, transgêneros e travestis) e pessoas com deficiência (UFPE, 2021). Discussões para inserção dos ciganos nas ações afirmativas têm sido fomentadas em outras Universidades, a exemplo da Federal do Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Até aqui, a investigação nos permitiu considerar apenas os últimos seis anos de algumas notícias publicadas sobre a inserção dos ciganos nas políticas afirmativas das Universidades do Brasil. Com as informações trazidas pelo COBEC, nos chamam atenção sobre IESs brasileiras, de esferas estaduais, que começaram a agir em prol da inserção dos ciganos. Vale destacar as notícias sobre o pioneirismo das instituições baianas, o exemplo da UNEB, que através da Resolução nº 1.339 de 2018, aprovou a reserva de 5% de sobre vagas para ciganos (as) que também foram inseridos (as) (BOND, 2018); (ESTADÃO, 2018). A UEFS, em 2019; e a UFSB, em 2021, as precursoras. Em 2020, a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) adotou medida em benefício do acesso dos ciganos (Damázio, 2020). Posteriormente, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)) dos Campus dos Malês, na Bahia, Campus da Liberdade, e das Auroras, no Ceará, anunciaram ações afirmativas para estudantes de etnias ciganas em suas políticas de cotas (Narita, 2022).

Na pós-graduação, espaços formativos nos quais as prerrogativas de autonomia para implementação de estratégias de reparação encontram menos barreiras e burocracias, temos os exemplos pioneiros dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), em 2020 abriu vagas afirmativas direcionadas para ciganos (UFRN, 2020); e do PPG em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade – (PPGEISU/IHAC-UFBA), este que atendeu a reivindicação que fiz em 2021 enquanto estive representante estudantil (IHAC, 2021). Já a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), aprovou a garantia de cotas para os Povos Ciganos em todos os cursos de pós-graduação no ano de 2021 (UFPE, 2021).

Em 2022, o PPG em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), anunciou sobrevagas afirmativas para

povos ciganos em seu edital seletivo para o mestrado e doutorado 2023 (AZEVEDO, 2022). A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL- MG) por meio da Resolução 49/2022, estabeleceu e noticiou cotas para Povos Ciganos em todos os cursos de Mestrado e Doutorado (SALGADO, 2022). Seguida pelo Instituto Federal de Goiás (IFG) com oferta de vaga para candidatos da população cigana em todos os cursos técnicos e superiores de Graduação, presencias e à distância (IFG, 2022). É conveniente destacar, ainda, que algumas outras instituições, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) promovem algum tipo de cota para Povos de Comunidades Tradicionais, incluindo-se, por vezes, os Povos Ciganos (UFJF, 2022). Mais recentemente, em 2023, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) também publicou o acréscimo dos Povos Ciganos em suas políticas afirmativas, e destacou o diálogo em andamento para que Universidade Federal da Paraíba (UFPB) siga este mesmo caminho (MPFPB, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta revisão narrativa de literatura foi realizada a partir de cinco bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o *Google Acadêmico*; o *SciELO*; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e no portal *Google*, entre março de 2019 e maio de 2023, utilizando os descritores ciganos + universidade; estudantes ciganos + universidade; ciganos + ensino no ensino superior. Foram encontradas quatro publicações científicas correlatas, e mais treze notícias técnicas publicadas em periódicos, entre 2017 e 2023, essas passaram por análises narrativas críticas, organizadas por tipo de publicação, autores, amostra, objetivos e principais dados e resultados. Eclodiram, então, dois tópicos: Povos Ciganos acampam em IESs no Brasil e Ciganos(as) no Ensino Superior em pauta.

Embora quantificar as IESs que promovem políticas públicas para Povos Ciganos no ensino superior não seja o principal propósito aqui, pode-se pressupor de um total aproximado de 110 instituições públicas, cerca de apenas treze acolhem os estudantes ciganos nas políticas afirmativas, isso somando-se o acesso aos cursos de graduação ou PPGs de mestrado/doutorado. Ou seja, um percentual indecoroso de aproximadamente 12%, o que se reflete na ausência e invisibilização dos povos

ciganos nas universidades e IES e, por conseguinte, no campus da pesquisa e da ciência brasileira.

Chama atenção, praticamente 50%, ou seja, a metade das IESs em que o fôlego desta pesquisa permitiu alcançar, praticam algum tipo de política pública – ação afirmativa nos cursos de Pós-Graduação, mas não nos cursos regulares de graduação. Talvez por conta da prerrogativa mais autônoma de gestão institucional, já que sabemos dos processos burocráticos por vezes conflituosos, sendo campos de disputas internas por parte dos que defendem e daqueles(as) que são contrários às ações afirmativas. Não por acaso, temos notadamente tradicionais e seculares universidades, altamente pontuadas em rankings avaliativos inclusive internacionais, que patinam para implementar as cotas, quanto mais a abranger nelas os segmentos e Povos Tradicionais de cosmologias outras, como é o nosso caso. Além disso, universidades e IESs inseridas geograficamente em áreas do campo, nas regiões do interior brasileiro, ou seja, fora dos capitais e dos grandes centros, precisam urgentemente pensar e agir em prol de políticas de ações afirmativas para os Povos Ciganos, já que sabidamente as nossas presenças são mais expressivas nesses lugares remotos, essa a iniciativa pode auxiliar, ainda, no combate ao anticiganismo – um tipo de racismo praticado contra nós ciganos (as) nesses locais.

Por outro lado, são os PPGs que acolhem pesquisas científicas cujos temas por vezes se relacionam com os Povos Ciganos. É o caso do PPGEISU/UFBA. É possível notar, ainda, o interesse pela temática vem aumentando timidamente, mas a evolução entre 2018 e 2023 das IES promotoras de cotas para ciganos demonstra interesse crescente da ciência brasileira, especialmente por conta do desenvolvimento do próprio movimento de ativismo cigano brasileiro, que tem o debate sobre acesso escolar e no ensino superior entre as pautas emergentes. Exemplos de percursores dessas reivindicações são o cigano Calón e professor-doutor da UEFS, Jucelmo Dantas da Cruz - um baluarte do movimento e ativismo cigano brasileiro; e o professor-doutor Aluizio de Azevedo Silva Júnior. Dois dos raros doutores ciganos do Brasil.

Acredito que as ações realizadas na Pós-graduação ainda que insuficientes são relevantes, na medida em que podem provocar debates mais amplos dentro dessas IESs, nos seus cursos, já que para acessar aos PPGs inevitavelmente é preciso passar pelo grau anterior, ou seja, em alguma medida, praticar ações

afirmativas apenas na Pós é atitude simbólica, porém motivadora e necessária, pois, estou convencido de que:

As ações afirmativas trazem à tona as fissuras das desigualdades socioeconômicas que criaram e sustentam uma elite brancocêntrica que expropriou e expropria da maioria da população brasileira as possibilidades de acessar e usufruir dos bens e serviços que produz. São as ações afirmativas e os sistemas de cotas que promovem a ocupação dos espaços de poder e saber, ameaçando a ordem estabelecida. Os que questionam e se posicionam contra as políticas de reparação das injustiças sociais produzidas pelo racismo, pelo sexismo, pelo patriarcado, pelo classismo são os beneficiados por tais relações violentas de negação dos direitos do outro; são os herdeiros dos que se apropriaram das terras indígenas; são os que descendem dos escravocratas; são progênies do coronelismo (Maraux, Santos e Oliveira, 2021, p. 29 -30).

Vale salientar a possibilidade desta investigação não ter identificado IESs promotoras de cotas para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), sem necessariamente nominar os (as) ciganos (as), ou ainda aquelas que promovem, pontualmente, políticas afirmativas em benefício dos (as) estudantes ciganos.

Até junho em 2023, este estudo apresenta como resultado o seguinte rol de IESs agentes de políticas afirmativas para os Povos Ciganos: UNEB, UEFS, UFSB, UEMG, UNIFAL-MG, UFPE, UFJF, UNILAB, IFG, IFPB, PPGESU-UFBA, PPGAS-UFRN, ECCO-UFMT. Estas fazem cumprir, de alguma forma, com o propósito de reparação social e racial por parte da educação superior, pela via da oportunidade de acesso para estudantes ciganos (as), seja nos cursos regulares de graduação, e/ou Pós. No total, as IES/Programas de Pós-graduação promotoras de políticas afirmativas para Povos Ciganos no ensino superior se configuram, por ora, assim: Bahia (5), MG (2), PE (1), CE (1), RN (1), GO (1), MT (1), PB (1), conforme ilustra o mapa a seguir:

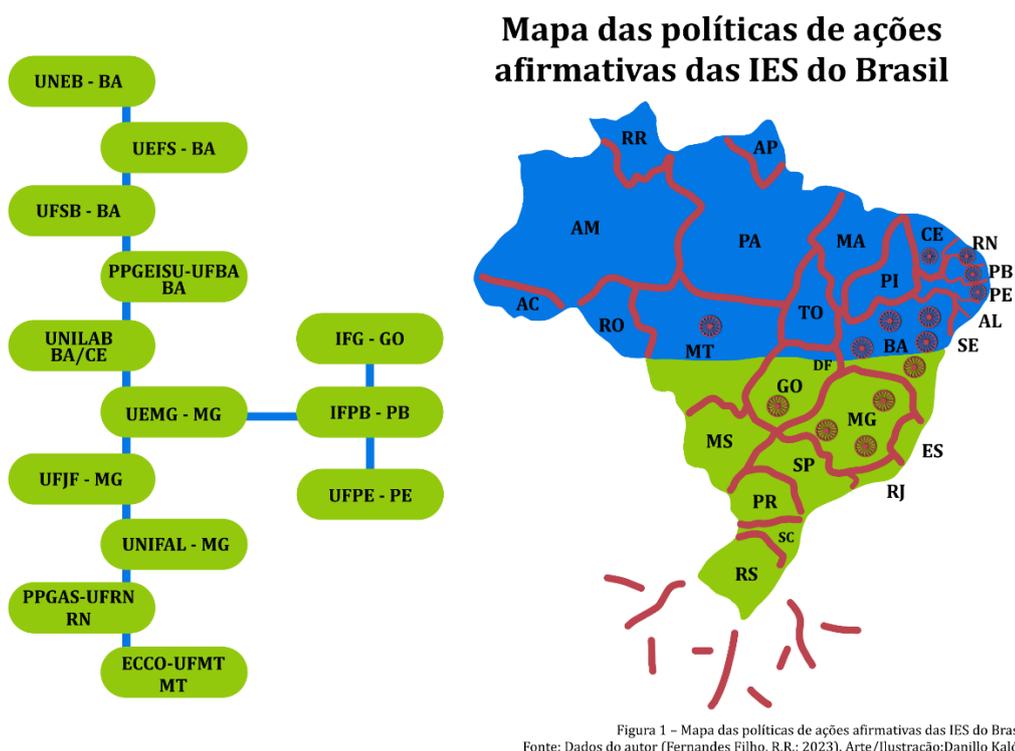


Figura 1 – Mapa das políticas de ações afirmativas das IES do Brasil

Fonte: Dados do autor (2023). Arte/Ilustração:Danillo Kalón

CONSIDERAÇÕES

Com base na amplitude dos problemas enfrentados pelos ciganos, os ativistas reivindicam uma consideração especial a essa população a fim de superar a inequidade perante o restante da sociedade (GUIMARAIS, 2012, p. 145).

Ciganos/as gostam de estudar! Qualquer afirmação contrária é uma falácia. O que não gostamos é da estrutura atual, pedagógica e formal, da qual precisamos participar para praticar tal ato fora das nossas lonas, barracas, circos, comunidades e ranchos. Pois que nascemos estudando, bebendo das fontes inesgotáveis de saberes ancestrais, tradicionais, artísticas, culturais dos nossos/as anciões, esses são *P.H.D.s* em matéria de conhecimento das coisas vivas. Fora dos nossos lares sem paredes e muros, por onde respiramos ao ar livre na mais plena liberdade, tudo se parece com a uma prisão. Escolas, Universidades, Institutos, esses espaços e ambientes

(de)formação em nada se assemelham com as redomas de nossos oásis cativos. Portanto, estar nesses lugares certamente não é uma opção, uma escolha oportuna, para uma parte significativa do meu povo cigano. Itinerante por natureza, no movimento por destreza e prazer, a rotina sufoca, a lida com a burocracia institucional afasta. O modelo atual em nada lembra o nosso jeito de viver, ser e estar no mundo. Mas o que não se pode é negar o acesso a esses, e outros tantos espaços de formação, conhecimento e poder. Ainda que alcancem maior valoração fora de nossas comunidades, enquanto sujeitos de direitos, a educação em sua integralidade, em seus níveis todos, deve ser acessível e oportunizada, se assim desejarmos.

Deixar as lonas dos circos, das barracas, o convívio familiar para ocupar um lugar em uma IES é uma missão delicada, impõe abdições, as quais nem sempre estaremos ou seremos dispostos a intentar. Porque, em dada medida, algumas tradições ficam comprometidas ou deixam de se expandir nesse meio tempo. Por outro lado, acessar a esses espaços formais contribui com a necessária retomada dos Povos Ciganos, na escalada em que tomamos também a este conhecimento outro, dito científico; conhecemos mais dos processos externos, dos modos não - ciganos da lida com as coisas, as institucionalidades, suas burocracias e modelos de organização. Podemos, assim, utilizar o que nos interessa em benefício de nosso povo, dos projetos e iniciativas que queremos, bem como para a captação de recursos, mobilização social, na elaboração de políticas públicas contundentes, enfim, não são poucas as maneiras de fazer um bom usufruto daquilo que, se por um lado nos fere, também nos cura e ajuda a estancar. O que não se pode é fugir do compromisso de reparação do estado brasileiro também para com os Povos Ciganos, esses tradicionais que há mais de 500 anos também aqui estão, resistindo, sendo parte da construção social, cultural, histórica deste país. Nesse sentido, as IESs têm sim as suas responsabilidades. Precisam reconhecê-las para cumpri-las.

Sonho com o tempo em que não teremos de abandonar as nossas tradições ciganas e culturas, as nossas famílias, os circos, ranchos, barracas e lonas, as nossas comunidades, caso optemos por ingressar no ensino superior, para ocupar ambientes historicamente negados e excludentes, a exemplo das IESs. Há uma insurgência de acesso de outros atores/autores, ciganos (as), para que possam também narrar criticamente os alcances, as lacunas, e a aplicabilidade prática das políticas afirmativas do ensino superior, sendo esta uma estratégia fundamental no processo

de ciganização das universidades e IESs do Brasil. Ademais, esta é uma missão particular para uma contribuição coletiva, pois, sou um sobrevivente da violência social e perseguição do Estado, continuidade de muitos que antes de mim vieram e lutaram por melhores condições, reconhecimento e respeito, pois derramaram literalmente seu sangue, para que tenhamos hoje essa tímida, porém, oportuna abertura para adentrar ao desconhecido, ao passo que também oportunizamos nos conhecerem de perto.

Este estudo, portanto, representa essa continuidade das lutas do meu povo cigano, incitado pela coragem e valentia que nos caracteriza, no esperar para que as próximas gerações encontrem um universo cigano com menos dores e mais oportunidades, especialmente aqueles que desejam vivenciar a educação formal superior. Bem como, para que não tenhamos mais de demonstrar e comprovar outras habilidades, sem antes termos as nossas, os valores e cidadania plenamente reconhecidos. Que não sejamos mais tão subestimados, senão, admitidos por nossos saberes ancestrais, culturas e conhecimentos que tanto nos orgulham, nos distinguem e nos guiam. Nesse sentido, explicitamos a abertura das IESs ou a derrubada de seus muros, pois os Povos Ciganos são uma parte bela deste país múltiplo de cosmologias distintas e diferentes formas de viver e enxergar o mundo. Merecemos e devemos constar, portanto, nas políticas reparatórias, nos compromissos sociais das IESs.

Aqui tento contribuir para cumprir com este propósito, conforme sugere o autor cigano Guimarães (2012, p.145), “a fim de superar a inequidade perante o restante da sociedade”, e convido os atores sociais envolvidos (as), bem como o(a) leitor(a), a refletirem acerca do que também podem fazer em colaboração, dentro dos espaços de promoção do ensino superior em que estão inseridos(as), agindo, assim contra - colonização destes. Isso só é possível de ser feito com uma plena abertura das IESs, especialmente dos PPGs, na elaboração, criação e oportunização de acessos para estudantes ciganos/as, pela via da inserção dessas não somente em suas agendas fixas, nas políticas afirmativas, mas além disso, na vida e nas práxis culturais cotidianas das universidades e IESs. E assim, nós podemos nos encantarmos, nos fascinarmos e nos apaixonarmos por esses espaços de formação superior, desde que estejam preparados para nos acolher, com respeito às diferenças e tradições. E mais do que isso, com o pleno reconhecimento dos nossos valores ancestrais, da valorização da nossa cultura, do dom da oralidade que carregamos.

Depois disso, precisaremos direcionar esforços para políticas de permanência dos estudantes ciganos/as, com o fortalecimento do projeto de Ação Curricular em Sociedade e em Comunidade (ACCS), e da extensão universitária.

Ciganizar o ensino superior brasileiro é preciso, e se trata de uma tarefa política incontornável – parafraseando Sampaio (2023), para nós estudantes ciganos (as), bem como para todos educadores e educandos que acreditam na diversidade e inclusão proporcionada pelas ações afirmativas enquanto bases fundamentais de sustentação dos espaços de formação superior, além do combate ao anticiganismo institucional no âmbito das universidades e demais IESs brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO. N. de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007, p. 103.

AZEVEDO, de A. PPGECCO da UFMT cria vagas afirmativas para povos ciganos. **Aeecmt**. 2022. Disponível em: <https://aeecmt.blogspot.com/2022/08/inclusao-pioneira-ppgecco-da-ufmt-cria.html>. Acesso em: 15. Ago. 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2011**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por raça ou cor no brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.

BOND, Letycia. Universidade do Estado da Bahia cria cotas para transexuais. As novas cotas valem para travestis, quilombolas e ciganos. **Agencia Brasil. Ebc**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/universidade-do-estado-da-bahia-tera-cotas-para-transexuais>. Acesso em: 09. nov. 2021.

CAETANO, É. UEFS cria cotas para ciganos, travestis e pessoas com deficiência. **Vestibular Mundo Educação**, 2019. Disponível em:

<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/noticias/uefs-cria-cotas-para-ciganos-travestis-e-pessoas-com-deficiencia/339708.html>. Acesso em: 14 Dez. 2019.

CÉSAR, C. Comitê de Acompanhamento de Política de Cotas. **Ufsb.edu.br**. 2020. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/a-ufsb/comites/capc>. Acesso em: 08. abr. 2021

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

DAMÁZIO, M. Universidade reserva 2% das vagas aos povos nômades. **Agência Minas**, 2020. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/ciganos-terao-direito-a-cotas-no-processo-seletivo-da-uemg>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ESTADÃO. Universidade baiana terá cotas para trans, quilombolas e ciganos. **Estadão.com.br**. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/universidade-baiana-tera-cotas-para-trans-quilombolas-e-ciganos/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FERNANDES FILHO, R. R.; KARPOWICZ, D. **Ações afirmativas**: políticas institucionais e experiências de estudantes cotistas. In: MARAUX, A; SANTOS, D; OLIVEIRA, V. (org.). Salvador: EDUNEB, p. 155 - 188, 2021.

FLOR, T. de O.; GONÇALVES, A. J. da S.; VINHOLI JÚNIOR, A. J.; TRAJANO, V. da S. Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências. In: VI CONAPESC – Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências, Campina Grande, PB: Realize, 2021. **Anais...** Campina Grande, PB, 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. Brasília, DF: Fonaprace, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/VPesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018>. Acesso em: 1 nov. 2021.

GUIMARAIS, M. T. S. **O associativismo transnacional cigano**: identidades, diásporas e territórios. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC). Programa de Pós-Graduação EISU da UFBA abre seleção com oferta de 15 vagas e sobrevagas para Povos Ciganos, Indígenas, Quilombolas, pessoas trans e com deficiência. **ihac.ufba.br**, 2021. Disponível em: <https://ihac.ufba.br/30211/>. Acesso em: 24. Maio. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **Inscrições abertas para concorrer as vagas dos cursos técnicos integrados**. 2022. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/component/content/article/190-ifg/campus/valparaiso/noticias-campus-valparaiso/31186-inscicoes-abertas-para-concorrer-as-vagas-dos-cursos-tecnicos-integrados>. Acesso em: 23. Set. 2022.

KARPOWICZ, D. S. **Ciganos: História, Identidade e Cultura**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACÊDO DE PAULA, S.; FERREIRA, J. A. A identidade transnacional Romani: território vivido, marginalidade e diáspora . **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 221–243, 2022. DOI: 10.5216/ag.v16i2.68831. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/68831>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MACÊDO, S. **Romanipen nas margens: o triângulo marrom, diáspora e a movimentação de mulheres romani**. In: SAMYN, Henriques Marques; ARAO, Lina. **Feminismos dissidentes: Perspectivas interseccionais**. 1ª. ed. [S. l.]: Jandaíra, 2021.

MARAUX, A. T. S. R.; SANTOS, D. M. R. dos; OLIVEIRA, I. V. **Ações afirmativas: políticas institucionais e experiências de estudantes cotistas**. In: MARAUX, A; SANTOS, D; OLIVEIRA, V. (org.). Salvador: EDUNEB, p. 9 – 36, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA PARAÍBA (MPFPB). Maio Cigano com intermediação do MPF, Instituto Federal da Paraíba anuncia cotas para pessoas ciganas. **Mpf.mp.br**, 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/maio-cigano-com-intermediacao-do-mpf-instituto-federal-da-paraiba-anuncia-cotas-para-pessoas-ciganas/view>. Acesso em: 17. Mai. 2023.

NARITA, S. Programa de Ações Afirmativas da UNILAB é aprovado. **Unilab.edu.br**, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/08/25/programa-de-acoes-afirmativas-da-unilab-e-aprovado/>. Acesso em 13.Ago. 2022.

PERPÉTUO, L. D. **Quantas pedras no meio do caminho?:** representações sociais acerca dos Povos Ciganos e a relação com trabalho e a educação escolar na Etnia Calon. 2021. 266 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDO, P. C.. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: Masp Afterall, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, (Coleção: Feminismos Plurais, 2017, p. 29-61.

SALGADO, I. UNIFAL-MG implanta cotas em cursos de mestrado e doutorado; a medida atende pessoas negras, indígenas, quilombolas, refugiadas, ciganas, com deficiência, em vulnerabilidade socioeconômica e trans. **Unifal-mg.edu.br**, 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2022/05/26/unifal-mg-implanta-cotas-em-cursos-de-mestrado-e-doutorado-a-medida-atende-pessoas-negras-indigenas-quilombolas-refugiadas-ciganas-com-deficiencia-em-vulnerabilidade-socioeconomica-e-trans/>. Acesso em: 15.Nov.2022.

SANTOS, D. B. **Filhos do Vento**: Da invisibilidade ao reconhecimento do Dia Municipal da Etnia Cigana, LEI Nº 2.422/2018, Itabuna-Bahia. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais), Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna – Bahia, 2019.

SANTOS, G.; SAMPAIO, S. M. R. **Justiça cognitiva como dispositivo para fazer avançar as ações afirmativas**. In: SANTOS, G. G. dos; VASCONCELOS, L. SAMPAIO, S. M. R. (org.). Observatório da vida estudantil: dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária, percurso e novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2017. p. 247-270.

SANTOS, G.; SAMPAIO, S. M. R. **Observatório da vida estudantil: interdisciplinaridade, vida estudantil e diálogo de saberes**. In: SANTOS, G; SAMPAIO, S. M. R (org.). Salvador: Edufba, 2020. p. 20– 23.

SANTOS, G; SAMPAIO, S. M. R. **Origem das Ações Afirmativas**. In: SANTOS, G; SAMPAIO, S. M. R (org.). Observatório da vida estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: Edufba, 2013. p. 202 – 216.

SILVA JÚNIOR, A. A. **Ciganos em Portugal, Espanha e Brasil**: analisando contextos, demandas e processos identitários. Será possível a decolonização dos Estudos Ciganos? Um ensaio sobre a relação ciganos e ciência, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21055>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá (MT), 2009.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **Comunidades ciganas e a pandemia**: desafios étnico-raciais e perspectivas comunicacionais, 2020, p. 42-61. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/5097>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde**: a apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, 2018. II, 504 f.; il. Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação e Saúde, 2018.

SILVA, L. A. R. da. **Desafios para a efetivação do direito à educação**: com a palavra, os ciganos. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica do Salvador, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Diretoria de ações afirmativas**. 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/cotas/>. Acesso em: 05. Mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO (UFPE). **Aprovada resolução que institui políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação stricto**

sensu, 2021. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-aprova-resolucao-que-institui-politicas-de-acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-stricto-sensu/40615. Acesso em: 28. Mai.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Seleção mestrado indígenas, quilombolas e ciganos/as. **Sigaa/UFRN**, 2020. Disponível em:https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1442¬icia=144750743. Acesso em: 09. Abr. 2021.

2. ENTRE AS LONAS E O ENSINO SUPERIOR: ITINERÁRIO AUTOETNOGRÁFICO DE UM CIGANO ESTUDANTE

RESUMO

Senhoras e senhores, respeitável público, o circo chegou! E para começo de espetáculo, consideramos que a história do circo no Brasil não seria a mesma sem a contribuição dos Povos Ciganos. Isso se apresenta por meio das imbricações entre diversos elementos: as lonas, as filosofias, os símbolos, os modos de organização e de vida, as características e tradições desses dois mundos. Assim, esse espetáculo narra a itinerância educacional de um cigano estudante de tradição circense a partir de um ângulo de visão autoetnográfico. No picadeiro, reflete-se os dilemas de estudantes ciganos/as no ensino superior; e compreende-se os desafios que os atravessam nesse itinerário, enquanto objetivos específicos do número. Debaixo das lonas, uma discussão imperdível dos conceitos de Memória Ancestral, à luz do autor indígena Ailton Krenak; e da Filosofia Cigana Kalon, do autor cigano da etnia Calon, Aluizio de Azevedo Silva Júnior. Levanto as lonas do circo, designo “ciganenses” os povos ciganos de tradição circense, para iluminar a história do circo aludida aos Povos Ciganos. Conceituo a autoetnografia para além de um método de pesquisa, através de diferentes autores/as, construindo um exercício autoetnográfico no qual ressalto os aspectos do meu itinerário educacional no ensino superior, bem como de outros/as estudantes ciganos/as. Descrevo e reflito essas experiências entrecruzadas, chegando aos resultados e conclusões pertinentes a esses trajetos, iluminando possíveis dilemas, e propondo formas de debates para elucidação desses nos espaços da educação superior. A voz aqui é a de um cigano estudante de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas, assumo, portanto, o lugar de defensor dessa política de reparação, bem como da criação de novas estratégias políticas e pedagógicas, que não nos afastem, mas antes no aproximem do ambiente educacional como em um espetáculo circense. Para isso, abraço a autoetnografia como método de pesquisa oportuno para responder à questão: quais são os dilemas que atravessam um cigano estudante no ensino superior? Levantam-se as cortinas e tenham todos um excelente espetáculo!!

Palavras-chave: Ciganos. Autoetnografia. Ensino Superior.

BETWEEN THE CANVAS AND HIGHER EDUCATION: AUTOETHNOGRAPHIC ITINERARY OF A GYPSY STUDENT

ABSTRACT

Ladies and gentlemen, respectable audience, the circus has arrived! And to begin the show, we consider that the history of the circus in Brazil would not be the same without the contribution of the Gypsy People. This is presented through the overlap between different elements: the canvases, the philosophies, the symbols, the ways of organization and life, the characteristics and traditions of these two worlds. Thus, the show narrates the educational itinerancy of a gypsy student of the circus tradition from an autoethnographic point of view. In the arena, the dilemmas of gypsy students in higher education are reflected; and the challenges that face them on this itinerary are understood, as specific objectives of the number. Under the canvas, an unmissable discussion of the concepts of Ancestral Memory, in the light of indigenous author Ailton Krenak; and Kalon Gypsy Philosophy, by the gypsy author of the Calon ethnic group, Aluízio de Azevedo Silva Júnior. I lift the circus tents, I designate the gypsy people with a circus tradition as “gypsies”, to illuminate the history of the circus alluded to the Gypsy People. I conceptualize autoethnography beyond a research method, through different authors, constructing an autoethnographic exercise in which I highlight aspects of my educational itinerary in higher education, as well as that of other gypsy students. I describe and reflect on these intertwined experiences, reaching results and conclusions relevant to these paths, illuminating possible dilemmas, and proposing forms of debate to elucidate these in the spaces of higher education. The voice here is that of a gypsy student from a circus family tradition, whose educational trajectory is the result of affirmative actions. I therefore assume the role of defender of this reparation policy, as well as the creation of new political and pedagogical strategies, which do not move away, but rather do not approach the educational environment as in a circus show. To this end, I embrace autoethnography as an opportune research method to answer the question: what are the dilemmas faced by a gypsy student in higher education? Raise the curtains and have a great show everyone!!

Keywords: Gypsies. Autoethnography. University Education.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais observadas no Brasil são perceptíveis, inclusive entre a multiplicidade de ciganos/as brasileiros/as e suas tradições. Uma parte sobrevive na itinerância, por falta de opção, imposição política local, perseguições e ausência de políticas públicas igualitárias de acesso à terra. Sem território, ou até mesmo por escolha. Esse é o caso de muitas comunidades que preservam e querem viver mantendo essa tradição nas barracas, trailers, baús e ranchos. Unindo, por vezes, elementos da cultura como as tendas e marquises, com construções como se observa hoje: casas inteiras, ou partes separadas em cômodos. Além disso, há os ciganos de tradição circense, a exemplo do sujeito e primeiro autor, aqui denominados de “ciganenses” (nomeação construída pelo Coletivo Ciganagens - ciganos + circenses).

Ciganólogos, das mais diversas áreas como a História, a Antropologia e a Sociologia, a exemplo de Teixeira (2008); Moonen (2011), e Menini (2021), trazem abordagens em seus estudos que apontam para a presença de ciganos no Brasil desde a colonização, apresentando documentos e relatos históricos comprobatórios de que a partir de 1574 famílias ciganas foram deportadas de Portugal para a então colônia portuguesa. Contudo, há suspeitas de que antes outros grupos ciganos foram obrigados a deixar aquele país, para desafogar a migração dos que partiam da Europa e de outras Regiões do mundo, bem como para o povoamento da então colônia, ao tempo em que por lá, davam um jeito se livrar daquelas pessoas que apresentavam costumes e hábitos completamente diferentes dos modos civilizatórios e catequistas da época, apregoados enquanto o jeito supostamente certo de se viver e estar no mundo.

Já nessa época, há relatos de que, por um lado, as tradições e formas de vida eram condenadas institucionalmente pelas autoridades, a ponto de ordenarem perseguições e prisões para os que viviam fora da ordem social. Por outro, alguns ciganos/as eram chamados para animar as festas da corte portuguesa, com apresentações de danças, música, fogo, contação de histórias e piadas, como espécie de bobos e artistas da corte. Esses momentos eram regados a farta comida, bebidas e atividades voluptuosas, protagonizados por ciganos da etnia Calón, oriundos da península ibérica, Espanha e Portugal, sendo hoje o maior grupo étnico cigano do Brasil.

Considerando, então, que é possível de se fazer circo e as artes circenses quer seja em baixo das lonas, nas praças, nos cercados, nas arenas ou em estruturas criativas em formatos que se assemelham aos teatros da era medieval e shakespeariana, ou mesmo em um círculo adaptado em um canto de sala qualquer, é possível pressupor que há circo no Brasil desde os primeiros anos da colonização, ainda que essa presença seja mais notável nos séculos seguintes, com a chegada de outros grupos ciganos oriundos da Europa Ocidental, e do Leste europeu (Rom/predominantemente Kalderash e Sinti), mais por volta do fim do século XVII e, de forma mais notória, a partir do XVIII, e XIX, quando temos o circo “moderno”, tal como o conhecemos hoje (VALÉRIO, CASSOLI, 2012). Entretanto, vale assinalar, ao contrário do que tem sido difundido na historiografia dos ciganos/as até então, o trabalho com o circo, e o circo como fator de união e subsistência de grupos e famílias, não é uma característica exclusiva desses troncos étnicos, uma vez que a própria história demonstra e comprova que bem antes, os Calóns já davam vida ao circo por aqui.

Contudo, não é possível precisar quantos realmente somos, ciganenses ou não. Os dados relacionados aos Povos Ciganos brasileiros são inexistentes e utópicos. Segundo os ciganólogos Teixeira (2008) e Moonen (2013), qualquer número ou dado relacionado a quantos somos, não passam de estimativas fantasiosas, sem fontes e métodos confiáveis para tanto. Assim, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2011) continua sendo utilizada. Esta fornece apenas o número de municípios com acampamentos ciganos no Brasil (291) e o percentual (13,7%) dos municípios que declararam desenvolver políticas públicas direcionadas aos Povos Ciganos (IBGE, 2010). Uma outra pesquisa parcial do IBGE foi promovida em 2014, mas com nulas atualizações. Uma década depois, não temos dados atualizados, apesar do Ministério Público Federal ter indicado repetidamente a necessidade e importância de nossa inclusão nas pesquisas do IBGE, na mais recente publicada em 2022-2023, exclui-se completamente as nossas existências uma vez mais, notadamente os ciganenses, que vivem na itinerância do circo.

O que se tem confirmado é que as multiplicidades étnicas e culturais são atributos comumente alusivos a nós. As etnias “Calón/Calon/Kalon” (oriundos em grande medida da Península Ibérica), avaliados o maior e mais antigo, presente

principalmente na região Nordeste; vivem também no Brasil ciganos das etnias Rom e Sinti/Sintó (originários em grande parte do Leste Europeu), a primeira com subdivisões ainda pouco compreendidas academicamente (Kalderash, Louvara e outros). Com algumas variações linguísticas, o “Chib” ou “Caló” é a língua-mãe oralizada e por nós Calóns valorizada, enquanto um símbolo da riqueza das culturas ciganas que nos distinguem e caracterizam (FERNANDES FILHO; KARPOWICZ, 2021). Por séculos, essa língua foi terminantemente proibida de ser proferida. Prática que se estende até a atualidade nos espaços institucionais onde as vozes ciganas e ciganenses continuam sendo silenciadas.

É preciso inaugurar uma ciência que se renove para nos acolher e reconhecer novas epistemes. Que nos fascine, nos encante e nos apaixone. Uma ciência que permita questionar como e o que realmente fizeram até aqui, com quais os objetivos? Quanto aos resultados e retornos, o que foi feito do que já se sabe por meio das pesquisas desenvolvidas cujos assuntos batidos e rebatidos parecem ladainhas fetichistas? Ficamos nos perguntando quais são as contrapartidas e o que meu povo cigano ganha toda vez que se deleitam em temas que nos causam dor e sofrimento? Percebo uma espécie de fetiche, fascínio, escárnio, enredo, roteiro, apresentando lastros de sangue, dor e sofrimentos alusivos a nós. Até agora, com isso, temos servido de mola propulsora de pesquisadores que se baseiam no que exploram acerca de nós. Em sentido contrário, sou mais um cigano aprendiz de pesquisador, que se levanta e se propõe o desafio de ocupar, de requer ser parte concreta desse espaço formativo superior. Somos do coletivo, e na coletividade nos fortalecemos. Por isso, uma ruma mais de ciganos precisa acampar na IESs. Estamos chegando!

Posso afirmar que a vivência no ensino superior permitiu conectar-me ainda mais com meu povo, com as nossas origens e com os fundamentos das tradições, ou seja, enriqueci a minha ciganidade. Mas, até então, através das lentes da ciência, havia estudado, lido, ou tido acesso a pesquisas sobre nós somente por meio da perspectiva de pesquisadores não ciganos. Muitas dissertações, artigos e teses apenas abordam nossas dores, as violências, as revoltas, os desastres e as tragédias. E o que fazem depois com essas informações?

Com esse propósito, adoto a autoetnografia como método de pesquisa para responder à questão: quais são os dilemas que atravessam um cigano estudante no ensino superior? Narrar a itinerância educacional de um cigano estudante de tradição

circense a partir de um ângulo de visão autoetnográfico é a ideia central. Refletir os dilemas de estudantes ciganos/as no ensino superior e compreender os desafios que atravessam são objetivos específicos. Para atingir, tomo de empréstimo ao autor indígena Ailton Krenak a discussão de Memória (1997, 2020, 2021); e bebo das fontes do autor cigano Calon Aluizio de Azevedo Silva Júnior (2009, 2018, 2021) a fim de compreender e aplicar o conceito de Filosofia Cigana Kalon. Levanto as lonas do circo. Conceituo e debato a autonetnografia para além de um método de pesquisa através de diferentes autores/as. Construo um exercício autoetnográfico no qual ressalto os aspectos do meu itinerário educacional no ensino superior, bem como de outros/as estudantes ciganos entrevistados pela via da produção jornalista e publicadas em portal de notícias sobre educação e justiça. Analiso essas experiências entrecruzadas, iluminando os dilemas, os desafios e propondo formas de debates para elucidação desses aspectos nos espaços da educação superior institucional, sendo um dos principais a escolha entre dar e ser a continuidade de algumas tradições, a exemplo da cultura e tradição circense itinerante, em detrimento da ocupação dos espaços universitários, bem como outros atravessamentos comuns a nós que são refletidos e acendidos nesses itinerários de ciganos/as estudantes que acessam o ensino superior, contrariando as expectativas sociais e por vezes familiares.

A voz aqui é a de um cigano estudante de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas. Assumo o papel de defensor dessa política de reparação, bem como da criação de novas estratégias políticas e pedagógicas, que não nos afastem, mas antes nos aproximem do ambiente educacional em que escolhemos nos inserir para consolidação da formação educacional superior, instaurando um protagonismo necessário na ciência brasileira, de quem é ao mesmo tempo, autor e sujeito de pesquisa, mas que não se quer solitário. Abram-se a esses novos caminhos propostos. Levantam-se as cortinas, e tenham todos um excelente espetáculo!

LEVANTANDO ÀS LONAS DO CIRCO: OS CIGANENSES!

Para começo de espetáculo, é preciso considerar que a história do circo no Brasil não seria a mesma sem a contribuição dos Povos Ciganos. Isso se mostra por meio das imbricações entre diversos elementos de ambos, as filosofias, os símbolos,

os modos de organização e de vida, das características e tradições desses dois mundos. A literatura aqui exposta explicita essa relação diretamente entrelaçada desde a época que chegamos ao Brasil, em tempos coloniais.

Sobre as origens do circo no mundo, há uma conotação superlativa quando os locutores anunciam que chegou o circo à praça, “uma arte é milenar”. As origens dessas casas de espetáculos, majestosas ou mambembes, com ou sem lonas, reza a lenda, remontam da antiguidade, atravessaram milênios, superaram a eclosão do mundo moderno e industrial, o advento das tecnologias, dos entretenimentos virtuais e das redes sociais. Mas o circo segue vivo, e seguirá.

A afirmação de que a origem do circo no Brasil é indissociável da história dos Povos Ciganos brasileiros, e que foram esses grupos étnicos os precursores dessa arte por aqui, pode ainda causar algum estranhamento. No entanto, Menini (2021, p. 162) afirma: “não existe circo sem ciganos no Brasil”. Em seus achados de pesquisa histórica-documental, essa autora dialoga acerca da participação dos ciganos/as em espetáculos culturais nas praças do Rio de Janeiro e de Salvador. Ela destaca a presença dessa etnia em espetáculos oficiais da época colonial e através das apresentações em touradas, e artes circenses nas praças. Vejamos:

O universo circense encanta o público de todas as idades na contemporaneidade, mas o que muitos não sabem **é que não existe circo sem ciganos no Brasil**. E essa tradição possui a sua historicidade em tempos colonizadores. Afinal, os primeiros espetáculos circenses em praças públicas no Brasil chegaram com os ciganos durante o período colonial, com ênfase no século XVIII. Ao analisar as apresentações no período medieval, a historiadora localiza os ciganos como exímios adestradores de animais. (MENINI, 2021, p. 162-163, grifo nosso).

De acordo com Minini (2020), a manutenção étnica das famílias que optaram por residir em moradias ou ranchos sedentários nas cidades pode ser apreendida na continuidade dos sinais diacríticos, a exemplo do específico uso da língua, das indumentárias e das performances artísticas, vez que os grupos ciganos tradicionalmente se dedicavam às apresentações artísticas como a dança, a musicalidade instrumental e às artes mambembes, que seguiram sendo apresentadas nas praças, e posteriormente nos circos com o formato que hoje vemos. “Esses talentos artísticos foram historicamente agenciados pelos ciganos e pelas ciganas para a corporificação de suas memórias e para a construção de suas identidades

étnicas” (MENINI, 2021, p. 151). Sobre esse aspecto das culturas e tradições ciganas, assinala:

A multiplicidade das funções das praças convergia com as múltiplas estratégias de apropriação dos espaços públicos pelos ciganos e pelas ciganas, tanto do ponto de vista econômico, com as vendas de mercadorias, mas também do ponto de vista da aceitação do degredo através do trabalho em obras públicas. Convém aqui destacar a apropriação das praças pelos ciganos através de espetáculos culturais realizados em festas oficiais da época. É importante ressaltar que as festividades motivadas por eventos dinásticos, como casamentos e nascimentos de membros da família real, eram realizadas nas praças e nas áreas abertas do Campo dos Ciganos do Rio de Janeiro. Através de apresentações musicais e de artes mambembes, os espetáculos ciganos eram carregados de linguagens corporais e de gestos performáticos que imprimiam as memórias dos ciganos Calóns, contribuindo para a manutenção étnica corporificada pelos homens e pelas mulheres dessa etnia (MENINI, 2021, p. 153).

O trabalho de pesquisa dessa autora permite confirmar que os espetáculos foram registrados em documentos oficiais da época, em diários, bem como em iconografias de viajantes europeus e também em obras de memorialistas. Ela defende a ideia de que os espetáculos ciganos descritos pela linguagem dominante da época “indicam a reelaboração de estereótipos e de construções identitárias de gênero na sociedade colonial, associando os ciganos e as ciganas a legítimos artistas, aplaudidos e elogiados pelo público em diversas festividades” (MENINI, 2021, p. 154-155). Além disso, “nesse cenário, os espetáculos dos ciganos eram hierarquicamente realizados nas diversas festividades oficiais ocorridas nas praças coloniais. Através das apresentações em praças, os ciganos e as ciganas se afirmavam como artistas genuínos” (MENINI, 2021, p. 158).

Essa historiadora chama a atenção para o fato de que, sendo de cultura ágrafa, a linguagem corporal presente nos espetáculos culturais e nas performances artísticas em praças coloniais constituiu-se como componente vital da historicidade dos ciganos, uma vez que os corpos ciganos expressam memórias que historicizam a sua etnicidade. Desse modo, seria inequívoco afirmar que os espetáculos culturais dos ciganos/as principalmente através de danças, cancioneros e da participação em touradas, nas praças, colaboraram para a corporificação da memória dos ciganos Calon. Não restam dúvidas de que, durante os séculos XVIII e XIX, “as apresentações de espetáculos e de performances artísticas ciganas em praças coloniais contribuíram para a reelaboração de estereótipos, possibilitando que os ciganos passassem a ter

os seus traços culturais valorizados nas principais cidades portuárias da colônia” (MENINI, 2021, p. 161).

Um salto para a época moderna, precisamente na segunda metade do século XVIII, o circo como espetáculo recompensado foi provavelmente idealizado pelo inglês Philip Astley (1742-1814), suboficial de cavalaria, que desenhou uma pista circular “(similar ao picadeiro onde adestrava seus cavalos) rodeada de arquibancadas de madeira e instalada em um terreno baldio, onde se juntou a companhia dos equilibristas e acrobatas, com sua esposa tocando um tambor para atrair o público” (NEPOMUCENO, 2013, p. 289). Foi nesse contexto, por volta de 1770, que se inaugurou o circo moderno, quando, historicamente, “diversos grupos ciganos se consolidaram como artistas circenses, de modo que nos registros históricos são mencionados como saltimbancos, domadores de animais, dançarinos, ilusionistas” (MENINI, 2021, p. 164-165).

Essa autora conclui, também através do circo, a experiência colonial reelaborou estereótipos associados aos ciganos/as, com a valorização de suas performances artísticas, que certamente contribuíram para a formação histórica do que hoje chamamos de cultura popular brasileira. Comprova essa constatação o território do Campo dos Ciganos, a partir de 1821, tornou-se o Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes), no Rio de Janeiro, contou com a participação dos ciganos em festividades oficiais e também com apresentações de ciganos saltimbancos (MENINI, 2021). Por fim, convém trazer na íntegra a seguinte constatação de Menini (2021, p. 167, grifo nosso):

Os espetáculos ciganos nas praças das cidades portuárias ocorreram especialmente durante os séculos XVIII e XIX. Tais espetáculos incluíram as artes circenses, que constituem uma das mais importantes contribuições culturais dos ciganos em nosso país. Através de performances artísticas com piruetas, malabares, mágicas, danças, ilusionismos e adestramento de animais, as famílias ciganas construíram a sua tradição de arte mambembe. **A própria estrutura das lonas dos circos se assemelha às tendas ciganas: coloridas e itinerantes.** Na contemporaneidade, inúmeros artistas de etnia cigana trabalham em ramificações do circo. Esses artistas são os “andarilhos da alegria” que através de seus trabalhos artísticos levam entretenimento e encanto pelo Brasil afora. Portanto, é importante compreender a intrínseca relação dos ciganos com o circo em perspectiva historiográfica. **Afinal, não se pode falar de história do circo no Brasil sem mencionar as contribuições dos ciganos para as artes circenses no país.**

Entre os ciganos contribuintes para as artes circenses, constam várias famílias ciganas foram e continuam sendo proprietárias de circos ou então trabalhavam em

circos que circulavam no Brasil e outros países sul-americanos. Algumas dessas famílias dão continuidade à tradição circense até hoje, mas, infelizmente, nem todas resistiram até aqui. Entre as famílias circenses europeias que chegaram a partir de meados do século XIX, eram ciganas (Rom ou Sinti) as famílias Wassilnovitch, Stancowich, Stevanowich (comprovadamente Kalderash de origem húngara) e Robotini (esta família veio em parte da Itália e em parte da Romênia). A cerca da atualidade, os maiores circos pertencentes a famílias ciganas no Brasil seriam: Circo Orlando Orfei (sinti - subgrupo manouches italianos); Circo Norte Americano (família Stevanovitch); Circo Nova York (João Augusto Micalovitch), Circo México (Ronaldo Evans – kalderash americano)” (OLIVEIRA, 1987; BUENO, 1990; SILVA, 1996; TEIXEIRA, 2009). Um exemplo destaque de cigano circense detalhadamente estudado na pesquisa de Sanchez Silva (2006), foi Zuka Sban (1923-), cigano da etnia Kalderash, família que migrou da Itália para o Brasil, tendo itinerário por São Paulo durante décadas, onde até hoje a família segue promovendo as culturas cigana e circense em festas e eventos. “Durante o oitocentos, e até o início do século XX, vários ciganos se casaram com circenses não-ciganos. Era comum famílias ciganas proprietárias de circos contratarem não-ciganos e vice-versa” (TEIXEIRA, 2009, p. 54-55).

Este foi o caso dos ciganenses da Família Fernandes, da etnia Calon, à qual pertencem - sendo hoje uma dinastia na 5ª geração. Pertencem-nos os circos Holiday, Big Brother, Circo do Palhaço Futuca, Irmãos Fernandes, Las Vegas, Indianápolis e Miraculos. Outros tantos contam com artistas da Família Fernandes em seu elenco. Os circos Uberlândia, Arte Palácio, D’Líbano, Mexicano, Colizeu, Transbrasil e Norte-Americano também tiveram a família Fernandes como mantenedora dessa tradição. Nos circos, a iniciação nas artes ocorre assim que nascemos. Os meninos se pintam de palhaço com inspiração em pais e tios, as meninas, dançam e bailam. Penduramos nas alturas, misturamos brincadeiras com aprendizados, ensaios técnicos e mais sérios, para nos apresentarmos inicialmente nos espetáculos de matinê.

Portanto, neste, cumpro o propósito de demarcar essas existências e a contribuição dos ciganenses da Família Fernandes para o circo no Brasil, e os dilemas das gerações sobreviventes no que concerne aos estudos formais, especialmente de nível superior, sendo o primeiro autor um desses representantes.

POR DENTRO DAS LONAS DO CIRCO: A AUTOETNOGRÁFIA

Dos circos modernos do século XVIII aos do XXI, de circo pequeno ao grande, dos esquecidos aos sempre lembrados, venerados, o circo vive e há tempos que, em todo canto, pode ser dia de circo (VALÉRIO; CASSOLI, p. 115, 2012).

Do ensino básico até a chegada ao ensino superior, não são poucos os dilemas que atravessam a vida estudantil. Compreender, descrever, refletir, retratar ou problematizar esses dilemas constituem alguns dos desafios das instituições públicas nos tempos que se seguem. Essa tarefa convida a comunidade universitária e científica a repensar as trilhas teórico-metodológicas que utilizam, permitindo aos estudantes terem vez e a voz plenamente considerada. Além disso, devem ser imaginadas formas de propiciar que os trabalhos escritos por estudantes reflitam suas experiências em busca dos sentidos próprios e coletivos. Nesse intento, o método autoetnográfico se apresentou como uma possibilidade metodológica conveniente com a pesquisa proposta.

Isso porque a ideia mestra é a de descrever a itinerância educacional de um cigano estudante de tradição circense. Para cumprir, recorro ao ângulo de visão autoetnográfico, procurando realçar os dilemas enfrentados por esse perfil de estudantes que ingressam no ensino superior, ou seja, sou autor e sujeito do estudo. A voz aqui é a de um cigano estudante de tradição familiar circense, cuja trajetória educacional é fruto das ações afirmativas, e que assume o lugar de defensor dessa política de reparação, utilizando, para tanto, a autoetnografia como o método exercitado neste. O sociólogo Silvio Matheus Alves Santos (2017) explica o sentido da palavra:

[...] A palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato ('escrever'), sobre um grupo de pertença ('um povo'), a partir de 'si mesmo' (da ótica daquele que escreve). (SANTOS, 2017, p. 218).

Segundo esse autor, a autoetnografia está inserida na tradição interacionista da Escola de Chicago, sendo derivada da etnografia urbana e organizacional, tendo sido o termo usado pela primeira vez, no campo das Ciências Sociais, especificamente na Antropologia, por David M. Hayano, em 1979 (SANTOS, 2017). Ela se apresenta como uma alternativa na direção de dar relevo a trajetórias e

experiências individuais durante a década de 1990, quando pesquisadores norte-americanos se interessam pelas narrativas pessoais, inventando a pesquisa autoetnográfica.

Concordante com Takaki (2020, p. 4), além de fundamental para a captação de significados que ficariam submersos, “[...] o diferencial da autoetnografia está na inserção corporificada, espiritual, afetiva, intelectual e ética do pesquisador caracterizando a participação intersubjetiva de si e do(s) outro(s) e dos objetos [...]”. Assim, a autoetnografia rompe com o silenciamento de questões da vida pessoal e reposiciona vozes que dificilmente seriam trazidas à tona por metodologias outras, não autocríticas e não reflexivas.

O método autoetnográfico, como nos indica Silvio Santos (2017, p. 239), “[...] reforça o vigor e a reflexividade de um conhecimento que advoga o relevo dos microprocessos para o entendimento de processos macrossociais, como a desigualdade, a discriminação, o racismo institucional”, além de prevalecer-se das subjetividades enquanto ferramenta potente para o desenvolvimento do estudo. Sabemos que as nossas subjetividades, além de serem constantemente recriminadas e polidas pela feitura da ciência hegemônica, são matéria que estes tempos querem consumir (KRENAK, 2019), daí a importância de atentarmos para métodos que nos permitam agregar subjetividades como alicerces pujantes de conhecimento.

Para Vergueiro (2015, p. 27), “[...] os potenciais do método autoetnográfico para se pensar em diversidades corporais e de identidades de gênero estão localizados significativamente nos diálogos entre os protagonismos destas vozes diversas (ausentes ou constrangidas, nos processos produtivos de conhecimentos). Nas trilhas da escolha pela autoetnografia, faço coro à oportuna convocação de Vergueiro (2015, p. 231), “seguimos abaixo, e às esquerdas. Em corpos, identidades de gênero, sexualidades, raças-etnias, culturas, ancestralidades diversas: em inflexões decoloniais contra *c*istemas de normatização, violência, regulação e exploração”. Porém, essa trilha metodológica impõe desafios inúmeros, pois, a autoetnografia sofre a recusa e se choca com concepções tradicionais e canônicas da pesquisa científica. “Esse ‘choque’ teria no seu cerne um complexo dilema acerca da tão almejada ‘neutralidade’ no desenvolver da pesquisa e, principalmente, na análise dos resultados da investigação” (SANTOS, 2017, p. 226).

É importante salientar que a escolha pela autoetnografia (ver FERNANDES FILHO; SANTOS, 2023) para o desenvolvimento desta também não foi uma decisão minha ou de minha orientadora, mas o resultado de uma “dança” cuja cadência implicou em declínio, desistência, insurgência e, sobretudo, coragem. Ensaíamos juntos (as) até nos firmarmos em uma coreografia, cujo ritmo foi, por vezes, fluente, agitado; por outras, estagnado. Mas o fundamental foi não continuar mais calado. O canto flui. A voz ecoa. Porque autoetnografar implica, em alguma medida, denunciar, manifestar, revelar situações vivenciadas a partir das memórias de experiências vividas. Ao contrário do que se imagina, eis aí um intenso desafio.

Aqui, chamo de exercício autoetnográfico o relato construído acerca dos dilemas vivenciados na itinerância educacional do ensino superior, à luz dos conceitos de memória por Krenak (1997, 2020, 2021) e de Filosofia Cigana Kalon por Silva Júnior (2009, 2018, 2021), exercitados na prática. Recorri ao uso de dispositivos eletrônicos para anotações, que funcionaram como diário de campo, além daqueles de formatos físicos e palpáveis, menores ou maiores, nos quais fui escrevendo e anotando os lapsos de pesquisa, os devaneios, e extraíndo o que fosse conveniente ao estudo. Recorri também ao acervo de informações e momento vividos nos espaços acadêmicos, documentados em redes sociais e blogs, onde costumava anotar estações, reflexões e memórias. O meu relato autoetnográfico, é assim fruto dessa combinação e mescla de instrumentos e métodos, que foram somados, ainda, aos relatos via entrevistas publicadas no Portal Educação & Justiça e dispostas neste estudo, com as vozes de outros/as quatro estudantes ciganos/as, esses vivenciaram os seus dilemas e encontros no percurso do ensino superior, o que possibilitou um entrecruzamento dessas experiências, ampliando, assim, a produção dos dados.

Na prática, o método provocou sensações mistas, encantadoras, assustadoras e fascinantes. Um devir latente persegue-me até aqui, mas provou ser um exercício profundo de autorreflexão pela via do próprio relato autoetnográfico, fundamentado na aplicação prática dos conceitos de Memória e Filosofia Cigana Kalon (conforme detalharei na próxima sessão) conduzindo-me na (auto) investigação e oportunizando a produção dos dados de pesquisa. Indubitavelmente, a autoetnografia, o método autoetnográfico e seu exercício advogam em favor do desenvolvimento de uma dupla epistemologia cigana-circense no ensino superior, inaugurando o método nas pesquisas dos/as ciganos/as, a autoetnografia cigana.

MEMÓRIA E FILOSOFIA CIGANA KALON APLICADAS À ITINERÂNCIA EDUCACIONAL DE UM CIGANENSE

Não são poucos os autores, das mais diversas áreas do conhecimento, que ao longo do tempo teceram reflexões acerca do conceito de memória. Clássicos ou modernos (Pollak 1992, Hall 1997, Rutherford 1990, dentre outros/as) apontam para as complexidades envolvidas à memória, problematizam se é: fálica, coletiva, individual, individual-coletiva, coletiva-individual, não confiável, manipulável, confundível, mutável, social, representativa, limitada ou não. A memória pode ser tudo isso, mas é também viva, e mantém acesas as fogueiras, suas labaredas e chamas das tradições e culturas de diversos povos com cosmologias diferentes da maioria, como é o caso dos indígenas e ciganos.

Poucos são os autores contra coloniais ou anticoloniais, de origens étnicas distintas da maioria, cujas bases não são dos conhecimentos europeus importados e já maculados, amplamente difundidos. Por isso, nesta sessão, inclusive pela falta de espaço e considerando o excesso de discussões já provocados nas ciências por esses outros autores, abro espaço para a discussão da memória além do próprio conceito, enquanto mecanismo e instrumento viabilizador dessa pesquisa. Utilizo as filosofias indígenas aludidas à memória ancestral do autor indígena da etnia Crenaque/Krenak, Ailton Krenak (2019, 2020, 2022), nascido em 1953; e do autor cigano da etnia Calon, Aluízio de Azevedo Silva Júnior (2009, 2018, 2020, 2021), nascido em 1980, aplicados à minha itinerância educacional, no lugar de estudante cigano Calón de tradição circense. Uso da minha memória, nessas perspectivas, para tecer reflexões acerca dos dilemas enfrentados e superados até aqui. De acordo com Krenak (1992, p. 202), “se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos”.

Krenak (1992, p. 202) analisa que um intelectual, na tradição indígena, não tem muitas responsabilidades institucionais, tão diversas, mas ele tem uma “responsabilidade permanente que é estar no meio do seu povo, narrando a sua história, com seu grupo, suas famílias, os clãs, o sentido permanente dessa herança cultural”, construindo e salvaguardando as memórias de suas raízes. De modo similar, nós ciganos/as, comungamos desse compromisso. Ainda que alguns deixem as

comunidades por conta dos processos educativos formais ou profissionais, retornando com frequências maiores ou menores, as heranças ancestrais são permanentes e ajudam a dar sentidos às diferenças que se evidenciam no contato e nas trocas com o universo composto por pessoas não ciganas nesses espaços. A memória em sua evocação ancestral, pode ser refletida da seguinte forma:

Vocês têm uma instituição que se chama universidade, escola, e têm a instituição que se chama educação. Todas estas instituições: educação, escola, universidade, elas estão no sonho, na casa do conhecimento. Esse sonho tem um aprendizado para o sonho. E, quando nós sonhamos, nós estamos entrando num outro plano de conhecimento, onde nós trocamos impressões com os nossos ancestrais, não só no sentido de nossos antigos, meus avós, meu bisavô, gerações anteriores, mas com os fundadores do mundo (KRENAK, 1992, p. 202).

Em contexto ancestral similar, o autor cigano da etnia Kalon, Aluizio de Azevedo Silva Júnior (2009, 2018), criou o conceito Filosofia Cigana Kalon. Esse conceito propõe novos olhares epistemológicos para as culturas, tradições e formas de vidas ciganas, tendo na memória um importante alicerce para sua sustentação. Esse conceito de Silva Júnior (2009), se alimenta das narrativas e discursos mitológicos que povoam as memórias e histórias orais dos povos ciganos, e se fazem presentes na estruturação de elementos culturais. Esses elementos ancoram seus modos de ver e viver a vida, isto é, suas formas de organização social e de estar no mundo, “que subvertem e/ou resistem aos modos capitalistas e ocidentais de vida e sua ênfase no consumo e no descarte do ser humano, assumindo valores de solidariedade e amizade” (SILVA JÚNIOR, 2018, p.47-48), sublinhando valores de “mundo e modos de ver e viver, com ênfase nos aspectos da Filosofia Kalon, as leis ciganas e o seu sistema de organização social, ‘lage no mui’, que possibilitaram táticas de resistência e modos de superação dos racismos, estereótipos, preconceitos, estigmas” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 239).

Como a perseguição e as políticas anticiganas, aliada à ciganofobia, são cicatrizes dos sentidos muito presentes nas memórias e discursos dos/as interlocutores/as ciganos/as, o sofrimento advindo dessas violências é um fator comum e de união das culturas e identidades ciganas, uma vez que as mediações trazidas pela memória da colonização e das violências sofridas são pontos centrais para o movimento político cigano, que produz um modo específico, contemporâneo de organizar sua prática discursiva e política frente às relações interétnicas na saúde

ou em outro campo, a exemplo da educação formal e outros (SILVA JÚNIOR, 2018). De modo análogo a Krenak (1992, p. 203), “de um lugar que a nossa memória busca a fundação do mundo, informa a nossa arte, a nossa arquitetura, o nosso conhecimento universal”, reflete (SILVA JÚNIOR, 2018). O heterogêneo e rico universo cigano converge no mundo ocidental como o seu outro, sendo refratado no senso comum ou no imaginário social como uma unidade genérica que oculta uma complexidade enorme de diferentes culturas, identidades, línguas e saberes (SILVA JÚNIOR, 2018).

Dessa forma, a memória dos grupos étnicos indígenas e ciganos/as está nas tradições, que por sua vez estão fincadas em uma memória de antiguidade do mundo, “quando nós nos fazemos parentes, irmãos, primos, cunhados, da montanha que forma o vale onde estão nossas moradias, nossas vidas, nosso território, aí, onde os igarapés, cachoeiras, são nossos parentes” (KRENAK, 1992, p. 202). Isso está ligado a um clã, ou seja, a grupos, famílias, comunidades, que estão ligadas uns aos outros/as e que estão relacionados com seres “que são aquilo que chamaria de fauna, está ligado com os seres da água, do vento, do ar, do céu, que liga cada um dos nossos clãs, e de cada uma das nossas grandes famílias no sentido universal da criação” (KRENAK, 1992, p. 203).

No caso dos ciganos/as, as atrocidades sofridas talvez sejam o elemento mais marcante do imaginário coletivo, da memória oral e dos discursos dos diferentes grupos e comunidades. Nesse sentido, a Filosofia Cigana kalon propõe um olhar ampliado de mundo da kalonidade é o estoque histórico, cultural e mitológico (memória oral, mitos, narrativas, histórias exemplares de vida) de conhecimentos e saberes últimos sobre a vida e a existência, verdades mais profundas e essenciais que estruturam e configuram os modos de compreensão da vida e do mundo. É o núcleo central da kalonidade, mais fixo e essencial e aqui trago ao menos quatro itens filosóficos: 1) a cultura da paz; 2) a liberdade da alma; e 3) a amizade/lealdade a que interpreto como solidariedade; e, ainda, 4) a valorização maior dos seres humanos em detrimento dos bens materiais e financeiros (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 347).

Aqui, lanço o meu olhar para os olhares epistemológicos da filosofia cigana como um elemento central na produção do conhecimento já produzido e que estou a produzir, sustentando, tal como Silva Júnior (2018, p. 78), que essas narrativas estão ancoradas numa filosofia “cigana (de vida), cunhada num duro e rígido percurso, que

têm anteparo nos conhecimentos tradicionais (educacionais, culturais, mitológicos) que são circulados e postos em prática no marco da oralidade, passados de geração em geração a milênios”. Sendo assim, "além dos conhecimentos científicos e teóricos, colocamos em prática uma multirreferencialidade de saberes, que permitiu agregar a filosofia cigana na roda de saberes pertinentes sobre si mesmos” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 210).

É, pois, seguindo e sentindo os preceitos da Filosofia Cigana Kalon, mesmo quando não conseguia nomear de tal forma, que intento anotar as memórias vivas e adormecidas acerca da minha itinerância educacional. Até então, organizar essas vivências e palavras utilizando a via acadêmico-científica é um desafio inesgotável, dada uma vida inteira permeada por um modo de ver, pensar, enxergar, sentir, escrever, expressar, completamente distinto e complexo em suas raízes para ser sintetizado em um estudo como este, autoetnográfico. Mas a Filosofia Cigana Kalon dá conta dessa necessidade e propõe soluções convenientes para que este estudante cigano Kalon de tradição circense, consiga autoetnografar o aspecto educacional da vida, pois:

Enquanto o olhar ampliado de mundo diz respeito aos valores básicos que orientam suas ações, o viver em poesia se aproxima mais do sistema de organização social e de suas formas de identidades culturais. É como se a filosofia cigana fosse a alma da kalonidade, seus valores mais profundos, seus modos de olhar e ver, isto é, de entendimento e compreensão da vida e do mundo. É esta filosofia que rege tanto as formas de agir, ou o seu sistema de ação, quanto as formas de viver, ou o seu sistema de organização sociocultural. Os três elementos, no conjunto, conformam os modos de ser ou o seu sistema de identificação e diferenciação (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 301).

Utilizo a Filosofia Cigana Kalon porque entendo que não se trata apenas de teoria e retórica, pois ela contém em si importantes componentes práticos, conforme defendido por Silva Júnior (2018). Se é Kalon, em gesto e ato, assim como em narrativas e modos de se posicionar. Na vivência Kalon, estes elementos estão entrelaçados e muitas vezes não são racionalizados desta forma pelas pessoas ciganas, mas são introjectados desde sempre na criação e no acúmulo de experiência do grupo ou comunidade a que pertencem. “Se aqui os divido é para melhor compreensão acadêmica de como se dá a produção social da kalonidade e como essas lentes culturais e filosóficas ciganas podem nos ajudar para a análise e o entendimento” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 302). E, além disso:

A filosofia cigana é a da natureza, reinada por princípios uni-versais. Com semânticos jardineiros e pés-deolhares nos canteiros. Olhos de sonhos. Olhos de mundos. Olhos estranhos. Olhos profundos. Olhos de fogo. Olhos da terra. Olhos de pó-ética. Olhar ampliado de mundo. O ideal é a poesia. Criada e recriada a luz do dia e a sombra da noite. Espelho da poética noturna e reflexo dos meus amores. Sentimento do astral, no fenômeno do natural. A poesia é o alento, a alegria e até filosofia – de vida (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 182).

Comungo com esse autor acerca do pensar de que os Povos Ciganos possuem um modo próprio de produção de conhecimento. Não é nova, mas a ideia de considerá-la como uma possibilidade de análise e composição teórica e conceitual, trazendo-a para o diálogo com outras correntes teóricas, conforme proposto neste, é “bastante inovadora e revela um cunho completamente horizontal e dialógico entre distintas vozes na produção de saberes, sejam elas de autores ou pesquisadores, sejam elas dos interlocutores de pesquisa” (SILVA JÚNIOR, 2022, p.81-82).

Assim, de acordo com esse autor, a filosofia cigana foi considerada um modo de produzir conhecimento, constituindo-se como uma das matrizes da pesquisa, tal como ocorreu com as anteriores. Sendo que a maioria dos estudos romani (ciganos) apresenta estruturas similares, em que autores apresentam elementos simbólicos que consideram como sendo a cultura ou as identidades romanis e que funcionam como demarcadores que os diferenciam da cultura ou identidade majoritária. “Contudo, esses demarcadores só fazem sentido se situados em seus modos de vivência e compreensão de mundo. Caso contrário, se tornam letra fria e desconexa” (SILVA JÚNIOR, 2022, p. 82). Concordo com a percepção de que as culturas ciganas e suas identidades “não podem ser descritas como entidades abstratas, sem reconhecer que por trás delas existem filosofias que guiam sistemas de ação e de organização social, que servem de parâmetro para as identidades culturais romanis (ciganas)”, (SILVA JÚNIOR, 2020, idem).

Neste trabalho, busco subverter essa concepção que nos unifica e cristaliza no tempo, como se, por alguma força maior ou poder da natureza, pudéssemos ser alheios à própria condição humana, essa impõe mudanças e transformações em todas as suas criações. Acredito, portanto, que a filosofia ancestral a iluminar o conceito de memória por Krenak provoca abertura para vozes e narrativas étnicas, como a voz cigana de Silva Júnior e possivelmente a minha também. Começando aqui, para chegar a um fazer contra colonial ou anticolonial nas pesquisas cujos sujeitos são

seres étnicos, racializados, sejam ciganos/as, indígenas, quilombolas, a criar, recriar, utilizar e fortalecer os estudos dessa corrente teórica.

Para Ferrari Júnior (2022), esses conceitos e modos desenvolvidos notadamente por acadêmicos em humanidades latino-americanos surgem como uma forma de resistência crítica aos modelos que, ao longo dos séculos, foram determinados exclusivamente pelo ponto de vista dos sujeitos colonizadores. Concordo com Ferrari Júnior (2022, p. 2), quando afirma “esse colonialismo que nega o seu Outro é combatido quando o silêncio é interrompido”, rompemos, aqui, esses silêncios dicotomicamente ensurdecedores ao utilizarmos os pensamentos ancestrais de autores étnicos ciganos e indígenas acerca do que é memória e como ela se entrecruza nas encruzilhadas dos caminhos que escolhemos.

É, pois, através da memória, essa ancestral para nós, conseguimos romper com os vazios que nos silenciam, permitindo avançar na compreensão de, seja coletiva ou individual, a memória é fonte viva, acesa em chamas nas fogueiras de nossas vidas; baú de ouro que oportuniza e dá sentido ao nosso ato de pensar e pesquisar. No contexto do fazer autoetnográfico, considero seu uso indispensável para que possamos antes de sermos compreendidos, compreendermos a nós mesmos, nossas escolhas e dilemas, que põe em confronto o universo não cigano com um mundo cigano, esse que palavras não dão conta de explicar, quiçá a Filosofia Cigana Kalon ajude a tracejar, atuando em favor do direito à memória dos Povos Ciganos, e a sua documentação escrita.

EXERCÍCIO AUTOETNOGRÁFICO DE UM APRENDIZ-PESQUISADOR EM MOVIMENTO

Após superar as negações de vagas e entraves constantes para acesso às escolas, de quase sempre ser mal recebido e de vivenciar discriminação escancarada (por ser um forasteiro entre os estudantes nas escolas em que estudei), finalizei o ensino médio e dei um salto para o desconhecido quando, através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), instituído durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), tive a oportunidade de escolher uma faculdade e um curso para ingresso com bolsa de estudos integral. Optei por

Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, na Faculdade Anísio Teixeira (FAT). Era o início da realização de um sonho não apenas meu, mas de toda minha família.

Desde 14 de julho de 2021, quando passei pela qualificação do projeto de pesquisa do mestrado, após chegar na metade do curso, comemorei com euforia. Todavia, passei a refletir mais profundamente acerca do meu itinerário com maior frequência, na tentativa de reevocar os dilemas da minha implicação com o ensino superior. Por meio de diários de campo, tanto físicos quanto eletrônicos, registrei os sentimentos múltiplos e ambíguos que me atravessam, e passei a descrever o que mais marcou em tudo que vivenciei e pude sentir durante o curso de graduação em jornalismo na FAT.

Dentro daquela instituição de ensino superior, meu corpo cigano estava novamente inserido em um espaço de multidão, mas desta vez não era no circo. O picadeiro onde costumava me apresentar deu lugar a uma sala fechada, com pessoas enfileiradas. À frente, uma mesa com uma cadeira e uma professora sentada nos aguardava para o primeiro dia de aula. Um por um, ela iniciou a chamada. Todos/as se apresentaram. Enquanto aguardava o meu nome, um dilema proeminente ressurgiu: “Devo compartilhar meu pertencimento cigano-circense para toda a sala? ”; devo revelar minhas origens ou não? “Ser ou não ser? ”, eis uma questão.

- *Ro...Ru, Rô, Ri, Róooi-Rog-Rogerée...*(balbuciava a professora, quando eu a interrompi).

- *Sou eu, professora! Roi Rogeres – ROI - RO - GE – RES.* Soletrei o meu nome, como tive de fazer incontáveis vezes durante o itinerário escolar. Estava e estou sempre preparado para essa parte nas apresentações formais. Até passei a fazer isso de bom humor com o passar do tempo. Tenho orgulho do meu nome hoje, herdado de meu pai, mas nem sempre foi assim.

– *Nossa, que nome diferente, parece de artista, por qual razão?* (Questionou a profa.)

– *Sou de família de artistas sim, circenses, entre nós nomes diferentes é tradição!* (Conto agora ou depois?), ponderava, - *é melhor não!* Deixarei para outra ocasião.

Passados os solavancos e estranhamentos iniciais de uma turma no início do trajeto, estava mais à vontade por lá. Naquela faculdade, foram quatro anos e meio de intensos aprendizados no novo mundo desvelado, e algumas decepções. Não sei bem

se omitia a minha origem cigana por opção ou necessidade. Receio tinha das mesmas perguntas, piadas e zoação de toda aquela repetitiva invasão.

– *A cor da sua pele é linda, diferente, e esse cabelão?*

- *Seus olhos são grandes, tens olhar compenetrado de onde vem mesmo o seu nome, tu não é daqui, dê mais informação!*

Estes dizeres eram comuns a muitos/as dos que se aproximavam, querendo saber quem eu era, de onde era, porque viera, por onde tivera...meu corpo cigano, durante tantos anos nas escolas sendo subjugado, visto pelas lentes do imaginário contaminado, estava exausto de aclarar tudo quanto era tipo de indagação. Esdrúxulas ou não, eu ficava acanhado, confabulando o que seria revelado, pois nem tudo poderia ser verbalizado, conforme manda a tradição. Vejamos algumas das perguntas descabidas, que para minha aceitação, pareciam um tipo de condição:

– *Como fazem para dormir no circo? Vocês têm banheiro?*

– Na cama.

– Não!

– *Como fazem lá as necessidades, então?*

– No mato, no saco, ou no chão.

– *Vocês roubam galinhas? Carregam criancinhas?*

“Que chato, de novo isso” (pensei), e retruquei com um sonoro: – NÃO!

– *E como fazia para estudar no circo?*

-*Lê a minha mão?*

– *Você também é agiota?*

– Ah, já chega de tanta perguntação!

Não me sentia seguro e confortável para abrir por completo o livro de minha vida e descortinar os aspectos da minha cultura e origem. E nem poderia. Esses questionamentos traziam consigo muitas vezes um mar de insultos, provocações e desrespeito. Através delas, o preconceito, o racismo, em nosso caso, o anticiganismo se revelavam de maneira sempre direta e cruel. Nessas situações, costumava reagir com altivez, mas não deixava de sentir um incômodo. A cólera corroía por completo. Mas era preciso manter a serenidade de quem sabe, ser plenamente respeitado, requer paciência e resiliência para explicar, tais questionamentos não faziam o menor sentido, são fruto da imaginação contaminada sobre a história dos Povos Ciganos. A diferença é que alguns desejavam sobrepor os seus preconceitos, queriam

confirmações. Outros/as, buscavam o conhecimento a partir de alguém de dentro da comunidade cigana.

Narrar, contar para quem quer que fosse como eu havia chegado até lá, naquela cidade, naquela faculdade, era por demais complicado. Preferia que pouca gente soubesse do meu itinerário, eram perguntas e dúvidas demais para encarar. Àquelas já eram o bastante para da vida cigana conversar. Ainda nos primeiros semestres, formei um grupo marcado pela união. Para essas pessoas mais próximas, esconder minha etnia e origens não era uma questão. Para três amigas que logo se firmaram, não hesitei, as respondi com precisão:

- *“Sim, sou um cigano ‘legítimo’, estou de prontidão!”* (Eu tinha respostas formuladas para tudo quanto era indagação), e continuei: *“- de tradição circense, cigano de sangue, podem continuar com a ‘perguntação!’”*. Elas conheceram minha família, meu lar, ficaram surpresas e orgulhosas, sentiram a consideração. Ficaram encantadas quando muito mais eu pude para a elas desvelar. Com o tempo, veio a confiança, uma forte aliança, para tudo que precisávamos naquele espaço suportar.

Ao fim do curso, mais pessoas sabiam da minha vida cigana-circense pela minha própria voz. Muitos ficavam boquiabertos de como havia chegado até ali. Algumas professoras souberam, essas com as quais partilhei ficaram surpresas e encantadas com a minha história, e como havia chegado até aquele espaço. A turma era heterogênea, mas eu queria evitar passar por situações que outrora traumatizaram. Mesmo no meio de adultos, procurava evitar. Diziam que eu era misterioso, com fala cantada e cadenciada, além de uma aparência física considerada diferenciada. Ainda que eu não dissesse uma só palavra, muitos na turma desconfiaram. Quando surgia uma pergunta mal-intencionada, eu retrucava imediatamente. Tive de exercitar e muito a paciência limitada.

Feira de Santana é uma cidade hospitaleira, maior do que nove capitais brasileiras, na qual já passaram, vivem e viveram muitas famílias ciganas, tanto nela quanto em seu entorno. Talvez por isso, não era difícil nos reconhecerem ciganos. De vez em quando, pronunciava, sem perceber, alguma expressão em nossa língua materna, o “Chib”. Na reta final, não me importava que mais pessoas soubessem da minha origem, pois já era praticamente de conhecimento geral, embora ainda restasse o receio da discriminação e do preconceito. Eles/as se acostumaram com meu jeito cigano de ser, e não havia mais como esconder. A linhagem cigana estava posta.

No curso de jornalismo da FAT, foram ofertados mais de quarenta componentes curriculares, incluindo Cultura Brasileira e Regional, Realidade Brasileira e Regional, Sociologia Geral e da Comunicação, e Comunicação e Política. No entanto, nenhuma dessas disciplinas abordou questões relacionadas às culturas e realidades dos Povos Ciganos, como seria de esperar. A ausência da temática cigana gera desconhecimento e ignorância sobre as inúmeras questões que envolvem estudantes ciganos/as. Como resultado, surge o desconhecimento, a invisibilidade, o preconceito, o racismo-anticiganismo, pois dificilmente alguém respeita algo que não conhece e, portanto, não compreende.

Apesar do intenso cansaço, eu dava o meu melhor para concluir a faculdade, obter meu diploma e buscar um trabalho melhor remunerado. Foi uma experiência importante, em que muito aprendi e sou grato. Um novo mundo desvelado para quem tanto sonhava com a independência, em realizar o sonho de mainha: um diploma de graduação. Naquela instituição, eu era reconhecido pelo envolvimento e dedicação, destacavam minha astúcia-inteligência, meu respeito e atenção para com todos, a perspicácia, oralidade e prontidão.

A OUTRA PRAÇA

Estava finalizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em jornalismo, quando prestei vestibular e fui aprovado no curso de Artes Cênicas/Interpretação Teatral desta Ufba, no final de 2010.

Enquanto exercia alguns trabalhos temporários, como atuar como figurante em filmes, em recepções de festas, apresentações com o teatro, auxiliava também uma amiga empreendedora na produção e venda de biscoitos doces pela Universidade. Na Escola de Teatro da Ufba (Etufba), libertei-me das amarras e estive livre para compartilhar a história da minha vida nos circos desde o primeiro dia de aula, assumindo também abertamente meu pertencimento étnico Cigano-Calón. Fizemos uma apresentação coletiva informal, e não sei se pelo fato de estar em uma escola de artes, não hesitei em relatar minhas origens e o itinerário que me levou até aquele espaço. Até então, os medos do preconceito e das perguntas inconvenientes eram motivos suficientes para evitar compartilhar essas informações. Talvez por estar um

pouco mais experiente, tendo adquirido um quê de maturidade e com um curso de nível superior completado, estava mais livre para compartilhar minha vida, mais disposto a me divertir. Não é por acaso que dizem que a arte liberta.

Isso porque o ensino superior e a universidade sempre foram praças distantes da minha realidade social. Coisas que se escuta falar em jornais de televisão... No máximo, tinha a ideia de que era um lugar onde se aprendem diversas profissões. Um terreno propício para pessoas que desejavam uma vida com melhores condições e algum alcance social. Mas nenhum de nós, estudantes ciganos/as de tradição circense da minha comunidade e família, havia antes por lá acampado para saber e compartilhar. Assim, tudo o que eu sabia eram apenas suposições. Estudar na Universidade, alcançar o ensino superior, contudo, era um ideal, tanto que minha falava: “ - só vai ter alguma coisa na vida se estudar. Não tenho nada para dar além do meu amor, carinho e proteção. Tenha a certeza de que só o estudo lhes dará o que merecem. O conhecimento é poder! Coisa que tanto quis era estudar, mas não ouvi isso dos meus pais. Só ouvia: ‘- vão trabalhar para comer – casa do bom homem quem não trabalha não come! Falta de conhecer um livro (referindo-se ao pai), sendo que podia muito bem trabalhar e estudar, e mais alguma coisa”.

Os primeiros contatos com os ambientes e pessoas que dão vida à universidade foram o contrário da experiência anterior. Os/as estudantes tinham histórias diversas, e fui conhecendo essas histórias nos primeiros encontros, antes mesmo das aulas começarem. Logo contei sobre o meu passado recente, sobre como vivi a maior parte da minha jornada estudantil debaixo das Lonas dos circos, um sonho comum por muitos atores e artistas. Mas, não revelei que era um cigano até que um estudante, aparentemente mais experiente na turma, indagasse assim: “- *Você parece indígena, meio assim, cigano? Essa cor, esse cabelo, e o sotaque é diferente, composto, misturado, você é de família cigana, estou certo ou errado?* ”.

- *Sim! Com orgulho, sou. Que bom que notou!* Respondi. Ele ainda acrescentou que saiu do interior para estudar na capital. De onde veio haviam comunidades numerosas de ciganos/as, tendo tido contato e amizade com alguns deles. Havia outros estudantes oriundo de pequenas cidades distantes também relataram algum contato com pessoas ciganas, mas não tão próximos.

Bem, não escapei das benditas perguntas acerca da vida cigana e do circo, mas dessa vez elas vieram com um interesse de maior profundidade, com pitadas de

bom humor, porém, sem desrespeito, advindas de uma curiosidade que parecia infinita. Quanto mais eu respondia, mais detalhes queriam... e eu, que sempre fui bastante brincalhão e bem-humorado, de riso solto e fácil, estava de prontidão, pronto para entrar na brincadeira, e também surpreso pelo modo como eu mesmo estava me comportando. Mais natural, menos armado. Era apenas o início da jornada formativa, e uma experiência completamente diferente daquela vivida na faculdade anterior. Começando pelos colegas estudantes que eram mais vibrantes e politizados, tinham assuntos e conversas ricas e proveitosas; foram vastos os aprendizados compartilhados. Interessante a forma como me viam: não era como um ser de outro planeta, mas sim com certo heroísmo por ter saído daqueles lugares culturais, sociais e familiares para encarar uma vida distinta em um universo de saberes e comportamentos completamente diferentes das tradições ciganas e circenses.

Contudo, a separação geográfica da família para acampar naquela universidade foi um grande dilema. Não tinha onde morar na capital e, por isso, fiquei de favor na casa de uma amiga, até me ajeitar. Insisti, sem sucesso, em alguns auxílios junto à instituição. Nas condições desafiadoras, sair de casa para estudar na universidade se tornou um martírio, porque a família, para nós, na minha criação cigana, é um lugar de proteção e uma instituição de força absoluta. Minha mãe e meus cinco irmãos eram e são o meu “Sul”. Foi por eles/as, para contribuir com uma vida menos sofrida para eles/as e para mim, que buscava a qualificação, queria adquirir mais conhecimentos, e quem sabe, ascender socialmente. Em muitos momentos acreditei não ser capaz de suportar a saudade e questionava essa escolha. Desgarrar assim era completamente incomum entre nós. Para alguém que sempre aprendeu a ser parte da coletividade, vivendo debaixo das Lonas, estar sozinho, sem eles/as por perto, dava medo. Quis voltar para casa muitas vezes.

Mas permaneci. Dei cambalhotas, me virei como podia para continuar vivendo o sonho da universidade em Salvador. Vendi doces, fiz bicos, figuração em filmes, recepção de eventos e festas, animação infantil. Sem um trabalho fixo, as coisas foram ficando cada vez mais difíceis, entretanto, aquelas aulas, aquele espaço, eram o melhor lugar para estar que o meu corpo entendia. Ali me transformava em cada instante que passava como estudante universitário. Contudo, a falta de assistência estudantil que contemple a todos fez surgir a necessidade de arranjar um emprego para prosseguir naquela formação. E mais uma vez teria de conciliar os estudos com

o trabalho. Como? Que trabalho seria possível, uma vez que tinha aula das 08 às 13 horas e, às vezes, pela tarde tinham atividades, ensaios, encontros? Fui seguindo, aventurando um bico ou outro para ganhar algum dinheiro enquanto estudava.

Por vezes, aquelas perguntinhas indesejadas, pela força da intimidade, novamente surgiam nas aulas: “- *É verdade que ciganos fazem isso? Fazem aquilo? Como era viver no circo?*” Caberia a mim desvelar esses mistérios?

O fato é que muitas das questões suscitadas continham e geralmente contém em si preconceitos e racismos velados. Vejamos: “- *Quando era criança, morria de medo dos ciganos, e até hoje... Minha mãe dizia que era para manter distância, porque senão iriam me levar embora com eles; fui alimentando esse medo, sabe? Mas é bom te conhecer e saber que realmente são preconceitos que crescemos acreditando como verdade, de tanto que repetem. Desculpa!*” Disse-me certa vez uma colega após uma longa conversa.

Mas também tinham aquelas fascinadas pelas culturas ciganas e circense, o misticismo, a lida com a natureza e a magia, que fazem parte de nós, mas não nos definem. Tantos olhares, dúvidas e questionamentos colocavam-me a refletir sobre quem eles imaginavam que eu era e quem realmente havia de ser. Passei a observar-me através dessas lentes e, surpreendentemente, a valoração desse duplo pertencimento se expandia. Como isso era possível? Talvez seja um dos muitos benefícios das trocas que a universidade proporciona.

Entretanto, mesmo se tratando de um curso de Artes Cênicas, as culturas ciganas e circenses não tinham tanto espaço nos palcos, tampouco no conteúdo curricular dos componentes. Naquela época, o curso era dividido em módulos. Falávamos entre nós acerca dos circos e seus encantamentos, mas pouco sabiam de como realmente as artes circenses dos circos mambembes são aprendidas, ensinadas e repassadas pela via da tradição. Sentia falta de ter a minha cultura debatida e representada. Também naquele espaço, pouco ou nada se sabia das culturas dos Povos Ciganos, além do que eu mesmo compartilhava. Só que por lá avaliavam formidável ter um cigano entre eles, e especialmente, de tradição circense.

Na Etufba, aparentemente, recebia mais admiração do que preconceito claramente intencional, apesar de sentir que corria um oceano de desconhecimento generalizado. A mim cabia mergulhar fundo para amenizá-lo? O fato de serem gentes das artes me deixava mais à vontade para ser quem eu era, como era, e para

responder com mais paciência às perguntas que desejavam saber. Eles/as foram acolhedores e muito curiosos da minha vida. Isso nos aproximou e proporcionou laços de amizade alimentados até hoje. E já se passou mais de uma década.

Naquele tempo, eu não tinha a mínima noção da importância, do ponto de vista político, de, na universidade, acampar com o meu circo, ainda que sem as lonas. Essas características conferiam-me um certo “prestígio”, um quê de especial em suas visões. “- *UAU!* ”, diziam, com frequência, e completavam: “- *deve ser incrível viver no circo, de cidade em cidade, conhecer tantas culturas e pessoas diferentes. Conta, como era?* ”.

Eles/as não faziam a menor ideia do que havia passado para chegar ali. Tinham em mente que a vida no circo era baseada na ludicidade, na magia, na alegria do palhaço, no contentamento dos artistas com o público e em toda a interação dos espetáculos. Muitas vezes passava horas compartilhando as minhas andanças, assim como os obstáculos, os preconceitos, a discriminação e as formas de racismo tantas vezes enfrentadas nas praças, principalmente nas escolas. Notava a comoção e empatia, e isso se refletia na mudança de pensamentos pessoais e coletivos. Em pouco tempo, os laços de amizade se fortaleceram. Aquela primeira experiência em uma universidade pública de fato mudaria para sempre o curso de minha vida e o meu ser. Tornar-me-ia mais consciente das questões sociais e políticas que assolam principalmente os povos das margens. Me envolvi em diversas lutas estudantis. Aprendi mais sobre o fazer coletivo. Foram anos felizes, cada vez mais forte e convicto de quem eu estava me tornando e da importância de ocupar aquele espaço. Pois meu corpo cigano na universidade levava para dentro dela uma aparente dicotomia. Assustava, surpreendia. Como era possível alguém sair do circo e de uma cultura “tão fechada” e singular para em uma universidade como a Ufba acampar? Por outro lado, não havia um/a só colega que não gostaria de ter vivido uma história como a minha, no que diz respeito ao circo. Nascer, crescer no circo. Ser parte de uma rica dupla cultura tão única e entrelaçada com as artes gerava certa cobiça.

Eu era o primeiro representante da minha família a viver esse tipo de experiência estudantil superior, meu pai era semianalfabeto, e minha cursou até a 4ª série, não escondia isso na universidade. Mas sou o orgulho deles por lograr esse êxito e por experimentar espaços antes não alcançados por um de nós. Quando

menos esperava, um velho dilema novamente batia à porta para me incomodar. Você, leitor/a, consegue adivinhar? - *Sigo por aqui ou volto para lá?*

Tentei, novamente, repetidamente buscar auxílio, cumpria as infindáveis burocracias para tanto, mas não surtiam efeito algum. Era uma demanda exorbitante para uma oferta incoerente. Isso parece que não mudou. Ao meu redor, era comum outros/as estudantes não conseguirem auxílio, raros eram os casos de sucesso na empreitada. A vida na Universidade era um refúgio prazeroso. Particpei de diversas ações e atividades de extensão, pois queria conhecer de tudo o que possível fosse. E em muitas dessas oportunidades, pude apresentar as culturas ciganas e circenses pelo meu olhar de dentro, explicando aspectos dos aprendizados das tradições e as formas como os mais diversos números são ensinados desde a tenra infância, a exemplo da palhaçaria, malabarismo, equilíbrio, trapézio e vários outros. Também abordei a engrenagem de funcionamento e organização do circo, bem como as maneiras de viver e se relacionar em ambas as culturas. Dessa forma, pude compartilhar minha admiração e fascínio pela minha etnia cigana Calón, especialmente pela tradição circense em que nasci. Fui e continuo sendo uma fonte viva que conheceu, viveu, conhece e convive de perto com esses aspectos culturais não comuns na sociedade. Isso desperta fascínio e interesse, principalmente em pessoas que encontram nas artes e nas culturas os pontos de apoio de subsistência para suas vidas. Essas trocas com colegas e professores proporcionaram intercâmbios de informações, pensamentos e reflexões oportunas no sentido de desconstruir estereótipos e combater preconceitos sobre os Povos Ciganos, especialmente de tradição circense, já que os diálogos se deram a partir do ângulo de visão de alguém de dentro de ambas, demonstrando ser um diferencial em termos de credibilidade e confiança, desfazendo concepções e imagens negativas alimentadas ao nosso respeito.

Por outro lado, o caminho da afirmação identitária e cultural também me aproximou das minhas origens, de como a itinerância educacional pelos circos me atravessou profundamente e me tornou um estudante capaz de valorar mais esses espaços e oportunidades. Na medida em que, ao defender a mim mesmo e ao meu povo, tornava-me ainda mais cigano, preenchendo-me com informações provenientes do meu baú de memórias adquiridas com os mais velhos. Perceber tanta curiosidade advinda de colegas e professores aguçava ainda mais o desejo cada vez mais latente

do resgate e reconhecimento de quem somos, das nossas contribuições culturais e artísticas. Muitas vezes, fui questionado sobre o porquê havia deixado a vida itinerante no circo e na cultura cigana para optar por viver na cidade e frequentar uma universidade em uma vida comum. O destino quis assim. E essa não foi uma escolha minha nem decisão unilateral. Questiono como teria sido caso adulto fosse: diferente.

OUTRAS VOZES CIGANAS NO ENSINO SUPERIOR: HISTÓRIAS ENTRECRUZADAS

No decorrer do itinerário da vida de estudante universitário, especialmente de aprendiz - pesquisador na Pós-graduação, não pude e nem quis esquivar-me também do ofício de ativista pelas causas ciganas, isso aconteceu naturalmente no percurso da formação de nível superior. Esses encontros de ativismo e compartilhamentos de experiências similares se deram principalmente em atividades de extensão universitária de algumas IESs, por meio de abordagens da temática dos estudos ciganos feitos por ciganos/as, quando conheci e afinei laços com outros/as ciganos/as estudantes e pesquisadores/as, alguns já tendo passado pelas experiências de mestrado e doutorado. Ao mesmo momento em que ingressei no mestrado, por coincidência ou não, adentrei no Coletivo Ciganagens, esse reúne ciganos de sete estados brasileiros, atuando na produção e divulgação de materiais informativos e didáticos por nossas próprias vozes e saberes. Esses materiais são reproduzidos em redes sociais e site de notícias para acesso democrático. Os projetos de articulação em rede permitiram juntar-me em força coletiva com outros/as estudantes que também vivenciam ou vivenciaram a experiência do ensino superior. Com não ciganos, o ativismo e os encontros virtuais com propósitos comuns permitiram o contato.

Dito isso, sendo um sujeito, pesquisador e jornalista, direcionarei o foco para estudantes ciganos/as que superaram as desigualdades educacionais, ingressaram em faculdades, universidades, no ensino superior, e se tornaram graduados, mestres/as e doutores/as. Utilizo entrevistas concedidas através de encontros e conversas virtuais, via aplicativo de mensagens. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas, e publicadas no portal Educação & Justiça, sendo tratadas aqui enquanto

produção de dados secundários. Ademais, trago outros exemplos de estudantes/egressos, representantes de diferentes gerações a partilharem seus dilemas e desafios, são histórias de superação e inspiração. Conheçamos.

Um dos exemplos exitosos da educação formal cigana é Jucelmo Dantas da Cruz, baiano e primeiro mestre e doutor cigano brasileiro. Nascido em 1962 e pertencente à etnia Calón, concluiu formação superior em Engenharia Agrônômica pela UFBA em 1990. Tornou-se mestre em Ciências Agrárias também pela UFBA em 1995, e doutor em Ciências Biológicas com área de concentração em Zoologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Rio Claro) em 2006. É professor do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde 1997, considerado um dos expoentes do ativismo cigano brasileiro, além de ser um dos responsáveis pela implantação das cotas para ciganos nas Universidades baianas.

Até por volta dos anos 2000, ele conta, não tinha noção de que era um dos primeiros ciganos, senão o primeiro, a ingressar e concluir o nível superior. A partir de então, passou a conhecer mais a realidade de nosso povo nos âmbitos estadual e nacional. Ele desvenda:

É um orgulho enorme ser um dos pioneiros da escolarização formal superior, mas não vejo grande vantagem porque o desejo é de que tivessem outros tantos, centenas, milhares de ciganos percorrido essa trilha, talvez, assim, os caminhos escolares para meu povo teriam sido menos árduos desse período para cá. Tenho orgulho por um lado, e tristeza por outro, por saber que tão poucos ciganos se graduaram até então, e só a partir de 1990 começamos a ver mais ciganos nas universidades, mas ainda somos poucos. É um sentimento agridoce, estranho, um misto de alegria e tristeza (FERNANDES FILHO, 2022).

Jucelmo prossegue a narrativa, pontuando que sua presença nos campi universitários possibilitou que estudantes e equipes pedagógicas pudessem acessar informações e adquirir mais conhecimentos acerca dos Povos Ciganos. Ao ser questionado sobre a existência de desigualdades na escolarização formal dos Povos Ciganos, Jucelmo é categórico:

Sem dúvida há imensas desigualdades na escolarização formal dos povos ciganos, assim como para todos os povos de Comunidades Tradicionais. Ainda somos vistos como estranhos no ninho, nós ciganos, os Indígenas, os ribeirinhos, chegamos na Universidade, ou seja, lá aonde for, e ainda somos vistos como seres exóticos, como pessoas que não eram para estar ali, e isso causa desconforto e indignação naqueles que superaram os abismos para

frequentar esses ambientes. Consequentemente, muitos não se adaptam à escola e acabam evadindo Universidade (FERNANDES FILHO, 2022).

A luta por igualdade de oportunidades levou Jucelho a interferir em conquistas relevantes para os Povos Ciganos, avaliando que:

Ao longo da história sempre a educação serviu a uma classe mais abastada, e nunca para as classes de menor poder aquisitivo. Então, sempre tivemos de buscar através do ativismo alguma condição, alguma inclusão para sermos hoje considerados Povos Tradicionais pelo Estado. Nas Universidades lutamos pelas cotas e com muita luta galgamos poucas, mas importantes conquistas no que tange à escolarização dos ciganos e à busca por alguma igualdade (FERNANDES FILHO, 2022).

Sara Macêdo Kali, nascida em 1995, é uma estudante cigana da etnia Calón. Advogada popular, graduada em Direito e mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG), ativista das lutas ciganas, atua no Coletivo Ciganagens e participa do Movimento Internacional de Mulheres Ciganas. Para ela, o desconhecimento que ainda persiste nas escolas acerca dos Povos Ciganos também se estende às faculdades e universidades, as quais estão distantes de compreender as especificidades das vidas ciganas.

No que tange às tradições ciganas como a itinerância e as vestes, ela afirma que não são respeitadas pelas escolas, nem nas faculdades e universidades por onde passou. E compara:

Nossa, eu ainda tenho medo de passar na porta da faculdade que formei. Meu primeiro ano eu não tinha roupas aceitáveis pelos gajons (não ciganos) e não tinha laços para poder vestir minhas roupas de calin (cigana) e enfrentar de cabeça erguida. Cidade grande é grande mesmo, e ser sozinha com seus costumes não existe. Então a supressão é quase sempre lei. Infelizmente se somos austeros somos monitorados. A itinerância nem se fala, é quase a mesma coisa que ser pessoa em situação de rua para essas instituições (FERNANDES FILHO, 2022).

A estudante Sara Kali analisa as formas de racismo que vivenciou nos espaços de formação superior. E reflete:

O racismo contra ciganos é enfeitado, pois somos bonitos, mas 'dissimulados e não confiáveis' eu assumi isso como minha ironia: 'cigana e dissimulada!' no meu primeiro ano de faculdade. Tenho saudade das escolas rurais da comunidade, do tempo nesses lugares. E as piadas são um ciclo sem fim, já teve professor em aula mandando eu abrir a boca para mostrar se meus dentes 'prestavam' ou eram de ouro. Já teve uma conversa que passou pela faculdade também de que eu não tomava banho, ou que bancava meus estudos sendo trabalhadora sexual", denuncia. E diz mais: "mesmo com a galera mais progressista sinto que sou muito utilitária para eles. Não sabem das nossas tradições e parece que nem fazem questão de saber. A

assimilação é regra. Se você está no 'mundo gajon', se adapte! A premissa é que o mundo é todo deles. E aqui em Goiás tem cigano a rodo. Mas a subalternização é regra, não sou levada muito a sério nos espaços acadêmicos, só depois de demonstrar 10 metros de proficiência. Gajon que aprendeu comigo tal conteúdo ganhou bolsa internacional. É tudo assim. (FERNANDES FILHO, 2022).

Questionada sobre se os conhecimentos adquiridos nas escolas e universidades retornam para a comunidade cigana, Sara conclui:

Olha, essa pergunta é interessante porque estava lembrando de quando entrei na faculdade e meu avô perguntou se o que eu ia fazer servia para ajudar alguém. É óbvio que nunca esqueço disso. Mas olha, não volta não. O conhecimento formal é mais feito para o mundo gajon. Eu faço um esforço individual para que volte. Converso com eles sobre. Minha avó já aprendeu a ler. Mas esse conhecimento mais formal ele é simplista, não dá conta da complexidade da vida e de nossas comunidades. Fico pensando que nem é bom voltar tudo para muitas coisas não se acabem. Mas, por exemplo, sou a advogada da família, isso é alguma coisa (FERNANDES FILHO, 2022).

Nascida em 1985, Marcilânia Alcântara é Cigana da etnia Calón e reside na Comunidade cigana de Sousa, no Estado da Paraíba, considerada a maior do Brasil e da América Latina, com aproximadamente dois mil ciganos/as/es. É pedagoga de formação e professora da educação infantil. Quando esteve aluna em todas as etapas do ensino fundamental, médio e até na Faculdade, também sofreu situações de preconceito. Vejamos:

Apesar do acolhimento da escola em que eu estudei, a gente não está livre das pessoas nos olharem de baixo para cima. E a gente percebe no olhar de muitas pessoas o desprezo, seja por conta das nossas roupas, por nossas maneiras peculiares de falar, vez que com as andanças acabamos agregando diversas especificidades na oralidade. Sofri muito preconceito nesses lugares. Durante o período da faculdade eu usava o transporte comunitário, porque a Instituição ficava em outra cidade. Quando nós ciganas desciam na Comunidade após as aulas, lá pelas tantas da noite..., percebíamos os buchichos, os comentários depreciativos e desrespeitosos dos outros/as alunos/as, o preconceito escancarado nos rostos, era doloroso (FERNANDES FILHO, 2022).

Sarrara Keilanne de Souza Fernandes, nascida em 1983, é cigana da etnia Calón e de tradição circense. Graduou-se em Direito, na Faculdade Unyahana de Barreiras-BA, cidade onde reside desde que saiu da itinerância no circo, finalizou o ensino médio e acessou ao ensino superior. Atua profissionalmente como advogada e produtora cultural. Segundo ela, as tradições ciganas não eram bem vistas nem respeitadas nas incontáveis escolas em que estudou, bem como na faculdade, onde também passou por episódios de discriminação. Notemos como ela avalia o percurso estudantil:

Apesar de tudo que passei eu não desisti, ao contrário, foi um dos motivos que me levou a querer cursar Direito para lutar por justiça, e é o que eu faço. Às vezes a gente fala assim: '- aconteceu isso na sua vida para você desistir, mas muitas coisas acontecem para o oposto, pois leva ao incentivo e a impulsionar às lutas, para que continuemos nos caminhos em que acreditamos. Eu não cedi e nenhum/a dos meus primos/as que viviam no circo e também estudavam desistiram. Nós nos formamos, uma parte concretizou o sonho do ensino superior, e hoje estamos atuando em diversas áreas do conhecimento, e relatando os percalços de nossas vidas escolares na dupla cultura cigana-circense (FERNANDES FILHO, 2022).

Na faculdade e nos espaços acadêmicos, Sarrara nunca escondeu ser cigana e fazia questão de apresentar aspectos positivos da dupla cultura cigana e circense. Nas inúmeras escolas em que estudou, bem como na Faculdade, a estudante cigana de tradição circense jamais se deparou, em qualquer ocasião, com atividades, ações, aulas ou qualquer momento em que se abordasse as culturas ciganas. E expressa:

É impressionante isso, parece que a gente não existe na sociedade. Nunca vi ou tive qualquer momento de estudos acerca das etnias ciganas e nossas culturas, mas espero que hoje esse retrato seja diferente, porque tem muita gente lutando para isso, para que a nossa cultura seja vista, visibilizada, e inserida na grade de conhecimento que devem ser acessados nas escolas e faculdades, para que mais pessoas possam conhecer nossas reais histórias e formas de vida, e não continuarem a alimentar falácias mentirosas e imaginativas ao nosso respeito (FERNANDES FILHO, 2022).

Apesar dos dilemas da vida estudantil, Sarrara espera que as próximas gerações ciganas sigam também estudando, mas almeja que encontrem ambientes com menos dores, situações desagradáveis e mais respeito e reconhecimento para com alunos de origens étnicas distintas, cujas culturas não são as dominantes. E sugere:

Espero que o avanço da tecnologia e as facilidades que ela proporciona sejam utilizadas para que as nossas culturas sejam inseridas, através de *podcasts*, vídeos, filmes, e formas culturais e artísticas, sobretudo na escolarização do público infantil, quando as crianças estão iniciando a fase de aprendizado, para que cresçam sabendo, respeitando, reconhecendo e valorizando as culturas ciganas e circenses. Precisamos continuar lutando por isso, e para que sejamos retratados de maneira digna. Nas escolas que estudei e foram inúmeras, costumava deixar marcas e memórias positivas, e até hoje alimento relações com alguns professores que viam em mim e em meus primos exemplos de superação e sucesso escolar, apesar das intempéries provocadas pela itinerância educacional, posso dizer que venci! (FERNANDES FILHO, 2022).

Apesar de terem estudado em diferentes décadas, os relatos dos itinerários educacionais de estudantes ciganos/as no nível superior se encontram nos mesmos lugares vivenciados outrora: a desinformação acerca de quem somos, os

preconceitos, a descrença em nossas origens e capacidades, o questionamento de nossas presenças e pertencimentos. Essas constatações, ocasionam situações constrangedoras, vexatórias, desmotivadoras, desrespeitosas e preconceituosas. Contudo, uma vez ocupando e estando presentes, podemos interferir e contribuir para desqualificar narrativas negativas ao nosso respeito, ao passo que demonstramos com exemplos práticos verdadeiramente quem somos, enquanto membros de comunidades tradicionais. No entanto, antes de ocuparmos esses espaços, precisamos percorrer o caminho tortuoso que leva à quebra desses preconceitos, estereótipos e paradigmas dentro das IES. Ocupar os espaços de formação superior é importante, porque, enquanto lugares de formação que se supõem democráticos, é neles que grande parte dos conhecimentos são formulados, pesquisados, debatidos e produzidos. Fazer parte deles significa ter a oportunidade de ser uma voz que rompe com os silenciamentos impostos durante séculos de exclusão e desconhecimento. Fortalecendo nossas ciganidades e buscando essa afirmação, aumentamos a sede por bebemos ainda mais das nossas fontes inesgotáveis de tradições e saberes, através de nossas famílias e comunidades, mergulhando ainda mais profundamente em nossas tradições, histórias, ensinamentos e saberes. Porque, na medida que ocupamos e atravessamos esse itinerário, aumentamos nossa representatividade, a visibilidade, e combatemos todas as formas de opressão, intolerância e preconceitos dirigidas a nós nesses espaços de educação formal superior.

Por outro lado, as nossas presenças ciganas enriquecem as faculdades, universidades e institutos em que nos inserimos, pois chegamos levando nossas culturas, outros saberes e formas de compreender, viver e enxergar o mundo, ampliando os horizontes de debates e reflexões em aulas e nos campos acadêmicos. Bem como, ao passo em que preconceitos, paradigmas e estereótipos são questionados e desfeitos, essas estruturas, no dever de acolher toda a diversidade de público característico da população brasileira, podem colaborar ativamente no combate as formas racismos, de violências e preconceitos institucionais contra estudantes ciganos/as, oriundos/as de grupos étnicos diversos, com tradições, costumes e culturas próprias. Isso torna, portanto, as instituições de promoção do ensino superior cada vez mais multiculturais e pluriétnicas, ampliando suas capacidades práticas de acolher, reconhecer, visibilizar, respeitar e proporcionar a continuidade dos estudos formais das pessoas de origens ciganas. Além do mais,

permite com que conheçam e convivam com mensageiros de povos étnicos ancestrais, e as nossas cosmologias e cosmovisões distintas, adicionando ainda mais diversidade e cultura para os espaços institucionais de formação superior, transformando, por conseguinte, corações, mentes, e principalmente, as atitudes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Descrevi minha itinerância educacional e entrecruzei com os relatos de outros/as quatro estudantes entrevistados/as na literatura produzida. Assim, a produção de dados construídos são o resultado da tentativa de ampliar esse debate, na disposição de poder contribuir na elaboração de políticas, estratégias pedagógicas e institucionais no ensino superior, para que outros/as estudantes ciganos/as possam ocupar esses espaços de formação intelectual, humana, profissional e cidadã pela via de experiências mais encantadoras e fascinantes. Vejamos os dilemas encontrados:

- Do acesso ao ensino superior e a conseqüente “separação” do meio familiar e das comunidades de origem, ou seja, o desafio do afastamento imposto a esses estudantes para que possam ingressar no ensino superior. Isso se agrava no caso dos que mantêm a tradição itinerante, como os circenses. Uma iniciativa interessante para essa questão seria a criação e promoção de editais de permanência específicos, que viabilizem e financiem pelo menos um encontro mensal entre os/as estudantes e a comunidade familiar;
- Da autoafirmação identitária e a importância dos/as estudantes ciganos/as estarem acrescidos e nominados nas políticas de ações afirmativas da IES;
- Do enfrentamento aos episódios constantes de questionamentos imbuídos de preconceitos, acrescidos da ausência das histórias dos Povos Ciganos e de nossas culturas nos currículos e projetos pedagógicos. Não foram identificados canais de denúncia para casos de racismos e preconceitos contra nós;
- Da baixa oferta de auxílios e editais de permanência, considerando as demandas específicas dos/as estudantes ciganos/as. Isso gera a necessidade de buscar atuação precoce em áreas profissionais para subsidiar os estudos. Em muitos casos, os aspectos da vida profissional se sobrepõem a continuidade nos percursos acadêmicos - científicos;

- Das nossas incompreensões e desconhecimento acerca do funcionamento institucional dos espaços universitários, suas burocracias, processos e diretrizes, uma vez que somos, em grande parte, os primeiros de nossas famílias a acessar o ensino superior. Sendo assim, não temos referência e tradição nos estudos de nível superior;
- Da dúvida entre seguir o itinerário educacional ou permanecer nas comunidades, e dar continuidade a algumas tradições, por exemplo, a circense. Ou seja, a escolha pelo progresso no ensino superior implica, em alguma medida, na abdicação e/ou fortalecimento de algumas tradições ciganas;
- Do encontro do/a estudante cigano/a com um novo mundo do qual nada ou pouco sabe, e da ausência de ferramentas de acolhimento direcionado para esses casos;
- Da lida com os preconceitos sobre as etnias ciganas, que, por outro lado, impulsiona imersão na própria cultura, tradições e ancestralidade, tendo em vista nossas autodefesas, ou seja, nos provoca ainda mais autoafirmação étnica, na medida em que somos mensageiros e representantes desses grupos;
- De oportunizar a apresentação e explicitação dos aspectos positivos de nossas culturas e identidades étnicas, ao passo em que desqualificamos narrativas negativas atribuídas a nós;
- Possibilita o desenvolvimento do envolvimento político, proporciona maior proximidade com coletivos, movimentos sociais e grupos de luta, ou seja, impulsiona o ativismo, formando e fortalecendo o/a estudante enquanto ativistas;
- Do nosso contato frutífero com outras culturas e seus representantes, a exemplo de quilombolas e indígenas;
- Demarcação das culturas e tradições dos povos ciganos nos espaços da IES, servindo de referência e fonte de informações acerca desses aspectos;
- De levarmos retornos para as nossas comunidades, conhecimentos, informações e formas de organização do mundo não cigano, de maneira a reverter em benefícios para o novo povo;
- Do combate a subalternização no processo de retomada dos Povos Ciganos pela via da educação superior. Isso reforça o pertencimento, as origens e identidades étnicas ciganas. A criação de núcleos de apoio específicos para estudantes cigano/as é uma forma de minorar os impactos do choque cultural;

- De atuarmos, nos prepararmos e agirmos para “mudarmos aquilo que nos fere e dificulta a nossa ocupação, os acessos e a permanência”, nesses espaços da educação formal superior, conforme considera o Calón entrevistado Jucelho Dantas da Cruz.

Confio que este estudo abre possibilidades para ampliação do debate, ultrapassando as fronteiras dos dilemas para o acesso e discuta, fundamentalmente, os diversos modos de nossas permanências no ensino superior. Contudo, tal como acontece nas escolas, as faculdades, universidade e IESs, de modo geral, notadamente desconhecem as nossas especificidades étnicas, as tradições, origens e costumes, esses que trazemos em nossos baús de vida.

Seriam mesmo as IESs lugares oportunos para os/as estudantes ciganos acamparem? As IESs estão preparadas para nos acolher com nossos saberes e tradições? As diferenças culturais que trazemos conosco são valorizadas, reconhecidas, compreendidas e respeitadas, ou são subjugadas, reprimidas, podadas e, por vezes, desrespeitadas? Fico com a segunda alternativa, mas com convicção de que não há melhor forma de contribuir para a transformação desse cenário além da ocupação desses espaços, promovendo reivindicações que partam de nós.

As políticas de ampliação da educação superior devem se voltar para colaborar com reparação aos povos que formam as comunidades tradicionais do Brasil, assumindo as suas responsabilidades com a promoção de debates que façam eclodir uma integração que não se resuma simbólica, e permita trocas e ganhos para ambos. Enquanto estudantes, saímos das IESs mais ricos de conhecimento e visão de mundo, mas deixamos esses espaços ainda mais ricos, diversos e coerentes com a pluralidade de perfis e povos que são a própria população brasileira.

Chego a esta etapa da pesquisa construída ao longo dos três últimos anos, cheio de esperanças, ávido por um cenário educacional no ensino superior que se faça novo. Acredito ter em meu propósito, contribuído para possíveis esboços de um novo desenho dos espaços institucionais da educação superior, que sejam capazes de ampliar o nosso desejo, o nosso encantamento e paixão, para exercermos o direito de conhecê-los, acampá-los e ocupá-los. Por isso, cabe também a esses espaços, que se pretendem pluriétnicos e diversos, a tarefa de sua renovação, com a formação de sua comunidade acadêmicas, servidores, docentes, técnicos, gestores e dirigentes, para que os transformem em lugares amistosos, agradáveis, e se

reinventem antes que um/a estudante cigano/as bata em suas portas querendo ocupá-lo. Estamos chegando, derrubando todas as barreiras, seremos cada vez mais.

Acredito no ensino superior e em seus espaços de formação como salutares na vida de todos os cidadãos. E acredito mais ainda, quanto mais acolhedores e compreensivos de nossas diferenças étnicas e culturais, quanto mais ciosos da necessidade da garantia de plenas condições de equidade para nossos estudantes, mais as IES se aproximam e amplificam o cumprimento do compromisso social para com a democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

BUENO, V. dos S. **Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo**, ms., 1990, p. 51

DE SOUZA E SILVA, J. Ailton Krenak – a potência do sujeito coletivo. **Revista Periferias**, 2018. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/>. Acesso em 20. Jul. 2023.

~01

FERNANDEH~01S FILHO, R. R.; SANTOS, G. G dos. Estudante nu espelho: o fazer autoetnográfico refletido em tendas de sentidos. **Observatório da vida estudantil: compreensões e trilhas teórico-metodológicas**. In: SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G DOS; BORJA, M. E. L. B. (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2023.

FERNANDES FILHO, R. R. Ciganos superam desigualdades educacionais e se tornam mestres e doutores. **Portal Educação & Justiça**, 2022. Disponível em: <https://www.educacaojustica.com/post/estudantes-ciganos-as-superam-desigualdades-educacionais-e-se-tornam-mestres-as-e-doutores-as>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FERNANDES FILHO, R. R. Estudantes Ciganos denunciam desigualdades da educação formal no Brasil. **Portal Educação & Justiça**, Disponível em: <https://www.educacaojustica.com/post/estudantes-ciganos-as-denunciam-desigualdades-da-educa%C3%A7%C3%A3o-formal-no-brasil>. Acesso em 11 mai. 2022.

FERRARI JÚNIOR, J. Decolonialidade e a Ausência de Futuro em "A Vida Não É Útil", de Ailton Krenak. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/121132>. Acesso em: 21. Jul. 2023.

HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage Publications, p. 258. 1997.

KRENAK, A. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 202-3.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MENINI, N. C. R. “**Indesejáveis necessários: os ciganos degredados no Rio de Janeiro Setecentista**”. 2021, 189 f. Tese (Doutorado). Programa Pós-graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

MOONEN, F. **Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/anticiganismo.pdf . Acesso em: 10 jul. 2023.

MOONEN, F. Anticiganismo: **Os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife, PE: 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf

NEPOMUCENO, L. Vai, vai, vai começar a brincadeira: em meios a uma gargalhada tradicional, algumas notas históricas do desenvolvimento do circo no Brasil. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], n. 5, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4615>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, J. A. de. “Uma história do circo”. In: FERREIRA, C. M. (org.), **Circo-tradição e arte**, Rio de Janeiro, Museu do Folclore Edison Carneiro/FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987, p. 14.

POLLAK, M. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RUTHERFORD, J. (org.). **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

SANTOS, S. M. A. **Experiências de desigualdades raciais e de gênero: narrativas sobre situações de trabalho em uma fast fashion**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde07112019-170454/pt-br.php>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 1 sem. 2017.

SERENA, A.; DAL GALLO, F. **A extraordinária viagem dos artistas italianos: história da itinerância dos circenses tricolores.** Repertório, Salvador, ano 23, n. 34, p. 12-38, 2020.

SILVA JÚNIOR, A. de A.; ARAÚJO, I. S.; RAMOS, N. Contextos existenciais e culturais: a identidade romani pela filosofia cigana. **Mnemosine Revista**, UFCG, v.13, n.2 , p. 78 – 92, 2022.

SILVA JÚNIOR, A. de A. Será possível a decolonização dos Estudos Ciganos? Um ensaio sobre a relação ciganos e ciência. In. MAGANO, O.; MENDES, M. M. (orgs.). **Ciganos em Portugal, Espanha e Brasil: Analisando contextos, demandas e processos identitários.** Novembro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21055>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá (MT), 2009.

SILVA JÚNIOR, A. de A. Comunidades ciganas e a pandemia: desafios étnico-raciais e perspectivas comunicacionais. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 042-061, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/5097>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro, 2018. 504 f.; Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação e Saúde, 2018.

SILVA, E. **O circo, sua arte e seus saberes: o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX.** 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, V. S. **Devir cigano: o encontro cigano-não cigano (rom-gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação.** 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAKAKI, N. H. Por uma autoetnografia/autocrítica reflexiva. **Interletras**, Dourados, v. 8, n. 31, abr./set. 2020. Disponível em: https://web.archive.org/web/20200505083624id_/https://www.unigran.br/dourados/interletras/conteudo/artigos/17.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo. História dos Ciganos no Brasil. Recife, Núcleo de Estudos Ciganos (NEC), In. **Enciclopédia Digital Direitos Humanos**, 2008.

TEIXEIRA, R. C. Ciganos no Brasil: uma breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

VALÉRIO, M. M.; CASSOLI, T. Histórias circenses: composições de subjetividades. Rebento: **Revistas de Artes do Espetáculo**, nº 3, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/65>. Acesso em: 03 Jun. 2023

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CONCLUSÃO

Na primeira parte da pesquisa (artigo I), uma revisão narrativa de literatura foi concretizada a partir de cinco bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o *Google Acadêmico*; o *SciELO*; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e portal *Google*, entre março de 2019 e maio de 2023, utilizando os descritores ciganos + universidade; estudantes ciganos + universidade; ciganos + ensino no ensino superior. Foram encontradas quatro publicações científicas correlatas, e mais treze notícias técnicas publicadas em periódicos, entre 2017 e 2023, essas passaram por análises narrativas críticas, organizadas por tipo de publicação, autores, amostra, objetivos e principais dados e resultados. Eclodiram, então, dois tópicos: Povos Ciganos Acampam em IESs no Brasil, e Ciganos (as) no Ensino Superior em Pauta.

Embora quantificar as IESs que promovem políticas públicas para Povos Ciganos no ensino superior não seja o principal propósito, pode-se pressupor de um total aproximado de 110 instituições públicas, cerca de apenas treze acolhem os estudantes ciganos/as nas políticas afirmativas, isso somando-se o acesso aos cursos de graduação ou PPGs de mestrado/doutorado. Ou seja, um percentual indecoroso de aproximadamente 12%, isso se reflete na ausência e invisibilização dos Povos Ciganos nas universidades e IES, por conseguinte, no campus da pesquisa e da ciência brasileira.

Chama atenção o fato de praticamente 50%, ou seja, a metade das IESs em que o fôlego desta pesquisa permitiu alcançar, praticam algum tipo de política pública – ação afirmativa nos cursos de PPG, mas não nos cursos regulares de graduação.

Talvez por conta da prerrogativa mais autônoma de gestão institucional, já que sabemos dos processos burocráticos por vezes conflituosos, sendo campos de disputas internas por parte dos que defendem e daqueles(as) que são contrários às ações afirmativas. Não por acaso, temos notadamente tradicionais e seculares universidades, altamente pontuadas em rankings avaliativos, inclusive internacionais, que patinam para implementar as cotas, quanto mais a abranger nelas os segmentos e Povos Tradicionais, com suas cosmologias outras, como é o nosso caso. Além disso, universidades e IESs inseridas geograficamente em áreas do campo, nas regiões do interior brasileiro, ou seja, fora das capitais e dos grandes centros, precisam urgentemente pensar e agir em prol de políticas afirmativas para os Povos Ciganos, já que sabidamente as nossas presenças são mais expressivas nesses lugares remotos, dado que a iniciativa pode auxiliar, ainda, no combate ao anticiganismo nesses locais.

Por outro lado, são os PPGs que acolhem pesquisas científicas cujos temas por vezes se relacionam com os Povos Ciganos. É possível notar, ainda, o interesse pela temática vem aumentando timidamente, mas a evolução entre 2018 e 2023 das IESs promotoras de cotas para ciganos demonstra interesse crescente da ciência brasileira, especialmente por conta do crescimento do próprio movimento de ativismo cigano brasileiro. Acredito que as ações realizadas na Pós-graduação ainda que insuficientes, são relevantes, porque podem provocar debates mais amplos dentro dessas IESs, nos cursos, já que para acessar aos PPGs inevitavelmente é preciso passar pelo grau anterior, ou seja, em alguma medida, praticar ações afirmativas apenas na Pós é atitude simbólica, porém motivadora, frutífera e necessária.

Até junho em 2023, este estudo apresenta como resultado o seguinte rol de IESs promotoras de políticas afirmativas para os Povos Ciganos: UNEB, UEFS, UFSB, UEMG, UNIFAL-MG, UFPE, UFJF, UNILAB, IFG, IFPB, PPGEISU-UFBA, PPGAS-UFRN, ECCO-UFMT. Estas fizeram cumprir, de alguma forma, com o propósito de reparação social e racial por parte da educação superior, pela via da oportunização de acesso para estudantes ciganos (as), seja nos cursos regulares de graduação, e/ou na Pós. No total, as IESs e Programas de Pós-graduação promotoras de políticas afirmativas para Povos Ciganos no ensino superior se configuram, por ora, assim: Bahia (5), MG (2), PE (1), CE (1), RN (1), GO (1), MT (1), PB (1).

Na segunda parte do estudo (artigo II), descrevi minha itinerância educacional e entrecruzei com os relatos de outros/as quatro estudantes entrevistados/as na literatura produzida, e assim a produção de dados construídos são o resultado e tentativa de ampliar esse debate, na disposição de poder contribuir com a elaboração de políticas, estratégias pedagógicas e institucionais no ensino superior, para que outros/as estudantes ciganos/as possam ocupar esses espaços de formação intelectual, humana, profissional e cidadã.

Vejamos os dilemas encontrados: do acesso ao ensino superior e a consequente “separação” do meio familiar e das comunidades de origem; da autoafirmação identitária e a importância dos/as estudantes ciganos/as serem acrescidos e nominados nas políticas de ações afirmativas da IES; do enfrentamento aos episódios constantes de questionamentos imbuídos de preconceitos, acrescidos da ausência da história dos Povos Ciganos e de nossas culturas nos currículos e projetos pedagógicos.

Não foram identificados canais de denúncia para casos de racismos e preconceitos contra nós; da baixa oferta de auxílios e editais de permanência, considerando as demandas específicas dos/as estudantes ciganos/as. Isso gera a necessidade de buscar atuação precoce em áreas profissionais para subsidiar esses estudos. Em muitos casos, os aspectos da vida profissional se sobrepõem a continuidade nos percursos acadêmicos científicos; das nossas incompreensões e desconhecimento acerca do funcionamento institucional dos espaços universitários, suas burocracias, processos e diretrizes, uma vez que somos, em grande parte, os primeiros de nossas famílias a acessar o ensino superior, com isso, não temos referência e tradição nos estudos formais; da dúvida entre seguir o itinerário educacional ou permanecer nas comunidades, e dar continuidade a algumas tradições, por exemplo, a circense. Ou seja, a escolha pelo progresso no ensino superior implica na abdicação e ou/ enfraquecimento de algumas tradições ciganas.

Do encontro do/a estudante cigano com um novo mundo do qual nada ou pouco sabe e da ausência de ferramentas de acolhimento direcionado para esses casos; da lida com os preconceitos sobre as etnias ciganas, que, por outro lado, impulsiona imersão na própria cultura, tradições e ancestralidade, tendo em vista nossas autodefesas, ou seja, nos provoca ainda mais autoafirmação étnica, na medida em que somos mensageiros e representantes desses grupos; de oportunizar a

apresentação e explicitação dos aspectos positivos de nossas culturas e identidades étnicas, ao passo em que desqualificamos narrativas negativas atribuídas a nós; possibilita o desenvolvimento do envolvimento político, proporciona maior proximidade com coletivos, movimentos e grupos de luta, impulsionando o ativismo, formando e fortalecendo os/as estudantes enquanto ativistas; do nosso contato com outras culturas e seus representantes, a exemplo de quilombolas e indígenas; demarcação das culturas e tradições dos Povos Ciganos nos espaços da IES, servindo de referências e fonte de informações acerca desses aspectos; de levarmos retornos para as nossas comunidades: conhecimentos, informações e formas de organização do mundo não cigano, de maneira a reverter em benefícios para essas; do combate a subalternização no processo de retomada dos Povos Ciganos, pela via da educação superior. Isso reforça o pertencimento, as origens e identidades étnicas ciganas. A criação de núcleos de apoio específicos para estudantes cigano/as é uma forma de minorar os impactos do choque cultural; de atuarmos, nos prepararmos e agirmos para “mudarmos aquilo que nos fere e dificulta a nossa ocupação, os acessos e a permanência”, nesses espaços da educação formal superior.

Acredito que este estudo abre possibilidade para ampliação do debate, que ultrapasse as fronteiras e os dilemas do acesso e discuta, fundamentalmente, os diversos modos de nossas permanências no ensino superior. Contudo, tal como acontece nas escolas, as faculdades, universidade e IES, de modo geral, desconhecem as nossas especificidades étnicas, as tradições, origens e costumes, esses que trazemos em nossos baús.

Será mesmo as IESs um lugar para os/as estudantes ciganos estarem? As IESs estão preparadas para acolher esses estudantes e seus saberes e tradições? As diferenças culturais que trazemos conosco são valorizadas, reconhecidas, compreendidas e respeitadas, ou são subjugadas, reprimidas, podadas e, por vezes, desrespeitadas? Fico com a segunda alternativa, mas com convicção de que não há melhor forma de contribuir para a transformação desse cenário senão através da ocupação desses espaços e de reivindicações que partam de nós.

As políticas de ampliação da educação superior devem se voltar para colaborar com reparação aos povos que formam as Comunidades Tradicionais do Brasil, assumindo as suas responsabilidades com a promoção de debates que façam eclodir uma integração que se permita simbólica e possibilite trocas e ganhos para ambos.

Enquanto estudantes, saímos das IESs mais ricos de conhecimento e visão de mundo, mas deixamos esses espaços ainda mais ricos, diversos e coerentes com a pluralidade de perfis e povos constituintes da população brasileira.

Chego a esta etapa da pesquisa construída ao longo dos três últimos anos, cheio de esperanças, ávido por um cenário educacional no ensino superior que se faça novo. E acredito ter em meu propósito, contribuído para possíveis esboços de um novo desenho dos espaços institucionais da educação superior, que sejam capazes de ampliar os nossos desejos, nos encantarmos para exercer o direito de conhecê-las, acampá-las e ocupá-las. Por isso, cabe também a esses espaços, que se pretendem pluriétnicos e diversos, a tarefa de sua renovação, com a formação de sua comunidade acadêmicas, servidores, docentes, técnicos, gestores e dirigentes, para que os transformem em lugares mais acolhedores, para que se reinventem antes que um/a estudante cigano/as bata em suas portas querendo ocupá-las.

Acredito no ensino superior e em seus espaços de formação como salutar na vida de todos os cidadãos. E acredito mais ainda, quanto mais acolhedores e compreensivos de nossas diferenças étnicas e culturais, quanto mais ciosos da necessidade de garantia de plenas condições de equidade para nossos estudantes, mais as Instituições de Ensino Superior se aproximam e amplificam o cumprimento do compromisso social para com a democracia no Brasil. Sonho com o tempo em que não teremos de abandonar as nossas tradições ciganas e culturas, as nossas famílias, os circos, ranchos, barracas e lonas, as nossas comunidades, caso optemos por ingressar no ensino superior, para ocupar ambientes historicamente negados e excludentes, a exemplo das IESs. Mas há uma insurgência de acesso de outros atores/autores, ciganos (as), para que possam também narrar criticamente os alcances, as lacunas, e a aplicabilidade prática das políticas afirmativas do ensino superior, sendo esta uma estratégia fundamental no processo de ciganização das universidades e IESs do Brasil. Ademais, esta é uma missão particular para uma contribuição coletiva, pois, sou um sobrevivente da violência social e perseguição do Estado, continuidade de muitos que antes de mim vieram e lutaram por melhores condições, reconhecimento e respeito, pois derramaram literalmente seu sangue, para que tenhamos hoje essa tímida, porém, oportuna abertura para adentrar ao desconhecido.

Este estudo representa, portanto, a continuidade das lutas do meu povo cigano, incitado pela coragem e valentia que nos caracteriza, no esperar para que as próximas gerações encontrem um universo cigano com menos dores e mais oportunidades, especialmente aqueles que desejam vivenciar a educação formal superior. Bem como, para que não tenhamos mais de demonstrar e comprovar outras habilidades, sem antes termos as nossas, os valores e cidadania plenamente reconhecidos. Que não sejamos mais tão subestimados, senão, admitidos por nossos saberes ancestrais, culturas e conhecimentos que tanto nos orgulham, nos distinguem e nos guiam. Nesse sentido, explicitamos a abertura das IESs ou a derrubada de seus muros, pois os Povos Ciganos são uma parte bela deste país múltiplo de cosmologias distintas e diferentes formas de viver e enxergar o mundo. Merecemos e devemos constar, portanto, nas políticas reparatórias, nos compromissos sociais das IESs.

Aqui tento contribuir para cumprir com este propósito, conforme sugere o autor cigano Guimarães (2012, p.145), “a fim de superar a inequidade perante o restante da sociedade”, e convido os atores sociais envolvidos (as), bem como o(a) leitor(a), a refletirem acerca do que também podem fazer em colaboração, dentro dos espaços de promoção do ensino superior em que estão inseridos(as), agindo, assim contra - colonização destes. Isso só é possível de ser feito com uma plena abertura das IESs, especialmente dos PPGs, na elaboração, criação e oportunização de acessos para estudantes ciganos/as, pela via da inserção dessas não somente em suas agendas fixas, nas políticas afirmativas, mas além disso, na vida e nas práxis culturais cotidianas das universidades e IESs. E assim, nós podemos nos encantarmos, nos fascinarmos e nos apaixonarmos por esses espaços de formação superior, desde que estejam preparados para nos acolher, com respeito às diferenças e tradições. E mais do que isso, com o pleno reconhecimento dos nossos valores ancestrais, da valorização da nossa cultura, do dom da oralidade que carregamos.

Depois disso, precisaremos direcionar esforços para políticas de permanência dos estudantes ciganos/as, com o fortalecimento do projeto de Ação Curricular em Sociedade e em Comunidade (ACCS), e da extensão universitária.

Ciganizar o ensino superior brasileiro é preciso, e se trata de uma tarefa política incontornável – parafraseando Sampaio (2023), para nós estudantes ciganos (as), bem como para todos educadores e educandos que acreditam na diversidade e

inclusão proporcionada pelas ações afirmativas enquanto bases fundamentais de sustentação dos espaços de formação superior, além do combate ao anticiganismo institucional no âmbito das universidades e demais IESs brasileiras.